UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
***CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*
NÍVEL DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROSINEIDE FABRICIO

A QUESTÃO AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO EM LARANJEIRAS DO SUL - PR

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
***CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*
NÍVEL DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROSINEIDE FABRICIO

A QUESTÃO AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO EM LARANJEIRAS DO SUL - PR

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia - Área de Concentração: Espaço de Fronteira: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Fabricio, Rosineide
F126q A questão agrária e soberania alimentar: o caso do Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul - PR / Rosineide Fabricio. – Marechal Cândido Rondon, 2016.
147 f

Orientador: Dr. João Edmilson Fabrini

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016.

1. Reforma agrária. 2. Política alimentar. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

CDD 22.ed. 363.8
333.31
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Aos seis dias do mês de maio de 2016, às 09h00min, na Sala 40 (4º Piso) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. João Edmilson Fabrini (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Djoni Roos (UNIOESTE), Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) e Dr. Gracialino da Silva Dias (UFFS - Campus de Laranjeiras do Sul), para avaliarem o trabalho "*A questão agrária e soberania alimentar: o caso do assentamento 8 de junho em Laranjeiras do Sul - PR*", apresentado pela pós-graduanda **Rosineide Fabrício** para a obtenção do título de "Mestra em Geografia" do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado da UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Após arguição a banca examinadora considerou o trabalho Aprovado. Nada mais havendo a constar, eu João Edmilson Fabrini, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 06 de maio de 2016.

João Edmilson Fabrini
Orientador

Djoni Roos
Membro

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Membro

Gracialino da Silva Dias
Membro

Rosineide Fabrício
Pós-Graduanda

Destas estruturas, a mais retrógrada e a mais resistente ao verdadeiro progresso social é, sem nenhuma dúvida, a nossa estrutura agrária, daí a necessidade de atacá-la com decisão para adaptá-la às necessidades do Brasil atual.

Não há como esconder que a fome, nas suas diferentes formas de fome quantitativa ou fome qualitativa, é sempre um produto direto do subdesenvolvimento e que o subdesenvolvimento não é um fatalismo provocado pela força das coisas, mas um acidente histórico provocado pela força das circunstâncias.

O subdesenvolvimento é produto da má utilização dos recursos naturais e humanos realizada de forma a não conduzir à expansão econômica e a impedir as mudanças sociais indispensáveis ao processo da integração dos grupos humanos subdesenvolvidos dentro de um sistema econômico integrado. Só através de uma estratégia global do desenvolvimento, capaz de mobilizar todos os fatores de produção no interesse da coletividade, poderão ser eliminados o subdesenvolvimento e a fome da superfície da terra.

Josué de Castro

Plantar na terra, jogar nela as sementes que precisam germinar. Enfrentar, resistir se precisar, sem medo do futuro. Amanhã os frutos já maduros surgirão para nos alimentar.

Convidar as famílias que ainda não acreditam, que olham a esmo para o infinito sem organizar a luta. A história é como uma fruta; é doce quando fica madura; é preciso tratar os descrentes com ternura, mesmo que os planos pareçam uma loucura.

Devemos resgatar a natureza plantando sobre a terra árvores e flores. Criar nela a cultura da beleza, da arte popular e dos valores. Ninguém pode duvidar que isto é possível edificar, pois somos os melhores construtores.

Quem somos, senão Sem Terra destemidos? Que marcamos o destino embravecidos e deixamos na história uma lição? Quem não luta morre na exploração, mas quem luta pode ver a liberdade, não há diferença nem idade para quem luta pela revolução.

Somos homens e mulheres transformados em famílias, que fazemos com os pés a própria trilha, avançando sobre todas as ambições, levamos em nossos corações um puro sentimento de igualdade, queremos terra e uma nova sociedade, para assentar todas as gerações.

Insistir no caminho das mudanças; as lutas renovam as esperanças e as vitórias sustentam a rebeldia. Não deixar de lutar por um só dia se quisermos deixar a coragem como herança.

Ademar Bogo

DEDICATÓRIAS

A todos os camponeses e camponesas pobres sem terra e com pouca terra, que pelo seu combate e ousadia continuam enfrentando e resistindo aos ataques do latifúndio, em busca da construção de uma nova sociedade, onde a terra não seja mercadoria e a produção agrícola seja destinada a alimentar o povo.

À minha mãe Helena e meu pai João (*in memorian*), trabalhadores honestos e honrados, que me incentivaram de várias formas desde que comecei meus estudos acadêmicos.

Ao meu avô Júlio (Nono) (*in memorian*), camponês pobre sem terra, que foi uma das milhões de vítimas do latifúndio neste país, falecendo sem nunca ter tido seu pedaço de terra para viver e trabalhar.

À minha tia Iolanda, pelo seu exemplo de mulher batalhadora que muito me inspirou nesses anos de caminhada.

Ao meu esposo e companheiro Luiz, com muito carinho e amor, que sempre esteve ao meu lado na ternura e no combate.

Aos meus filhos Ângelo Ricardo e Carlos Ernesto, que desde a mais tenra infância tem aprendido na prática a importância da dedicação às lutas de nosso povo.

AGRADECIMENTOS

As camponesas e camponeses do Assentamento 8 de Junho, pela sua receptividade e disponibilidade em colaborar com minha pesquisa, muitas vezes deixando seus afazeres cotidianos tão importantes para sua vida, compartilhando comigo um pouco de suas histórias de luta, sua produção e seus desejos para o futuro.

Ao meu orientador Professor João Edmilson Fabrini, grande pesquisador do campesinato brasileiro, que faz da ciência instrumento de luta para a transformação social. Com sua orientação crítica, construtiva e solidária possibilitou-me avançar no conhecimento científico. Obrigada por respeitar meu posicionamento e minhas limitações.

Ao Professor Gracialino Dias, por quem tenho muito respeito e admiração. Com sua paciência e dedicação dividiu comigo um pouco do seu vasto conhecimento, contribuindo para a realização desse estudo e também pela sua valiosa contribuição na Banca de Qualificação.

Ao Professor Djoni Roos, tão jovem, mas possuidor de uma grande profundidade científica. Obrigada pela contribuição tão importante para o projeto de qualificação e para a construção da dissertação.

Ao Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela sua preciosa contribuição em minha banca de defesa. Um intelectual sério e honesto, defensor árduo da ciência para libertação do campesinato, um exemplo de dedicação a uma causa justa e necessária, que é a distribuição da terra para quem nela quer viver e trabalhar.

À amiga e companheira Professora Vera Dias, pelo seu gesto de solidariedade e dedicação em auxiliar-me na construção dos gráficos e correção do meu trabalho com muita competência.

Ao meu querido irmão João, pela ajuda imprescindível com os mapas, como eu sempre digo, “que seu conhecimento sirva ao povo”, e com certeza já está servindo.

À amiga Professora Ana Maria Leme, sempre tão prestativa e solidária. Obrigada pela contribuição com a tradução para a língua inglesa.

Aos meus colegas do curso de mestrado, que nas apresentações de seminários e debates calorosos possibilitaram avanços no processo de construção do conhecimento.

Aos docentes do Programa de Mestrado em Geografia – Espaço de Fronteira: Território e Ambiente, que ministraram aulas, pelas discussões e debates, nas convergências e divergências sempre tão importantes para a construção do conhecimento científico.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre Soberania Alimentar analisando as experiências concretas vivenciadas no Assentamento 8 de Junho, na cidade de Laranjeiras do Sul, Centro-Sul do Paraná. Foi realizado um resgate histórico sobre a luta pela terra no Brasil, protagonizado pelo campesinato pobre sem terra e com pouca terra. A opção pelo método do materialismo histórico e dialético possibilitou uma análise mais profunda da Soberania Alimentar no Brasil. Dentro de uma concepção classista nosso país tem sido historicamente dominado e subjugado pela divisão internacional do trabalho, ditada pelos países imperialistas e submetido à economia destes. Contrapondo a essa lógica e a esse modelo agrário produtivo, produzir para o consumo interno é imperativo para a realização da Soberania Alimentar. Nessa perspectiva sustentamos que a efetivação de qualquer política que vise à soberania somente será possível com o rompimento com o modelo econômico agrário-exportador, ao qual o país está submetido. Considera-se que é nesta questão que reside a perspectiva da Soberania Alimentar, a qual não pode ser concebida, em termos práticos, fora de um grande projeto de transformação social. Sendo assim a luta para acabar com o sistema latifundiário dominante em nosso país, única maneira de garantir a soberania alimentar, passa a ser necessariamente uma luta por soberania econômica e política, rompendo com a subjugação do país à ordem mundial determinada pelas potências econômicas mundiais. A pesquisa empírica, no Assentamento 8 de junho, revelou que o enfrentamento, a resistência e atuação dos camponeses ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta por garantia de Soberania Alimentar, tem mostrado vários avanços. Embora, somente o acesso à terra pelos camponeses não seja a garantia da Soberania Alimentar, é critério básico para assegurar a condição material da produção de alimentos por quem vive e trabalha no campo, possibilitando criar as condições de autonomia na produção alimentar, como autoconsumo das comunidades, sem que se tornem prisioneiras do mercado, controlado pelos monopólios do comércio de alimentos diretos para o consumidor. Trata-se, portanto, de se desenvolver sob a teoria científica do classismo – marxismo – as formas de organização e lutas do campesinato na destruição do sistema latifundiário associada com a destruição do capitalismo.

Palavras-Chave: Luta pela terra; Latifúndio; Imperialismo.

ABSTRACT

The Agrarian question and food sovereignty: the case of the settlement on June 8 in Laranjeiras do Sul - PR

This paper illustrates a study about Food Sovereignty analyzing the concrete experiences of the settlement on June 8 in the town of Laranjeiras do Sul, South Centre of Paraná State. This research brings a historical about the struggle for land in Brazil, played by poor peasants without land and with small lands. The choice of the method of historical and dialectical materialism allowed a deeper analysis of the Food Sovereignty in Brazil. Within a class design our country has historically been dominated and subjugated by the international division of labor, dictated by imperialist countries and submitted to the economy of these. Opposed to this logic and this productive agricultural model, producing for domestic consumption it is imperative for the attainment of food sovereignty. In this perspective we maintain that the effectiveness of any policy aimed at the Food sovereignty is only possible to break with the current agrarian export economic model, to which the country is undergoing. It is considered that it is in this question lies the perspective of food sovereignty, which can't be conceived in practical terms, out of a great project of social transformation. therefore the struggle to end the dominant landholder system in our country, the only way to ensure food sovereignty, shall necessarily be a struggle for economic and political sovereignty, breaking with the country's subjugation to the world order determined by world economic powers. Empirical research, at Settlement June 8, revealed that the confrontation, resistance and performance of farmers linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) in the struggle to guarantee food sovereignty, has shown several advances. Although only the access to land by peasants is not the guarantee of food sovereignty is a basic criterion to ensure the material condition of the production of food for people living and working in the field, making it possible to create the conditions of autonomy in food production, as own consumption of communities without becoming prisoners of the market controlled by direct food trade monopolies for consumers. It is therefore to develop under the scientific theory of classism - Marxism - the forms of organization and peasant struggles in the destruction of the landlord system associated with the destruction of capitalism.

Key-words: Struggle for land; Latifundium; Imperialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA SOBERANIA ALIMENTAR . 27

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A MONOCULTURA DE EXPORTAÇÃO 30

1.1.1 Origens da divisão de terras no capitalismo 33

1.1.2 O capitalismo monopolista e a questão agrária brasileira 37

1.2 A REFORMA AGRÁRIA E AS LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL 42

1.2.1 O projeto institucional de “Reforma Agrária” pós-ditadura civil-militar 59

1.3 A CRISE DO CAPITALISMO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS PARA O SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO 63

1.3.1 A Soberania Alimentar em face da estrutura agrária e do controle da terra pelo capital no Brasil 83

CAPÍTULO II: A LUTA PELA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ 92

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO..... 97

CAPÍTULO III: SOBERANIA ALIMENTAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

REFERÊNCIAS 140

APÊNDICE 147

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Brasil – Assentamentos Rurais – 1995 a 2000 70

FIGURA 2 - Mesorregião Centro-Sul – Estado do Paraná 93

FIGURA 3 - Localização Geográfica do Assentamento 8 de Junho 98

FIGURA 4 - Entrada do Assentamento 8 de Junho, próximo à BR 158 99

FIGURA 5 – Mapa do Assentamento 8 de Junho 100

FIGURA 6 - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Laranjeiras do Sul, situada dentro do Assentamento 8 de Junho 104

FIGURA 7 - Vista Panorâmica do Assentamento 8 de Junho 107

FIGURA 8 – Resfriador elétrico utilizado pelos camponeses para armazenar leite, por até 4 dias 110

FIGURA 9 – Produção de verduras não orgânicas 115

FIGURA 10 – Produção de hortaliças orgânicas 116

FIGURA 11 – Colheita de batata doce no lote de um camponês assentado 119

GRÁFICO 1 - Produção mensal de litros de leite por família assentada 109

GRÁFICO 2 - Porcentagem de famílias que arrendam parte do lote, em número de hectares 112

GRÁFICO 3 - Destino da produção das famílias assentadas: autoconsumo e mercado 118

GRÁFICO 4 - Cultivos plantados pelos camponeses do Assentamento 8 de Junho 119

GRÁFICO 5 - Produção de feijão agrupada pela quantidade produzida no ano de 2014 121

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB´s	Comunidades Eclesiais de Base
CFCP	Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Programa Alimentar Mundial
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDS	Partido Democrático Social
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRN	Partido da Reconstituição Nacional
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URV	Unidade Real de Valor
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Este trabalho se inscreve no campo dos conhecimentos da Geografia Agrária a partir dos estudos desenvolvidos pela Linha de Pesquisa "Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaço de Fronteira", do "Programa de Mestrado em Geografia – Espaço de Fronteira: Território e Ambiente", na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Marechal Cândido Rondon, tendo como orientador o Professor Dr. João Edmilson Fabrini. O objeto de pesquisa é o tema da Soberania Alimentar, recortado no âmbito do espaço do Assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul, na Mesorregião Centro-Sul do Paraná.

O estudo no curso de graduação em Geografia despertou-me o interesse da questão da luta pela terra no Brasil, pois morava em uma pequena cidade do interior do Paraná, onde a vida girava essencialmente em torno da agricultura camponesa. Senti necessidade de um maior aprofundamento teórico referente a esta questão. As aulas de alguns professores do curso de graduação certamente foram essenciais para reconhecer as contradições e injustiças presentes na forma de distribuição da terra, feitas no Brasil. No campo empírico, pela convivência cotidiana com camponeses, já verificava a importância de se ter um pedaço de terra para poder melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

Outra etapa que foi importante para despertar meu interesse no tema é o tempo em que venho dedicando a lecionar a disciplina de Geografia, na escola pública. O desafio de transmitir conhecimento e, principalmente, ter um posicionamento político sobre o conhecimento transmitido, foi uma ótima experiência para que pudesse buscar mais sobre a questão agrária e a disputa por territórios, vivenciada pelos camponeses, pois isto exigia cientificidade naquilo que desejava transmitir. Neste contexto fui aprofundando a leitura sobre a história da propriedade da terra no Brasil, sendo de fundamental importância em minha formação o livro "Questão agrária no Brasil". Esta obra possibilitou-me compreender que se não resolvêssemos o problema secular de distribuição da terra no Brasil, todas as demais questões ficariam comprometidas. Além desse, outros livros também foram importantes para a continuidade de meus estudos nesta perspectiva teórica, entre eles, cabe ressaltar "A Geografia das lutas no Campo", escrito pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira e "Geografia da Fome", do Médico e Filósofo Josué de Castro.

Além do trabalho como professora, o contato e a militância no sindicato dos professores (APP-Sindicato) foram de fundamental importância para a linha de estudo que persigo até hoje. A luta travada com o Estado, na época, representado pelo governo Jaime Lerner, exigia daqueles que combatiam suas políticas, chamadas neoliberais, além de militância prática, uma forte formação teórica, esta proporcionada em grande medida pelo sindicato. Importante lembrar que neste período a perseguição aos movimentos sociais se extremou, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por ter uma forma mais radical de luta, o que mais sofreu, tendo vários militantes presos, torturados e mortos. Isto despertou-me para a necessidade de uma militância não somente corporativa mas principalmente de preocupação com as lutas e resistências mais amplas dos trabalhadores da cidade e do campo.

Pouco tempo depois o MST sabendo de nosso comprometimento com a Reforma Agrária, nos convidou para colaborar no debate e sistematização do Projeto Político Pedagógico de um curso Técnico em Agroecologia, que se realizaria através de convênio entre o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) e a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Durante dois anos ministrei aulas de Geografia neste curso, que ocorreu dentro do Assentamento Antônio Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu, no Paraná. Esta experiência possibilitou-me uma maior aproximação com os camponeses[1] assentados, permitindo uma melhor compreensão dos dilemas, desafios e contradições internas vividas neste espaço conquistado. Nesse contexto fomos instigados a estudar o tema da Soberania Alimentar, que, a nosso ver, representa um dos maiores desafios colocados para os movimentos sociais populares na atualidade.

Compreendemos que não se tem a garantia de Soberania Alimentar[2] em uma pequena comunidade ou em um território, de modo restrito, tão pouco é garantida somente pela

---

1 Nossa pesquisa baseia-se nos estudos aportados por OLIVEIRA (1991) que compreende o campesinato enquanto classe. Desse modo o camponês caracteriza-se por aquele trabalhador ou trabalhadora do campo que vive do produto de sua própria atividade, utilizando a força de trabalho familiar, e comercializando sua produção agrícola para manter suas necessidades. São divididos em "pelo menos quatro tipos distintos: os camponeses-proprietários, os camponeses-rendeiros, os camponeses-parceiros e os camponeses-posseiros". (1991, p. 87)

2 Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. [...] A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Cuba, 2001). (MALUF, 2009, p. 23)

dinâmica de inter-relacionamentos na esfera global, mas pela relação entre o local e o global, entre a parte e o todo, envolvendo trocas e interações em territórios concretos articulados pelo conjunto das relações sociais e pelo grau de desenvolvimento das bases materiais que caracterizam o modo de produção. São, portanto, o trabalho e a terra, os princípios da Soberania Alimentar. Trata-se, desse modo, de libertar a terra e a alienação do trabalho como condição da efetivação da mesma.

Partindo desse entendimento, a investigação de campo será realizada em uma comunidade formada por um Assentamento da Reforma Agrária, articulada com a pesquisa bibliográfica.

A realização da pesquisa busca responder às seguintes questões: Quais são os principais determinantes históricos da questão agrária brasileira? Quais os limites da luta pela Soberania Alimentar em países de capitalismo subdesenvolvido atrelado ao imperialismo, como é o caso do Brasil? Quais as relações da Soberania Alimentar com a luta dos movimentos sociais pela terra e pela Reforma Agrária? Qual é a compreensão dos camponeses assentados em relação à produção e consumo de alimentos? Que relação há entre o trabalho desenvolvido pelos camponeses e a perspectiva teórica da Soberania Alimentar?

Buscando responder a essas questões, no plano analítico, este estudo se justifica em face do nosso entendimento sobre o espaço geográfico como resultado do trabalho humano. Este trabalho somente pode se materializar aliado à natureza. Ou, segundo afirmou Marx (2008, p. 58), como intercâmbio entre o homem e a natureza para produzir bens necessários à vida e não como trabalho alienado sob a forma de mercadoria servindo à acumulação de capital.

Sob essa perspectiva podemos afirmar que o Brasil se caracteriza por ser um país com uma imensa riqueza, possuidor de um território que apresenta uma área de 8.514.876 Km², com solos extremamente férteis, água em abundância e luz solar como energia vital durante a maior parte do ano. Do ponto de vista físico este fato nos possibilitaria sermos um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Mas a nossa história de subjugação tem mostrado que toda essa riqueza, em espaço e natureza, tem se caracterizado pela extrema concentração de riqueza em um polo, e de miséria e opressão, no outro. O índice Gini[3] mantém-se acima de

[3] O índice Gini é um cálculo usado para medir o grau de concentração de um atributo, que varia de zero (sem desigualdade) a um, que corresponde à plena desigualdade. Neste caso estamos utilizando para mostrar o grau de concentração de terras no Brasil.

0,85, há muito tempo, fato que se traduz na diminuição e inacessibilidade de alimentos pela maior parte da população brasileira. “No Brasil, registram-se 4,8 milhões de trabalhadores rurais ‘sem terra’. Muitos vivem à beira das estradas, sem domicílio fixo, alugando sua força de trabalho ao sabor das estações”. (ZIEGLER, 2013. p. 260)

Todo este quadro caótico, dentro de um país que possui a maior parte de seu território agricultável. A imensa desigualdade gerada pela concentração da terra e consequentemente da renda trouxe, em seu bojo, inúmeros problemas sociais para os trabalhadores do campo e da cidade, entre as quais a falta de acesso aos alimentos básicos, juntamente com a baixa oferta destes, devido a não utilização da maior parte de nosso território para produção de alimentos. Temos um número muito grande de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas que compram alimentos nas cidades, pois os seus espaços não são suficientes para a produção para autoconsumo. (ZIEGLER, 2013, p. 259)

A relação entre latifúndio e fome no Brasil foi analisada de forma brilhante por Josué de Castro, em seu livro “Geografia da fome”, de 1946. Este estudo científico foi determinante para demonstrar o caráter político e econômico da fome no país, e relacioná-la como fenômeno de origem social, isto é, construída pelos homens através de suas ações econômicas e políticas. Passados quase sessenta anos de sua investigação, muitos problemas ainda persistem nos dias atuais, através “das constantes notícias sobre o expressivo número de famintos e desnutridos ou sobre a carestia alimentar que parecem se confirmar na visão diária da pobreza e da miséria nas praças e ruas das nossas cidades”. (MALUF, 2009, p. 10)

Quando afirmamos ser o espaço geográfico produto da transformação humana devemos entender que as pessoas também são transformadas por ele, visto que se trata de uma relação dialética. Nesta perspectiva, Marx ao desvendar a relação entre a produção e a apropriação do produto do trabalho, em sua teoria da *mais-valia*, constatando que quem produz não se apropria, estará dando o aporte teórico e prático para que possamos compreender a origem das desigualdades no sistema capitalista de produção.

Dessa forma dentro da Geografia Agrária, este estudo busca a caracterização da questão agrária brasileira sob o tipo de capitalismo que temos no Brasil, como pano de fundo para analisar a relação entre assentamento de Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Que o capitalismo tem suas próprias leis para explicar o seu desenvolvimento, isso já foi comprovado e seus “mistérios” desvendados pela Crítica da Economia Política, ou seja, pelo marxismo. O marxismo demonstrou que o capitalismo não se desenvolve de modo uniforme

em todas as regiões do planeta, o que se comprova com a realidade geográfica revelada a cada dia apontando as desigualdades e as contradições regionais entre países e dentro dos próprios países. Os conflitos armados e as guerras pela "partilha do mundo", são resultantes da lógica do desenvolvimento do sistema. As duas Guerras Mundiais durante o século XX comprovam isso.

Sob esse entendimento, da existência de países de capitalismo desenvolvido, ou seja, sedes dos monopólios, como países imperialistas, de um lado, e de países de capitalismo atrasado, oprimidos, tendo a sua economia dominada pelos monopólios imperialistas, de outro, este estudo se justifica a partir da caracterização do modelo de agricultura brasileira imposto pelo capital através da dominação imperialista, que utiliza nossos melhores solos para produzir gêneros exportáveis, com uma grande expansão das chamadas *commodities*[4], que tendem cada vez mais a diminuir os espaços destinados à produção de alimentos. Este modelo de agricultura chamado de "agronegócio" tem suas bases nos grandes latifúndios exploradores de grandes espaços e limitadores da biodiversidade. Baseia-se na exploração ampliada da natureza e todos os elementos vivos que a compõe. Ocasiona a expulsão de populações nativas e camponesas destruindo os vínculos de solidariedade e riqueza cultural, construídos ao longo de gerações.

Concebemos, assim, a importância de se estudar a Soberania Alimentar no Brasil, dentro de uma concepção classista. Embora na atualidade esta questão tenha aparecido nos discursos do governo brasileiro como uma política de Estado, este mesmo governo ignora a necessidade do rompimento do modelo econômico agrário-exportador, ao qual o país está submetido, para que de fato se efetive qualquer política de Soberania Alimentar. Considera-se que é nesta questão que reside a perspectiva da Soberania Alimentar, a qual não pode ser concebida, em termos práticos, fora de um grande projeto de transformação social. Sendo nosso país historicamente dominado e subjugado pela divisão internacional do trabalho ditada pelos países imperialistas e submetido à economia destes, o papel que nos foi destinado é a produção para fora. Contrapondo a essa lógica e a esse modelo agrário produtivo, produzir para o consumo interno é imperativo para a realização da Soberania Alimentar.

[4] *Commodities* é uma expressão de origem inglesa que significa **mercadoria**. Sua definição no Brasil diz respeito principalmente aos produtos primários como minérios e gêneros agrícolas que são produzidos em larga escala e exportados principalmente para os países de capitalismo desenvolvido. As *commodities* têm seus preços definidos no mercado internacional pelas chamadas Bolsas de Valores.

Essa noção de Soberania Alimentar está vinculada a um projeto alternativo sistematizado pela Via Campesina,[5] que nos seus embates e enfrentamentos contra o latifúndio exportador, construíram uma perspectiva de agricultura que tem como premissa básica a propriedade camponesa com o objetivo da produção de alimentos com qualidade, valorizando a cultura alimentar de cada país com vistas a abastecer o mercado local e nacional. Para compreender este processo de conquista pelo território, e o enfrentamento e atuação dos camponeses ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[6] na luta por garantia de Soberania Alimentar, é que justificamos a realização da pesquisa no Assentamento 8 de Junho, localizado no Centro-Sul do Paraná.

Entendemos, no entanto, que o desenvolvimento soberano será conquistado apenas com a soberania política. Sendo assim a luta para acabar com o sistema latifundiário dominante em nosso país, única maneira de garantir a Soberania Alimentar, passa a ser necessariamente uma luta por soberania econômica e política, rompendo com a subjugação do país à ordem mundial determinada pelas potências econômicas mundiais.

É conveniente salientar que o capitalismo produz várias contradições no campo, tanto de exploração do trabalho quanto de relações camponesas, que são denominadas por alguns autores de "não capitalistas", desse modo "a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução". (OLIVEIRA, 1995, p. 67)

Trata-se, portanto, de um estudo da Geografia Agrária concebido à luz do materialismo histórico e dialético, tomando a Soberania Alimentar dentro de uma perspectiva histórica, associada às necessárias e profundas transformações sociais, que culminem com a libertação do trabalho e das forças produtivas da opressão pelo capital. Sem libertar a terra, as técnicas e as tecnologias e o trabalho humano do controle do capital, só podemos falar em

[5]A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, agricultores de pequeno e médio porte, pessoas sem terra, mulheres agricultoras, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Foi fundada em 1993 na cidade de Mons, na Bélgica, e defende uma agricultura sustentável em pequena escala, como forma de promover a justiça social e dignidade. Atualmente reúne 164 organizações locais e nacionais em 73 países dos continentes Africano, Americano e Europeu, representando cerca de 200 milhões de agricultores. (www.viacampesina.org)

[6] No ano de 1984 camponeses e trabalhadores rurais de todo o país que haviam sido atingidos pelo avanço do capital no campo, também participado e protagonizado grandes lutas pela posse da terra, organizam na cidade de Cascavel, no Paraná, o seu primeiro encontro nacional. Neste encontro decidem fundar um movimento camponês nacional, denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), reafirmando a disponibilidade e persistência no avanço da luta, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais. (www.mst.org.br)

Soberania Alimentar enquanto horizonte de mudanças de um modo de produção a outro. É isso que justificamos ao analisar a Soberania Alimentar sob uma perspectiva revolucionária.

Os procedimentos que marcaram a realização da pesquisa pautaram-se pela conjugação de vários métodos ou técnicas, compreendendo pesquisa literária e histórica para conceituação teórica do objeto; pesquisa documental, marcada pela análise de conteúdo; e, pesquisa de campo, com estudo de caso e realização de entrevistas com os camponeses assentados, responsáveis pela organização do Assentamento 8 de Junho[7]

A realização deste trabalho pautou-se pelo esforço teórico, analítico e crítico sustentado pelo materialismo histórico e dialético, também conceituado como crítica da economia política, desenvolvido por Marx e Engels. Além disso, não podemos deixar de ressaltar que este método, de fato, "permitiu a mais elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido com todas as suas determinações". (SPOSITO, 2004, p. 44) Essa é a razão pela qual associamos a Soberania Alimentar com a categoria trabalho, no geral, como troca entre o homem e a natureza, compreendido, o próprio homem, como extensão viva e ativa da própria natureza, além de fazer a mesma associação da Soberania Alimentar com o trabalho socialmente determinado sob a lógica da mercadoria como trabalho alienado.

Dentre as principais categorias desse método destacamos o trabalho, a historicidade, a dialética, a totalidade e a contradição, que elencamos como centrais para desenvolver nossa investigação científica. A História, nesta perspectiva, será fruto das relações sociais, que serão vistas como processos em permanente transformação, de forma a facilitar a compreensão de como a humanidade produz a sua existência material, conforme analisou Quaini:

> Marx vê o processo histórico como uma sucessão de sistemas de relações temporárias, formações econômico-sociais ou determinados modos de produção definidos – entre as forças produtivas (natureza, população, meios de produção, etc.) e as relações de produção (isto é, toda a organização social, administrativa territorial, etc.) que fixam os equilíbrios temporários, continuamente modificados pelo homem na produção da sua vida, no trabalho, isto é, na própria atividade na qual os homens, modificando não somente a natureza externa (isto é, todo seu ambiente de trabalho, seja ele natural ou artificial), mas também sua própria natureza (criando forças novas e novas concepções, novas necessidades e uma nova linguagem, numa palavra novos

[7] No ano de 1997 um grupo de famílias provindas de várias regiões do Estado do Paraná e Santa Catarina, organizadas pelo MST, ocupam o latifúndio Rio Leão, localizado no município de Laranjeiras do Sul, Paraná, próximo à BR 158. Ficam acampados durante dois anos, reivindicando do Estado a área para trabalhar e produzir. No ano de 1998 a área foi considerada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e desapropriada para fins de Reforma Agrária, sendo instituído o Assentamento 8 de Junho.

> tipos de relações), impõe as condições para vencer a inércia da organização social e territorial precedente. (QUAINI, 2002, p. 96)

A dialética é a categoria capaz de mostrar a dinâmica do conflito entre contrários, e sua transformação contínua por contradição. E esta contradição está presente em todos os acontecimentos, sejam naturais ou sociais, resguardando, é claro, suas respectivas particularidades.

A esse respeito Sposito analisou da seguinte forma:

> Para Marx, a dialética compreende necessariamente a noção de movimento na História. Esse movimento ocorre quando, na confrontação da tese e antítese, a síntese contém aspectos positivos da tensão anterior, e apresenta-se como estágio superior que, por sua vez se coloca também como uma nova tese. (SPOSITO, 2004, p. 44)

O auge da contradição nas sociedades onde existem classes sociais se dá exatamente entre estas classes, e, como vivemos em uma sociedade capitalista composta por classes, esta será a contradição principal que deveremos discutir em nosso trabalho. De acordo com Marx, "todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes". (MARX, 1996, p. 48)

Nosso trabalho, apesar de ser um estudo delimitado à uma área de assentamento, pretende não abandonar o critério de totalidade, categoria central do materialismo histórico e dialético. Ao contrário, nos ensina Marx (1996) que a pesquisa científica nasce da realidade concreta, portanto o ponto de partida de qualquer pesquisa deve considerar o local sobre o qual fala o pesquisador.

> Não se trata, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas, sim, de permanecer sempre sobre o solo da história real; não de explicar a práxis a partir da ideia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material. (MARX, 1996, p. 55-56)

Este estudo, conforme já mencionado, se inscreve sob a discussão da ciência Geográfica com base no materialismo histórico e dialético, como aporte teórico para nossa pesquisa. Como exemplo, podemos mencionar a Geografia Agrária, que se desenvolveu na atual fase do capitalismo e tem na luta pela posse do território um dos seus principais focos de estudo. Muitos pesquisadores tem se debruçado a estudar esse tema, enfocando as transformações no território. Entre eles podemos citar Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que desenvolveu sua pesquisa conceituando território como "produto concreto da luta de classes

travada pela sociedade no processo de produção de sua existência". (OLIVEIRA, 2001, p. 74) Diante disso nosso trabalho de pesquisa também será desenvolvido em consonância com esta concepção, que materializa o território, caracterizando-o como um processo de desenvolvimento das forças produtivas intrinsecamente ligadas às relações sociais de produção.

Entendemos o espaço geográfico construído pelo trabalho como fundamento da Geografia. Dessa forma, procuramos trazer como referência autores que abordem essa questão de uma forma clara e elucidativa, pois isto nos dará base para um aprofundamento teórico no decorrer de nossa pesquisa. Neste aspecto nossa concepção trilhará na direção apontada por Moreira, segundo o qual:

> A sociedade é o tema verdadeiro da Geografia. E ela estudá-la-á a partir daquilo que é a expressão material visível da sociedade: o espaço. A sociedade, porém não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais. Portanto, a essência da aparência estará ditada pelo caráter histórico que o trabalho adquire em cada sociedade. (MOREIRA, 2000, p. 68)

Nessa perspectiva, compreender as formas de dominação e suas contradições engendradas pelo sistema nesse espaço, faz parte do estudo ao qual nos propomos através de nossa pesquisa. Mediante as investigações científicas sistematizadas por Lênin em sua obra "Imperialismo, fase superior do capitalismo", que no início do século XX identifica que o grau elevado do desenvolvimento do capitalismo gerou a fusão do capital industrial com o capital bancário e sua transformação em capital financeiro. Esta fase será denominada por Lênin como imperialista, sendo caracterizada pelo controle da economia mundial exercida pelos monopólios. Também tomaremos como base pesquisadores da atualidade como David Harvey (2013), que nos darão suporte teórico para a análise do tipo de capitalismo que temos no Brasil, particularmente marcado pelas contradições entre os interesses e a dominação imperialista, aliado aos interesses da grande burguesia brasileira e dos latifundiários. Desse modo nossa pesquisa trilhará a definição apontada por Harvey, que caracteriza imperialismo como:

> [...] uma fusão contraditória entre 'a política do Estado e do império' (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e 'os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo'(o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). (HARVEY, 2013, p. 31)

Entende-se, portanto, que o avanço da dominação imperialista sob o Brasil se desdobra como forma de expansão dos latifúndios monocultores, também chamado de agronegócio, que se mantém sob o domínio de empresas transnacionais, que abrangem todo o processo produtivo desde a produção, passando pelo processamento até sua comercialização. Este fato caracteriza-se como principal responsável pela expropriação camponesa e a diminuição da produção de alimentos em nosso país.

A pesquisa de campo, assim como a bibliográfica, estão sob orientação filosófica, aportada pela dialética, caracterizando-se como pesquisa qualitativa, conforme Chizzotti, segundo a qual há

> [...] relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento. Não se detém, como os interacionistas e etnometodólogos, no vivido e nas significações subjetivas dos atores sociais. Valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens. (CHIZZOTTI, 2000, p. 80)

Neste sentido a coleta de dados da pesquisa de campo busca conhecer a realidade concreta, pois "é preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência". (CHIZZOTTI, 2000, p. 84) Dentro dessa concepção "a realidade social, que se apreende por aproximação é, conforme Lênin (1955), mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela". (MINAYO, 1999, p. 21) Neste contexto compreendemos que a produção do conhecimento sistematizado através da pesquisa de campo, deve ter consonância com a teoria assumida, possibilitando, assim, um vínculo maior entre a teoria e a prática.

Entendemos que os pesquisados possuem um conhecimento de vida baseados em suas experiências, que fazem parte de suas ações cotidianas, sejam elas coletivas ou individuais, que devem ser levados em conta na sistematização da pesquisa. No entanto temos a definição de que estes conhecimentos práticos, embora importantes, não devem refletir diretamente um "conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade". (CHIZZOTTI, 2000, p. 83)

Nessa perspectiva o resultado da pesquisa não é simplesmente um trabalho solitário e sem ligação com a realidade concreta, e sim um trabalho coletivo, construído a partir do conhecimento científico elaborado pela humanidade juntamente com a relevante contribuição do conhecimento adquirido pelos assentados através de sua história de vida.

Destacamos que nesta pesquisa foram utilizados dados disponibilizados pelas páginas eletrônicas de órgãos institucionais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outras organizações privadas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sobre a temática geral na qual se inscreve este estudo importantes pesquisas foram realizadas recentemente no Brasil, tais como: GOMES (2012), SANTOS (2012), ROOS (2015), como também pesquisas referentes à Mesorregião Centro-Sul, algumas com recortes no Assentamento 8 de Junho, e outras somente na região, como: FABRINI (2002), CAMPOS (2011), CEZIMBRA (2013), MARTIGNONI, (2013). Ressaltamos que até o presente momento não encontramos disponível nenhuma pesquisa que discuta a questão da Soberania Alimentar na região de abrangência desse trabalho. As pesquisas foram inventariadas a partir de buscas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, realizadas por títulos e por palavras-chave.

A organização do plano de exposição e estruturação deste trabalho está distribuída em três capítulos que serão apresentados a seguir:

No Capítulo I dissertamos sobre os pressupostos teóricos que oferecem fundamento para análise e compreensão da soberania e Soberania Alimentar, enfatizando a necessidade da destruição dos latifúndios como premissa para a garantia da Soberania Alimentar no Brasil. Para isso focalizamos a história da estrutura agrária brasileira e de como os países capitalistas desenvolvidos resolveram o problema da concentração de terras. Discutimos, também, a questão da dominação imperialista no Brasil, que nos colocou em condições de subjugação dificultando, assim, o acesso a terra pelos os camponeses para a produção de alimentos ao longo da nossa formação histórica. Em contraponto enfatizamos a ação decisiva dos movimentos sociais populares na luta pela terra para o avanço da destruição dos latifúndios no Brasil. Analisamos a crise do capitalismo a partir da década de 1990 e as medidas utilizadas pelos governos em relação à questão agrária, em consonância com o imperialismo e seus órgãos de dominação. Finalizaremos o Capítulo buscando refletir, criticamente, sobre o projeto de construção da Soberania Alimentar e os embates com o latifúndio exportador em consonância com o mercado mundial de alimentos.

No Capítulo II evidenciamos a história da luta pela terra na região Centro-Sul do Paraná, iniciando com os povos indígenas até chegar à atualidade, relatando os

enfrentamentos dos camponeses organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para a conquista da terra e o desafio da produção de alimentos.

Com o Capítulo III analisamos a Soberania Alimentar a partir das experiências concretas vivenciadas no Assentamento 8 de Junho, desde as lutas do MST que levaram à conquista do Assentamento e a transformação do território de latifúndio em área produtiva. Faz-se a análise da paisagem natural relacionado-a com a construção do espaço geográfico feito pelos assentados. Através de entrevistas com os assentados que foram gravadas e transcritas tal qual os camponeses responderam, busca-se demonstrar as categorias da Soberania Alimentar marcadas pelas formas de produção, do que é produzido, o processamento, a industrialização e sua comercialização, quer seja no mercado local, regional, ou no mercado institucional. O estudo destaca a produção de alimentos no assentamento e sua relação com a perspectiva da Soberania Alimentar. Analisamos se os alimentos produzidos têm, de fato, contribuído para avançar no sentido da Soberania Alimentar, expressando parte do embate contra o latifúndio e o agronegócio e quais instrumentos deverão ser buscados para avançarmos em busca dessa direção.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA SOBERANIA ALIMENTAR

A noção de soberania, no geral, da qual decorre à de Soberania Alimentar, está ligada com os processos históricos de desenvolvimento das sociedades ocidentais que culminaram com a constituição dos Estados absolutistas que sofreram as revoluções burguesas, dando origem ao constitucionalismo. Falar, portanto, em soberania nos remete às formulações constitucionalistas que deram formulação ao Estado burguês liberal. A soberania é, portanto, ao lado do povo e do território, o elemento formador do Estado moderno nascido das hostes do fim do antigo regime, que caracterizou a fase final do feudalismo europeu, e que deu sustentação jurídica e política à modernização. Soberania caracteriza, desse modo, uma situação de poder de auto gerir-se, de independência. Um poder inalienável, intransferível e indivisível. Um povo é soberano, portanto, se goza desse poder em relação aos demais. Dessa noção depreende-se a noção de Soberania Alimentar como parte da soberania política, econômica, científica, tecnológica e cultural.

Neste trabalho, em consonância com o referencial dialético materialista aportado pelo marxismo, não separamos a noção de Soberania Alimentar da compreensão da soberania política no geral. Soberania política é concebida sob o princípio do internacionalismo e da autodeterminação, tal como foi cunhado por Marx e Engels no "Manifesto do Partido Comunista", de 1848, sob a consigna de "proletários de todos os países uni-vos". Ou seja, uma soberania que é separação enquanto uma relação autônoma em face do outro, sob o princípio da autodeterminação dos povos e, ao mesmo tempo, é integração e interdependência, sob o princípio do internacionalismo, ou da integração da classe trabalhadora a nível mundial.

Nesse sentido, entendemos que a questão da Soberania Alimentar no Brasil está diretamente ligada ao não acesso à terra por parte de várias gerações de camponeses brasileiros. O monopólio da terra tem servido para acumular riquezas e não para produzir alimentos necessários no processo de desenvolvimento do país. Entendemos ser a concentração da terra um dos principais geradores das mazelas sociais, não somente no campo, mas, também nas cidades. Entre estas, a falta de alimentos, e muitas vezes o não acesso ao alimento de qualidade, se constitui num grande problema causado pela

mercantilização da produção alimentícia, engendrada pelas grandes corporações transacionais, como analisado por Lappé:

> Os produtos colhidos dessas terras mais férteis fluem majoritariamente para consumidores em países ricos. A maioria local empobrecida não tem condições de comprar o que é produzido, e por não formarem um mercado significativo, as elites nacionais veem a população local essencialmente como fonte de mão de obra – um custo de produção a ser minimizado mantendo os salários baixos e quebrando sindicatos. O resultado é uma espiral descendente de degradação da terra e aprofundamento da pobreza nas áreas rurais. Até mesmo problemas urbanos tem origem rural, visto que o pobre tem de abandonar a zona rural em contingentes numerosos, migrando para as cidades, onde somente alguns poucos afortunados obtêm um salário para sobreviver, ao passo que a maioria adoece em favelas e barracos. (LAPPÉ *Apud* ROSSET, 2006, p. 318)

Nessa perspectiva, o debate que se faz presente de forma crucial é a questão da luta pela conquista da terra pelos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, objetivando a produção de alimentos diversificados, para que se possa garantir a segurança alimentar e nutricional como ponto de partida para implementar uma resistência as imposições mercadológicas. Que deve ter como princípios básicos o direito humano à alimentação adequada e saudável e à Soberania Alimentar; princípios estes que servirão como um contraponto referente aos vários significados que são usualmente apresentados por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao 'agronegócio' (MALUF, 2009, p. 19), que distorcem a sua significação, utilizando a expressão para seus interesses de classe, mascarando a realidade.

De acordo com Rosset:

> A noção de Soberania Alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento com arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então este país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A Soberania Alimentar, portanto vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real. (ROSSET, 2003 *Apud* ROSSET, 2006, p. 319)

As leis que regem o mercado fizeram dos alimentos uma mercadoria voltada apenas para aqueles que podem comprar para consumir, especulando e transformando-os em *commodities*. Assim nos tornamos reféns dos chamados impérios alimentares, que não levam em conta nossa cultura alimentar que se traduz em resultado de uma construção histórica milenar de povos de inúmeras nacionalidades. Visto que somos um país com inúmeras

capacidades sociais e ambientais, precisamos nos instrumentalizar com ações que visem concretamente o suprimento de alimentos saudáveis que façam parte de nossa cultura, voltados para toda a população e não apenas para uma minoria, como temos presenciado até o momento.

Mesmo a concentração da terra tendo aumentado nestes últimos anos e a tendência a destruir e marginalizar o campesinato esteja na ordem do dia do latifúndio monocultor, os camponeses pobres sem terra, com pouca terra, indígenas e posseiros, lutam incessantemente para escapar da miséria. Segundo Oliveira, nos anos de 1992 a 2003 o número de pequenas propriedades de até 100 hectares tiveram um aumento significativo, chegando perto de 1 milhão de imóveis, representando uma área de 25 milhões de hectares. É fato que os camponeses apesar de todos os conflitos enfrentados para se manterem na terra, continuam resistindo, e "a seu modo foram se inserindo no processo produtivo do campo brasileiro". (OLIVEIRA, 2007, p. 150)

Este enfrentamento tem demonstrado que é preciso ultrapassar as barreiras da luta contra o agronegócio, pois a luta pela terra deve ser a luta contra o latifúndio, e a libertação das terras dos monopólios que geram o agronegócio. Trata-se de entender a agricultura dentro do modo capitalista de produção, com seus limites e suas contradições, dentro de uma perspectiva crítica que leve ao desvendamento de até onde esse tipo de Reforma Agrária feita no Brasil pode contribuir para uma efetiva melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, do campo e da cidade, ou apenas sua inserção no modelo capitalista. Entendemos, assim, que "o efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativo em alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país". (CARTER, 2010, p. 60-61)

Diante disso os assentamentos conquistados pela luta política não podem representar "ilhas de Soberania Alimentar". Tampouco podemos ignorar a sua contribuição como forma de enfrentamento à diminuição da fome em várias regiões do Brasil, pois "as pequenas unidades camponesas tem sido responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos básicos da população e de várias matérias primas industriais". (OLIVEIRA, 2001, p. 90)

Nesse contexto, serão analisadas as principais diferenças entre a produção para o agronegócio, cuja base material é a grande propriedade com a finalidade de acumular capital e a agricultura camponesa da pequena propriedade, com a finalidade de produzir para o

autoconsumo, comercializando o excedente, que tem representado melhoria nas condições de vida dos trabalhadores sendo estes camponeses ou não.

Segundo Ploeg,

> A presença dos camponeses tem frequentemente uma relação positiva com a qualidade de vida no campo, com a qualidade dos nossos alimentos e com a necessidade de usar a água, a energia e as terras férteis de forma sustentável e eficiente. (PLOEG, 2008, p. 6)

Embora reconheçamos a importância da agricultura camponesa na sociedade em que vivemos, temos como propósito entender os limites e a viabilidade deste modelo de agricultura, principalmente como forma de resistência as imposições do mercado e das corporações transnacionais, levando também em consideração as contradições internas enfrentadas pelos assentados.

Pois para podermos mudar e transformar relações arcaicas em relações avançadas com vistas a uma concepção de desenvolvimento que priorize o ser humano, com uma "melhor distribuição da riqueza e de um mais justo critério de investimentos nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país" (CASTRO, 2004, p. 272), não podemos nos furtar em debater o problema das formas de produção no campo, buscando suas causas e debatendo possíveis soluções. Nossa perspectiva é apontar para a transformação da sociedade rumo à conquista da Soberania Alimentar de forma plena.

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A MONOCULTURA DE EXPORTAÇÃO

Em nossa concepção, um dos principais problemas sociais que afligem os países de capitalismo subdesenvolvido, em especial o Brasil, é a elevada concentração da propriedade da terra. Como já afirmamos, desde o início da chegada dos portugueses a grande propriedade monocultora tem sido o principal instrumento de subjugação e saque das riquezas em território brasileiro. Grande parte da produção foi organizada segundo as regras do capitalismo mercantilista. Assim como ocorreu no Brasil, também vários outros territórios das Américas do Sul e Central tiveram introduzido em seus espaços a exploração da terra, para que esta servisse de meio para a acumulação de riquezas.

Neste contexto, várias embarcações financiadas pelas Coroas saíram dos países Europeus, em especial de Portugal e Espanha, em busca de riquezas em outros continentes.

De início era a busca por metais preciosos principalmente ouro, posteriormente no caso brasileiro, por não terem encontrado este metal em abundância, o que de fato prevaleceu foi o cultivo de gêneros agrícolas tropicais, como a cana-de-açúcar o café o algodão e a pimenta-do-reino. Inicialmente estes produtos eram trazidos da África e da Ásia e comercializados na Europa, sendo paulatinamente substituídos pelos produtos agrícolas do Brasil, devido à menor distância das metrópoles, o que viabilizava o comércio de exportação. (STÉDILE, 2005, p. 20)

Toda essa produção era destinada ao mercado europeu que demandava produtos tropicais. Não objetivavam apenas buscar riquezas e transportá-las à Europa, mas, principalmente, "fundar aqui novas fontes de riqueza com ocupação e exploração da terra". (GUIMARÃES, 1977, p. 11) Neste sentido, era necessário impor a submissão aos povos indígenas que aqui habitavam há milhares de anos e não compartilhavam das ideias e costumes do europeu conquistador.

> Aos princípios e métodos da conquista, sucediam os princípios e métodos da colonização. A missão confiada aos colonizadores era de submeter o íncola, apropriar-se de suas terras e bens, impor-lhes suas concepções e transformá-lo num agente dócil de seus objetivos de domínio. (GUIMARÃES, 1977, p. 11)

O predomínio da violência contra o indígena foi cada vez mais ganhando força, devido à necessidade de braços para desempenhar o trabalho nas plantações e engenhos das chamadas Capitanias Hereditárias[8]. O indígena não aceitava de forma pacífica o trabalho escravo e trazer negros da África traria maior lucro para a burguesia comercial nascente. Para os lusitanos conquistadores o índio era um rebelde que muitas vezes fugia, era assassinado ou contaminado propositalmente por doenças trazidas pelos brancos europeus. A resistência indígena à escravização fará com que os invasores portugueses encontrem a necessidade "de uma nova política, que consistiria em substituir o 'indolente' escravo da terra pelos negros importados da Guiné". (GUIMARÃES, 1977, p. 16)

Com relação à propriedade da terra a Coroa Portuguesa adotou o monopólio de todo o território onde se encontra hoje o Brasil. Nesse sentido, não havia aqui propriedade privada. O que predominou foi a concessão de terras da Coroa para aqueles fidalgos portugueses que se propusessem a investir seu capital na produção agrícola exportadora, ficando assim

[8] A partir de 1534 o Brasil passa a ser efetivamente invadido pelos portugueses. O Rei de Portugal, na época D. Manuel, divide o território em 15 partes, chamadas de Capitanias Hereditárias, colocando em cada uma delas um governante, o donatário. Dentre as atribuições deste estava o direito de doar terras a quem lhe proviesse, estas subdivisões, em porções bem menores que as capitanias foram chamadas de Sesmarias e são a gênese do latifúndio no Brasil.

concedidas as chamadas Capitanias Hereditárias que passariam de pai para filho, por direito adquirido com a doação da Coroa Portuguesa, mas sem poder vendê-las.

O latifúndio nasceu e se desenvolveu no Brasil marcado pela violência e extermínio da população nativa e continuará sua história igualmente marcado pela ilegitimidade que consistirá em sua principal marca. Oliveira apresentou que

> Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol" em busca da manutenção de seu espaço de vida no território invadido. (OLIVEIRA, 2002, p. 11)

A partir de 1850 a monarquia escravocrata brasileira foi pressionada pela Inglaterra para substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Dessa forma, a escravidão já não podia mais ser mantida. Cabe salientar que nesse período muitos escravos já haviam se rebelado e fugido para os chamados quilombos, que consistiam em áreas livres e distantes para onde se dirigiam os trabalhadores libertos, que mantinham uma sociedade livre da escravidão. Neste contexto a Coroa Portuguesa, já prevendo que a abolição era questão de tempo, promulga em 1850 a primeira lei de terras do país, a chamada Lei nº 601. Esta lei permitia adquirir lotes de terra somente a quem pagasse "à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país". (GUIMARÃES, 1977, p. 134) Através dela eram justificados todos os atos de expropriação camponesa aplicados pelo Império vigente. Dessa forma também garantir-se-ia a mão de obra para as fazendas de café e cana de açúcar, produtos extremamente valorizados no exterior, negando-se juridicamente ao negro e ao índio o direito a conquistar seu pedaço de terra.

Em 1888 foi promulgada a chamada Lei Áurea que consolidou, no papel, um fato que há tempos já estava acontecendo, que foi a libertação dos trabalhadores escravizados. O final da escravidão foi também seguido pela Proclamação da República, que por acordos se mantém como havia feito desde a Independência, submisso aos interesses comerciais ingleses. Esta República Federativa foi baseada nos preceitos liberais apenas na teoria, pois a História tratou de revelar que seus objetivos eram manter o poder nas mãos das oligarquias rurais, explorando grandes espaços com a monocultura da cana, viabilizando as exportações, conforme apresentou Costa:

> Somada aos demais mecanismos centralizadores, a face repressora do Estado, voltada preferencialmente para a "questão nacional" interna, reforça a convicção que o Estado aqui montado se tratou, no máximo, de um arremedo de Estado moderno, constituído muito mais para "amarrar" internamente a sua coesão nacional, vista como domínio centralizado de um território e de sua população. (COSTA, 2001, p. 42)

Neste período, muitos trabalhadores pobres, ex-escravos ou livres, desenvolviam o plantio de subsistência. A ocupação de terras em áreas íngremes e distantes foi uma forma encontrada por esses trabalhadores e suas famílias para garantir sua sobrevivência, visto que a maior parte das melhores e mais acessíveis terras já estavam nas mãos de grandes latifundiários, que desde as Capitanias Hereditárias e, posteriormente as Sesmarias, haviam tomado posse de grandes extensões de terras para fins monocultores.

A esse respeito Guimarães abordou que:

> Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores de terra, para que por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal, e seu semelhante, o sistema escravista de plantação lançaram mão dos mais variados meios ao seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam à ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela se fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. (GUIMARÃES, 1977, p. 105-106)

O processo de luta forja o nascimento da "classe camponesa" no Brasil, que irá se consolidar como camponês posseiro, que ocupava a área de menor interesse econômico para o latifúndio e podia fornecer excedentes nos momentos de crise de alimentos. Oriundo do processo de expropriação, segue resistindo para garantir sua sobrevivência. A política de colonização que foi implantada no Brasil teve como propósito a implantação da propriedade privada, sendo a lei de terras de 1850 um marco na aplicação jurídica desse processo. Assim a economia brasileira esteve durante mais de trezentos anos subordinada aos interesses mercantilistas, sendo durante todos esses anos o latifúndio monocultor o seu principal pilar de sustentação.

1.1.1 Origens da divisão de terras no capitalismo

A transição do sistema feudal para o sistema capitalista foi marcada por intensos conflitos. Este primeiro, um sistema baseado na produção agrícola, trouxe em sua história grandes revoltas camponesas, que marcaram de forma profunda as estruturas de diversos países. Amim e Vergopoulos (1977) afirmam que a Europa presenciou três etapas que caracterizaram sua passagem ao modo de produção capitalista e sua adequação a ele ao longo dos séculos que se seguiram:

> 1) a que qualificamos como etapa do mercantilismo, do século XV ao século XIX, caracterizada por uma primeira transformação na agricultura, sua mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; 2) a do século XIX, caracterizada pela realização do modo de produção na indústria; 3) a do século XX, caracterizada pela "industrialização" da agricultura. (AMIM e VERGOPOULOS, 1977, p. 21)

Com o advento do sistema capitalista de produção, a terra passa ser um equivalente de mercadoria, sendo apropriada e concentrada privadamente nas mãos da classe dominante que irá extrair dela seus lucros, por meio da chamada renda da terra, "que se caracteriza por um lucro extraordinário permanente. Ela é, portanto, produto do trabalho excedente, ou seja é fração da mais-valia". (OLIVEIRA, 1995, p. 73) Sendo a terra um meio de produção fundamental para produzir alimentos e outras matérias primas, a sua forma de apropriação torna-se primordial para a sobrevivência e reprodução da espécie humana. Neste sentido as classes antagônicas do sistema capitalista de produção no campo, camponeses e latifundiários, estarão em conflito permanente para colocar em prática seus objetivos e finalidades com relação à função e uso da terra.

Com o processo industrial em pleno desenvolvimento na Europa as formas de produzir no campo foram sendo modificadas em vários países ao longo do tempo. A transição do feudalismo para o capitalismo não se deu de modo igual em todos os lugares, fazendo com que a agricultura adquirisse características diferentes dependendo do grau de avanço ou desenvolvimento de cada país. Conforme Oliveira:

> De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também as próprias relações feudais pelos *junkers* prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como com outras formas comunitárias de produção. (OLIVEIRA, 1995, p. 31)

Nos países que foram dominados pela expansão colonial, entre os quais os pertencentes à América do Sul e Central, África e Ásia, a utilização da violência foi inicialmente a saída encontrada pelo conquistador para obrigar as populações nativas a trabalharem em regime de escravidão, invadindo seus territórios e modificando totalmente seu modo de produzir. Com isso os países europeus podiam comprar as mercadorias que seriam produzidas com um custo extremamente baixo "fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial". (OLIVEIRA, 1995, p. 31) Já o sistema agrícola europeu ocidental e

norte americano, irá se diferenciar dos demais exatamente por serem estes países colonialistas, que através da exploração de suas colônias puderam desenvolver melhor sua produção agrícola, com maiores cuidados com o manejo do solo e com a ampliação de áreas que seriam utilizadas para o plantio de alimentos e destinadas a abastecer as cidades.

Como apontou Kautsky (1980 p. 254), "o modo de produção capitalista, rompido os liames do feudalismo, deu um impulso extraordinário a agricultura". A Europa Ocidental presenciou, em meados do século XIX, um aumento na produção, que fez também aumentar o preço dos produtos comercializados que provinham do campo. Este fato propiciou a rápida alta do preço de todas as terras. Os camponeses da Europa estavam vivenciando a ascensão de sua economia agrária. Diante desse contexto a indústria não manteve o mesmo ritmo da agricultura, gerando graves problemas para o operariado urbano, que teve seu poder de compra diminuído diante do aumento dos preços dos produtos agrícolas.

> Em muitos casos mesmo ascendeu mais depressa que os salários, de tal modo que os operários viram a sua situação piorar, não apenas como produtores (a quota-parte da mais-valia aumentava, o que vale dizer que diminuía o seu quinhão no valor produzido por eles), mas também como consumidores. A prosperidade da agricultura nasceu da miséria crescente do proletariado. (KAUTSKY, 1980, p. 255)

Contraditoriamente o desenvolvimento capitalista cria condições para o seu avanço mas, simultaneamente, sobre uma lógica que se contrapõe ao trabalho do campo. Operando constantemente com a acumulação de capitais e buscando cada vez mais otimizar a produção através de medidas que propiciem sua reprodução. Diante desse quadro de ampliação dos custos dos produtos agrícolas dos países da Europa ocidental, a indústria irá buscar os produtos que necessitava, como afirma Kautsky (1980), "no além mar", ou seja, produtos agrícolas que foram trazidos das colônias, para servirem de concorrentes com os produtos agrícolas europeus.

Sobre a concorrência dos produtos agrícolas Oliveira apresenta:

> A concorrência dos produtos agrícolas decorreu dos baixos preços dos produtos importados, em função dos menores custos na sua produção e/ou em função dos maiores graus de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores nas outras partes do mundo, comparavelmente a realidade da produção agrícola dos países industrializados da Europa. (OLIVEIRA, 1995, p. 44)

Este fato trouxe uma crise sem precedentes para o sistema agrícola europeu. Esta agricultura que havia atingido os mais altos índices de lucros e produção, agora vivenciava a

sua maior decadência. A estrutura fundiária europeia foi forçada a se fragmentar, pois não tinha outra alternativa diante dos problemas que estava enfrentando.

A indústria necessitava cada vez mais de braços para aumentar sua produção e seus lucros. Em consequência, o campesinato europeu é submetido à lógica capitalista de produção da mais-valia. Este contexto mostrou-se propício para a industrialização da agricultura, caminho trilhado nos próximos anos pela produção agrícola europeia, assim como mostra Oliveira:

> De qualquer forma, esse processo apontava o novo rumo da agricultura: a sua industrialização. Industrialização essa que se fez, sobre tudo na etapa monopolista do capitalismo. E suas bases encontram-se nessa crise da agricultura do final do século XIX, crise essa que lhe abriu o terreno. Foi dessa maneira que começou a passagem da sujeição da renda da terra produzida pelo camponês, do capital comercial para o capital industrial e, mais que isso, com a cartelização e nascimento do capital financeiro, a sua sujeição aos monopólios. (OLIVEIRA, 2007, p. 30)

Tiveram também grande importância, nesta mesma época, as colônias dos Estados Unidos da América. Nestas, os camponeses pobres não necessitavam pagar pela terra, forma encontrada pelo governo para incentivar a imigração europeia visando o desenvolvimento de seus territórios. Com este processo em curso os povos nativos que habitavam aqueles espaços milenarmente, foram sendo gradativamente exterminados para dar lugar a uma agricultura que tivesse como base a monocultura.

Segundo OLIVEIRA (2007, p. 45), "essa produção foi crescendo em escala. A produção de mercadorias para o mercado internacional foi criando o agricultor especializado, que passou a produzir um único produto agrícola". Desse modo a agricultura nas colônias estadunidenses passa a se adequar cada vez mais ao capitalismo. Como havia muitos braços para o trabalho da lavoura em consequência do aumento de imigrantes e a abolição da escravidão, a tendência foi o rebaixamento dos salários, trazendo maiores lucros para os camponeses ricos.

Em 1820, de acordo com Oliveira, o Estado Americano permite a venda de lotes em prestações para os camponeses que quisessem produzir para comercializar:

> Esse processo de abertura do acesso à terra teve início com uma lei de 1820 que permitia a venda de terras do Estado em pequenas parcelas de 80 acres (32, 3736 hectares) ao preço de US$ 1,25 por acre (4047 m²). Em 1832, o Estado autorizou a venda de propriedades de até 40 acres (16,1868 ha). Por fim em 1862, foi assinado o *Homestead Act*, ou a lei da colonização americana, que permitia a concessão gratuita de terra para propriedades de 160

> acres (64,7472 ha). Na origem aí estão as condições concretas para o nascimento dos *farmers* americanos, camponeses produtores de mercadorias. (OLIVEIRA, 1995, p. 46)

Como a produção aumentou bastante e os preços ficaram baixos, as vendas se ampliaram fazendo com que os Estados Unidos despontassem como uma grande potência na produção agrícola. Em contrapartida a Europa entra em recessão, pois não podia acompanhar os preços dos produtos agrícolas ofertados pelos Estados Unidos e também pelos países coloniais.

Dessa maneira os países europeus tiveram que resolver a dualidade imposta pelo caráter do sistema capitalista: continuar trazendo rendas altas aos proprietários de terras ou diminuir o preço das matérias-primas que seriam utilizadas nas indústrias pelos capitalistas urbanos.

> De certo modo, o imperialismo foi a resposta a essa contradição; ou seja a nova expressão desse desequilíbrio particular entre a agricultura e a indústria nos países imperialistas foi transposta para o plano internacional como sendo o comércio de produtos primários contra produtos manufaturados. (OLIVEIRA, 1995, p. 50)

Entre os anos de 1870 a 1890, os países europeus já possuidores de inúmeras colônias, dividiram entre si praticamente a maioria dos países que ainda não tinham sido incorporados pelos mesmos. Este período ficou marcado com a ascensão de parte dos países europeus ocidentais à condição de grandes potências exportadoras de manufaturas e importadoras de produtos primários. Lênin (1986, p. 582), identifica este período como uma nova etapa do capitalismo, afirmando que "o capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados".

1.1.2 O capitalismo monopolista e a questão agrária brasileira

O espaço geográfico monopolizado pelo capitalismo forjou, no último século, uma gama de transformações em relação a suas necessidades, que já não se restringiam apenas ao seu espaço local. Desde o período neocolonial e as chamadas independências dos países da América Latina até os dias atuais, podemos enumerar uma série de ações dos países de capitalismo desenvolvido para poder dominar cada vez mais o espaço e retirar as riquezas necessárias para continuar seu processo de espoliação das antigas colônias.

O início da industrialização brasileira esteve, assim, fortemente vinculado ao café, que era plantado principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. “A renovada economia cafeeira deu vazão ao crescimento de uma rede de grandes estabelecimentos exportadores e importadores estrangeiros (ingleses, sobretudo)”. (MENDONÇA, 2004 p. 20) Dessa forma, a estrutura que propiciava a entrada e saída de produtos para os portos foi otimizada através da construção de várias ferrovias de propriedade inglesa. “No ano de 1880 eram onze as ferrovias, esse número passaria para 25, quinze anos depois”. (MENDONÇA, 2004, p. 21) Diante disso a indústria brasileira já surge subordinada ao capital monopolista britânico que controlava de todas as formas as respectivas importações e exportações brasileiras.

Dessa forma, criava-se no Brasil no final do século XIX e início do século XX, uma aliança entre os interesses imperialistas, os agrários e os industriais. Esse modelo implantado no Brasil trouxe no seu bojo uma série de transformações relacionadas à economia que esteve intrinsecamente ligada ao contexto internacional. Nossa inserção no comércio internacional vai acontecer de “forma subordinada aos interesses do imperialismo, primeiro do inglês e em seguida dos EUA”. (CANO, 2000, p. 12)

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, os países da Europa Ocidental que haviam participado do conflito, encontravam-se arruinados e altamente endividados, principalmente com os Estados Unidos. Esse fato fez com que perdessem sua influência sobre os países colonizados. Neste contexto a Inglaterra, juntamente com os demais países da Europa Ocidental, apesar de terem ganhado a guerra, estavam profundamente enfraquecidos.

Neste período, pós Primeira Guerra Mundial, a expansão territorial americana já se encontrava consolidada, iniciando esta fase como uma das economias mais avançadas do mundo, em vários aspectos, que iam desde a indústria equipada com uma tecnologia altamente desenvolvida até sua grande influência como principal país credor dos países vitoriosos e perdedores da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

O Brasil pela sua extensão territorial, com suas terras extremamente férteis, suas riquezas naturais, sua grande capacidade consumidora de produtos industrializados e um grande número de trabalhadores, vistos como mão de obra barata pelas empresas transnacionais, irá sediar grandes empreendimentos. Grande parte desses financiados pelo Estado, com empréstimos de bancos estrangeiros, com o objetivo de gerar o “progresso”, mesmo que este significasse o aumento da miséria de grande parte dos operários e camponeses.

O capitalismo desta fase passava por grandes transformações, com a criação de grandes corporações como bancos e empresas juntamente com a produção altamente

concentrada e centralizada. Neste contexto "Lênin (1870 a 1924), que foi o fundador e o teórico do Partido Comunista (bolchevique), o organizador e o dirigente da Revolução Russa de outubro de 1917" (LEFEBVRE, 1969, p. 185), com base em estudos anteriores, como o do economista inglês J. A. Hobson, que relaciona as raízes do Imperialismo à economia e "que embora defenda o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses, faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo". (LÊNIN, 1986, p. 586)

Também as ideias do austríaco Rudolf Hilferding, em seu livro "Capital Financeiro", irão servir de aporte para que Lênin desenvolva sua obra "Imperialismo, fase superior do capitalismo". Nesta obra, Lênin demonstra, a partir da lei geral cunhada por Marx, segundo a qual a livre concorrência gera um alto grau de concentração da produção, e que esta necessariamente desembocará nos chamados monopólios. Lênin irá desenvolver através de seus estudos científicos as cinco características que serão fundamentais para definir o imperialismo.

> 1º) Concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento, que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2ª) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse, da oligarquia financeira; 3º) Exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4º) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5º) O término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1986, p. 641-642)

Lênin demonstrou que a espinha dorsal do imperialismo consiste em manter os países divididos entre dominantes e dominados. Sua base de sustentação é o capital financeiro que, por sua vez, gera a política de dominação colonial. Assim fazem a divisão do mundo para retirar dos países colonizados vários tipos de riquezas. Desse modo fica clara a relação entre os acontecimentos políticos e econômicos dos países dominados com os interesses imperialistas das potências. Estes impondo àqueles um tipo de desenvolvimento econômico que se submetessem aos seus interesses, ou seja, visando a acumulação de riquezas para seus monopólios.

No Brasil a dominação imperialista irá refletir de várias formas, tanto econômicas, quanto sociais e políticas. Um exemplo pode ser dado com advento da crise de 1929, quando os latifundiários brasileiros produtores da monocultura cafeeira foram fortemente atingidos, pois a maior parte da produção era exportada para os Estados Unidos. A queda da bolsa de valores e a consequente falência da economia estadunidense impediram a continuidade da

compra do café brasileiro, reduzindo também seus investimentos no país. Neste período temos o golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder e, mesmo sendo este um grande latifundiário do Rio Grande do Sul, foi apoiado pelos grandes industriais paulistas, que se sentiam excluídos da participação política pelo governo que o antecedeu. Contudo, mesmo que as oligarquias do café tenham perdido seu poder político, a concentração da terra não mudou, isto é, com grandes latifúndios monocultores. Podemos afirmar que o "Estado aliou seu autoritarismo tradicional às funções típicas de um Estado capitalista". (COSTA, 2001, p. 44) Os latifundiários acordaram com o novo governo a manutenção da concentração de terras e a garantia que os direitos sociais e trabalhistas não chegariam ao campo, que na época abrigava 60% da população brasileira.

Conforme analisa Rangel,

> [...] a industrialização fazendo-se como substituição de importações, era perfeitamente possível sem Reforma Agrária. Mais ainda que o latifúndio feudal, que - como noutros países havia acontecido - supúnhamos ser uma força irredutivelmente antiindustrialista, não apenas podia conciliar-se com a industrialização brasileira, como podia mesmo patrociná-la. (RANGEL, 1989, p. 23)

Na década de 1930 muitos sacos de café foram queimados para conter a produção. Foi uma alternativa encontrada pelo governo de Getúlio Vargas para prestar socorro emergencial aos cafeicultores que estavam perdendo todas as suas colheitas. Várias medidas foram tomadas também com relação à economia como, por exemplo, a suspensão do pagamento da dívida externa e o controle da taxa cambial. "Isso foi necessário porque, em meio aos efeitos da crise de 1929, era difícil conseguir empréstimos estrangeiros e, quando eram obtidos, esses empréstimos representavam o pagamento de taxas de juros elevadíssimas". (MENDONÇA, 2004, p. 48)

Todo esse controle econômico não surtiu o efeito esperado, mas conduziu a um razoável avanço na industrialização. A queda dos preços do café no mercado internacional, fez com que diminuíssem as importações de manufaturados elevando a indústria brasileira e melhorando o chamado mercado interno. Cabe lembrar que todo esse contexto foi acompanhado de grande repressão ao movimento operário que buscava, através de suas lutas, a aprovação de algumas leis trabalhistas. Estas leis, junto com um discurso nacionalista, se constituíam em um dos principais pilares de sua popularidade. Todavia com relação à Reforma Agrária e concessão de direitos a trabalhadores rurais, nada foi feito de concreto, sendo também os camponeses duramente reprimidos.

Após a Segunda Guerra Mundial países da Europa, Estados Unidos e Japão, consolidaram uma aliança em nome da manutenção de seu sistema de dominação imperialista, e para alcançar seus objetivos, acordaram diversas estratégias de controle territorial com os governos e latifundiários dos países dominados entre estes o Brasil. “Incorporadas desde sempre à constelação do poder imperialista, nossas classes dominantes não tem o menor interesse em averiguar se o patriotismo poderia ser mais rentável que a traição”. (GALEANO, 2002, p. 15) Dessa forma, percebemos os vínculos bastante próximos entre os interesses da grande burguesia nacional com a burguesia imperialista. E o caminho encontrado para a economia dos países de capitalismo subdesenvolvido foram as amarras opressoras do sistema mundial de dominação.

Em 1955 Juscelino Kubitschek consegue vencer as eleições com um discurso voltado ao desenvolvimentismo. Afirmava que faria o Brasil se desenvolver “cinquenta anos em cinco”. Seu plano de metas incluía os setores primordiais da indústria, tais como de energia, de transporte e da indústria de base. Neste período houve também um enorme investimento das indústrias estrangeiras no país, o que nos possibilita afirmar que JK, como ficou conhecido na época, inaugurou a fase de maior abertura às empresas transnacionais, principalmente do setor automobilístico. Isso significava que a indústria moderna não era brasileira, pois estas não passavam de filiais de grandes empresas sediadas na Europa e nos Estados Unidos. Todo esse crescimento industrial ficou marcado pela grande concentração de renda, pois os lucros eram cada vez maiores devido, também, ao aumento da exploração dos trabalhadores.

De acordo com Guimarães:

> As novas condições do capitalismo monopolista de Estado levaram os países desenvolvidos a acumular as funções de grandes produtores industriais e também de grandes produtores e exportadores de produtos agrícolas. Por outro lado, os países menos desenvolvidos, tradicionais produtores de matérias primas, estão se transformando, com a presença das subsidiárias de empresas multinacionais e através da internacionalização da produção industrial, em plataformas de exportação de produtos manufaturados. E, também, concomitantemente, num grau crescente, transformam-se em importadores de produtos agrícolas. (GUIMARÃES, 1982, p. 235)

Estas transformações mantiveram a nossa economia no atraso, pois a velha condição de exportador de produtos primários baseados no latifúndio ainda permanecia, embora com algumas mudanças, caracterizada pela importação de produtos agrícolas, muitos dos quais não faziam parte de nossa cultura alimentar.

Também neste período, Guimarães (1982, p. 238), identificou uma imensa concentração de terras, convivendo ao lado de inúmeros camponeses pobres e posseiros que não possuíam o mínimo necessário para a sua subsistência, gerando cada vez mais pobreza no campo e menos alimentos para as cidades.

1.2 A REFORMA AGRÁRIA E AS LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL

A distribuição de terras para quem precisa trabalhar e produzir alimentos diversificados para o seu auto-sustento gerando excedentes constitui-se na principal forma de se garantir a Soberania Alimentar. Isto porque a concentração da terra historicamente tem provocado, devido à monocultura voltada para a exportação, a escassez de produção de alimentos básicos para a alimentação do povo brasileiro. Diante disso a Reforma Agrária se caracteriza como principal pilar para a garantia desta produção e, consequentemente, da Soberania Alimentar. A partir desta perspectiva é que elencamos, como primordial, o entendimento da história geral da Reforma Agrária, analisando como este processo se desencadeia no Brasil.

Depois da derrota do sistema feudal na Europa, a Reforma Agrária foi realizada em vários países desse Continente, não por vontade espontânea da classe dominante, mas pela pressão violenta dos camponeses, evitando assim a radicalização dos processos revolucionários burgueses.

> A Reforma Agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 67)

Embora existam diversas definições do que seja uma Reforma Agrária, aqui trabalharemos, na perspectiva do materialismo histórico e dialético calcada na luta de classes, procurando compreender as definições que se encontram no campo da defesa da classe camponesa. Como nos propomos a analisar a Soberania Alimentar no Brasil, entendemos como premissa básica para atuarmos em sua definição e construção, a questão da distribuição da terra para quem nela quer trabalhar.

Segundo Augusto de Mendonça Lima, a Reforma Agrária deve ter um sentido amplo e abrigar em seu contexto vários aspectos como o político, jurídico, econômico, técnico e o social.

> Consiste na modificação da estrutura agrária de uma região ou de um país determinado, mediante a execução de mudanças fundamentais nas instituições jurídicas agrárias, no regime de propriedade da terra e na divisão da mesma. Além de tudo isso, pressupõe a construção de obras e prestação de serviços de diferentes naturezas tendentes a incrementar a produção e melhorar a forma de distribuição dos benefícios obtidos dela, afim de conseguir melhores condições de vida e de trabalho, em benefício da comunidade rural. (LIMA *Apud* OLIVEIRA, 2007, p. 69)

Julgamos necessário mencionar também a concepção desenvolvida por Antonio Garcia, que apresenta um conceito mais radical de entendimento da Reforma Agrária, caracterizando-o como "um processo massivo, rápido e drástico de redistribuição dos direitos sobre as terras e sobre as águas". (GARCIA *Apud* OLIVEIRA, 2007, p. 69)

Temos também a definição sistematizada por Raymundo Laranjeira que afirma ser a Reforma Agrária um:

> processo pelo qual o Estado modifica os direitos sobre a propriedade e posse dos bens agrícolas, a partir da transformação fundiária e da reformulação das medidas de assistência em todo o país, com vista a obter maior oferta de gêneros e eliminar as desigualdades sociais no campo. (LARANJEIRA *Apud* OLIVEIRA, 2007, p. 69)

Segundo OLIVEIRA, (2007, p. 70), "para a implantação da Reforma Agrária existe a necessidade de duas políticas fundamentais: a política fundiária e a política agrícola". A política fundiária diz respeito ao tamanho das propriedades e os seus limites que foram sendo implementados pelos governos ao longo da história de cada país. Assim tivemos alguns países que limitaram o acesso à apropriação privada da terra, outros que não limitaram, e aqueles, como é o caso do Brasil, que estipularam através de leis, uma limitação extremamente alta, se comparada com outros países de igual extensão territorial. A Constituição Brasileira de 1946 limitou a aquisição de terras públicas em 10.000 hectares, sendo modificado em 1967 para 3.000 hectares, e sendo novamente alterado para 2.500 hectares com a Constituição de 1988. "Assim o limite máximo no Brasil foi de 154 vezes maior que o norte americano, entre 1946 e 1967; de 46 vezes maior entre 1967 e 1988; e de ainda 34 vezes maior de 1988 em diante". (OLIVEIRA, 2007, p. 71)

A política agrícola é caracterizada pela estrutura oferecida pelos governos aos camponeses após a distribuição dos lotes. Estrutura esta que deve ser compreendida em

sentido mais amplo, ou seja, a garantia de uma série de melhorias no que diz respeito à qualidade de vida para os camponeses beneficiários da Reforma Agrária.

> Estão incluídas nessas ações: educação e saúde públicas, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programa de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infraestrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias, etc. (OLIVEIRA, 2007, p. 71)

Os países capitalistas dominados pelo imperialismo não tem garantido a efetivação dessa propalada Reforma Agrária. A nosso ver o que tem ocorrido são distribuições esparsas de terras em alguns lugares, reivindicados pelos movimentos sociais de luta pela terra. Basta observarmos os números que limitam a aquisição da propriedade da terra nestes países, para compreendermos tal fato. No decorrer do século XX vários países que haviam deixado de ser colônias dos países capitalistas desenvolvidos, conviveram com inúmeras revoltas camponesas, pelo direito à terra para quem nela trabalha. Todos esses países foram e são marcados pelo latifúndio monocultor que concentra terra, enriquece uma minoria e empobrece e expropria os camponeses. Neste contexto vários governos lançaram mão de medidas de contenção do campesinato, para que este não assumisse o papel de protagonista numa possível revolução socialista. Sobre essa questão Oliveira afirma:

> No século XX, a Reforma Agrária apareceu principalmente nos países em desenvolvimento com grande concentração da propriedade privada da terra em poucas mãos, e uma grande massa de camponeses sem terra ou com pouca terra. Nesses países a Reforma Agrária constituiu-se em instrumento político dos governos para frearem movimentos revolucionários cujo objetivo era a revolução socialista. Portanto, muitos governos desses países passaram a incluir em seus planos de desenvolvimento econômico a implantação de projetos de Reforma Agrária para tentar antecipar-se às revoluções. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Compreendemos, assim, que a Reforma Agrária só ocorreu de fato nos países onde houve uma radicalização das lutas camponesas, forçando a classe dominante a conter estas lutas. Assim, não será diferente no Brasil. Aqui, o pouco que se fez também foi fruto da luta organizada dos camponeses, forçando o Estado a tomar medidas de contenção das massas. Portanto, o grau de desenvolvimento de distribuição de terras no Brasil está relacionado ao grau de organização e de radicalização dos movimentos camponeses.

No início da década de 1940 o Brasil se encontrava sob o domínio do capitalismo em sua mais avançada etapa, isto é, o imperialismo. Sendo assim, o tipo de capitalismo brasileiro apresentava características de subordinação aos interesses imperialistas. “O monopólio da terra aparece como o mais forte entrave ao desenvolvimento rural e responde pelo atraso e

lentidão com que se expande a área de cultivo no conjunto das explorações agropecuárias" (GUIMARÃES, 1982, p. 240)

Com uma das maiores concentrações de terra do mundo com um modelo agrícola exportador, que privilegia os grandes latifundiários e a grande burguesia nacional e internacional, gerando, ao longo de nossa história, um nível altíssimo de miséria dos trabalhadores tanto no campo quanto nas cidades.

Foi nesse contexto político e social que, nas décadas de 1940 e 1950, se desenvolveram as Ligas Camponesas[9]. O objetivo inicial das Ligas foi o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não dos vivos. "Os interesses dos mortos de fome e de miséria. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo a sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto". (CASTRO, 1965, p. 23) De início reuniram 140 famílias e convidaram um dos senhores de engenho, para fazer parte da diretoria, sendo este nomeado presidente, com direitos superiores aos demais integrantes. Com sua influência política e social, sendo um grande latifundiário, além do caixão, também os ajudava na aquisição de alguns produtos e ferramentas que necessitavam para seu trabalho. Poderia também auxiliar em uma maior proximidade com os órgãos governamentais, já que eram esquecidos dos projetos e políticas públicas.

Como toda aliança da classe dominante com a classe dominada dura pouco, não tardou para aparecerem as contradições e conflitos que culminaram em uma maior combatividade por parte dos camponeses pobres que compunham a Liga. Os latifundiários da região começaram a alardear que este seu aliado de classe havia cometido um equívoco em permitir e participar da tal associação, pois esta poderia se tornar mais tarde "um perigoso instrumento de agitação social". (CASTRO, 1965, p. 30) Sendo alertado pelos outros senhores de engenho pede a sua saída e exige o fechamento imediato da Liga que tinha sido criada para reivindicar o direito dos mortos de levarem consigo seu caixão. De acordo com Castro:

> Foi aí que história mudou de rumo. A maioria dos camponeses resistiu ao fechamento, e a partir deste momento, sob a pressão dos acontecimentos, a sociedade mutualista funerária virou mesmo uma liga camponesa para lutar

[9] As Ligas Camponesas surgem no início da década de 1940 em Pernambuco na região nordeste brasileira, com uma reivindicação simples, e a exploração crescente das massas camponesas submetidas as mais crueis formas de espoliação de um capitalismo atrasado e exportador de produtos agrícolas, foi "organizando a luta dos foreiros, moradores arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio". (OLIVEIRA, 2002, p. 22)

> pelos direitos dos camponeses contra a opressão dos senhores da terra. Criada para defender os direitos dos mortos, ela iria agora se constituir como instrumento de reivindicação dos direitos dos vivos. (CASTRO, 1965, p. 31)

Como vemos, tanto na natureza, como na sociedade não há unilateralidade, mas tudo carrega sua própria contradição, "foi tratando dos problemas da morte que os camponeses do engenho Galiléia abriram seus olhos para a vida. E viram melhor, e melhor compreenderam as injustiças da vida e quais eram os autores dessas injustiças". (CASTRO, 1965, p. 31)

O papel fundamental na organização camponesa, naquele período foi protagonizado pelo PCB, que se destacou "como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agrupações políticas se limitavam ao simples periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários". (MORAIS, 2012, p.21)

Foi dessa forma que as Ligas começaram a se multiplicar por várias regiões do Nordeste, e convergir "num instrumento de ação política libertadora" (CASTRO, 1965, p. 33), representando um projeto alternativo de agricultura e de sociedade defendendo a Reforma Agrária radical "na lei ou na marra".

A análise desse movimento camponês nos possibilita refletir sobre a capacidade de luta de um grupo social quando este se vê sendo espoliado de seus direitos fundamentais, que assustou profundamente a ordem latifundiária imposta pelo imperialismo em nosso país.

Os anos de 1946 a 1964 caracterizaram-se como períodos de grande importância política para o Brasil. Foi quando as diversas organizações sociais puderam construir seus projetos e propostas com relação às aspirações de melhorar a vida de camponeses e trabalhadores do campo e da cidade. Foi também neste período que o Partido Comunista do Brasil (PCB), que havia sido colocado na clandestinidade desde os anos de 1930, pode novamente voltar a sua atuação.

Com a Constituição de 1946 vários partidos políticos de direita e de esquerda, organizações e movimentos sociais apresentaram propostas de implementação da Reforma Agrária. Muitas propostas foram utilizadas apenas como retórica para minimizar conflitos, sem nunca terem sido colocadas em prática. Outras mais vinculadas aos movimentos de esquerda e revolucionários tinham uma organicidade maior com o campesinato, gerando, além das reivindicações e enfrentamento ao sistema latifundiário, propostas mais radicais que possibilitaram um avanço maior na luta.

Por outro lado não podemos ignorar que por dentro do Estado capitalista, com características ligadas ao subdesenvolvimento, qualquer avanço na conquista de direitos para os operários e camponeses, provocará sempre sérios conflitos. Lênin nos mostra com clareza esta questão em sua obra "O Estado e a Revolução", ao afirmar que "o Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe". (2010, p. 25)

Diante disso necessitamos fazer uma leitura dialética das várias fragilidades e desafios impostos pela luta por Reforma Agrária no Estado Capitalista. É dentro desse processo de conflito, que iremos ter as primeiras propostas de Reforma Agrária no Brasil.

> No Brasil as primeiras propostas de lei sobre Reforma Agrária surgiram após a Constituição Federal de 1946. Estas propostas estavam baseadas principalmente em princípios presentes nos Artigos 141 e 147 que tratavam da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade: Art 141 § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro... Art 147 – O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no Artigo. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. (LARANJEIRA *Apud* OLIVEIRA, 2007, p. 104)

O PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi um dos primeiros partidos a propor uma Reforma Agrária que viesse ao encontro dos anseios dos camponeses sem terra ou com pouca terra. Utilizando um estudo minucioso, histórico, geográfico e sociológico sobre como se encontrava o campo naquele momento histórico, a bancada do PCB, na Constituinte de 1946, propôs uma lei de Reforma Agrária para modificar o quadro caótico em que se encontrava o campo brasileiro. Argumentava sobre a importância de uma efetiva distribuição de terras para desenvolvimento nacional, colocando no papel todos os problemas que afligiam o país.

> Analisando-se a distribuição das propriedades, segundo a escala de áreas, verificamos que a concentração da propriedade no Brasil é maior que em qualquer outro país do mundo. De todo o exposto só cabe uma conclusão: sem uma distribuição da propriedade latifundiária, ou, em termos mais precisos, sem uma verdadeira Reforma Agrária não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem, entre os quais merecem citação: a) Produção agrícola baixíssima, rotineira; pouco diversificada e de todo insuficiente para as necessidades de consumo das nossas populações; b) Condições precárias de existência no campo, no que concerne à alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação; c) Fraca densidade geográfica (4,8 habitantes por Km^2); d)Falta de mercado interno para nossas indústrias; e)Situação aflitiva de nossos transportes; em que se congregam, de um lado, o estado deplorável dos equipamentos, obsoletos, gastos supertrabalhados; de outro, a falta de transportes. (PRESTES, 2012, p. 21)

Com esta constatação a bancada do PCB[10], sendo representada pelo senador Luiz Carlos Prestes, propõe medidas de modificação do § 17 do Artigo 164, para que fosse contemplada uma lei que facilitasse a permanência do camponês no campo. Esta proposta visava a divisão dos latifúndios que não tivessem sendo aproveitados socialmente. Pois na perspectiva da bancada, o ponto de partida deveria ser necessariamente a distribuição de terras. Em seus discursos afirmavam ser "a miséria da grande massa camponesa sem terras que determina a miséria da renda nacional e, consequentemente, da renda pública". (PRESTES, 2012, p. 28) Para tanto era preciso transformar em lei e colocar em prática algumas medidas que julgavam urgentes:

> As terras aproveitáveis para a exploração agrícola ou pecuária, não utilizadas, nas zonas de densidade demográfica e à margem das estradas de ferro e de rodagem, bem como as terras beneficiadas por obras públicas e as grandes propriedades mal utilizadas ou abandonadas, passarão ao Estado, mediante lei especial, para que, da mesma sorte que as terras devolutas, sejam distribuídas gratuitamente, aos camponeses sem terra. (PRESTES, 2012, p. 27)

Mesmo diante das pressões exercidas pelos parlamentares em defesa intransigente pela aprovação da lei de Reforma Agrária, nenhuma proposta foi aprovada. Até o início dos anos 1960 "nenhum dos projetos apresentados conseguiu tornar-se lei frente à maioria reacionária das elites latifundiárias no Congresso Nacional". (OLIVEIRA, 2007, p. 104)

No ano de 1948 o PCB lança o chamado "Manifesto de Janeiro", reconhecendo seu pacto com posições reformistas, acreditando que pela via pacífica se chegaria ao poder. Esse manifesto "também é a ação à repressão aos comunistas brasileiros, iniciada com a proscrição do PCB no ano anterior". (OIKAWA, 2011, p. 89)

Neste contexto, o PCB entra na clandestinidade e afirma categoricamente que a luta somente avançará rumo ao socialismo com a *aliança operária e camponesa.* Sem colocar ilusões no parlamento burguês pois este era representado por grandes latifundiários, grandes industriais e comandados pelo imperialismo, que visavam concentrar a terra cada vez mais. Pouco tempo depois, em 1950, o PCB irá apresentar outro Manifesto intitulado "Manifesto de Agosto". Nele o partido afirmava que sua ação deveria ser vinculada às massas de trabalhadores do campo e da cidade, com o objetivo da tomada do poder a caminho da revolução socialista. "No campo, seria necessária a confiscação das grandes propriedades latifundiárias, que passariam gratuitamente às mãos dos que nelas viviam e trabalhavam e dos que tinham pouca terra". (MARTINS, 1983, p. 82)

[10] No ano de 1946 a bancada do PCB era composta por 14 deputados e 1 senador.

Um exemplo desta nova linha assumida pelo PCB é o caso ocorrido no norte do Paraná, quando Moisés Lupion assumiu o governo deste Estado, no ano de 1947, o "Departamento de Terras e Colonização do Paraná transforma-se em um balcão de negócios. Grupos vivem à sombra do governo com o poder de mudar a Geografia, falsificando mapas e documentos". (OIKAWA, 2011, p. 16)

A expropriação dos posseiros por grandes latifundiários e grileiros de terras tinha a conivência e o aval do próprio Estado. Aí o Partido encontra, então, a base concreta para a aplicação prática de sua linha política, uma vez que estava claro para os posseiros daquela região que não lhes restava outra alternativa a não ser a luta armada. Dentro dessa perspectiva o Partido irá atuar ativamente para organizar a luta destes posseiros, foi a chamada Guerrilha de Porecatu[11]. A experiência da luta armada no campo levou o Partido a comprovar e reafirmar a necessidade da continuação da aplicação de sua linha política.

> Pouco depois, no final de 1953, o Partido lança uma declaração sobre um projeto de programa em que são reafirmadas as teses de confiscação de todas as terras dos latifundiários e sua entrega gratuitamente aos camponeses sem terra ou com pouca terra, o reconhecimento da posse e da ocupação de terras de latifundiários e das terras públicas. O Partido aí incorpora provavelmente experiências como a de Porecatu e outras que, embora não realizadas sob sua direção vão no mesmo sentido. (MARTINS, 1983, p. 83)

Esta linha política será seriamente afetada pelos acontecimentos internos no movimento comunista internacional. Em seu XX Congresso, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), já sob direção de Nikita Kruchov, incorporou em seus documentos a via pacífica para suas futuras atuações. Como afirma Martins, referindo-se a autocrítica feita por Prestes:

> Comentando o documento partidário, Prestes observava, numa autocrítica, que o Estado brasileiro não era mais um Estado de latifundiários e de grandes capitalistas a serviço do imperialismo americano, como o Partido continuava a afirmar, mas um Estado que também participava a burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Em decorrência, o processo da revolução brasileira não podia ser o da imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas o da gradual acumulação de reformas profundas dentro do atual regime, chegando até às transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento histórico brasileiro naquela etapa. Para

[11] A Guerrilha de Porecatu durou sete anos – 1944 a 1951. Com o envolvimento do Partido Comunista do Brasil – PCB – em 1948, chegou a controlar um perímetro de 40 Km². Nesse período os posseiros fundaram as duas primeiras associações de lavradores do Brasil – a de Porecatu com 270 famílias e a de Guaraci com 268. Elas chegaram a 12 até o final do conflito, já com o nome de Ligas Camponesas. A disputa pelas terras devolutas também levou a assinatura do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais do país. Foi lá que a palavra *camponês* foi usada pela primeira vez para designar o trabalhador rural sem terra, arrendatário, colono ou pequeno proprietário. (OIKAWA, 2011)

> concretizar a política do partido seria a política da *Frente Única*, que passaria a incluir também os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norteamericanos. (MARTINS, 1983, p. 86)

Nesta concepção a luta pela "Reforma Agrária", se faria de outro modo, com ênfase na organização do trabalhador rural assalariado em busca de direitos e não mais ao camponês sem terra. Podemos afirmar que esta mudança não foi algo simples, pois significou o afastamento do Partido das massas empobrecidas do campo, e, principalmente, sua distorção com relação às concepções políticas marxistas que serviam de orientação para as ações radicais do Partido.

Também nesta mesma época a igreja católica lançou sua proposta para a Reforma Agrária, que divergia da proposta do PCB. A proposta teve como marco inicial uma reunião de fazendeiros, padres e professores das escolas rurais. Por iniciativa da pastoral de D. Inocêncio, que numa clara reação aos movimentos de esquerda que estavam sendo organizados no campo, tinham como objetivo influenciar os camponeses para que não migrassem para as cidades, ficando no campo protegidos das ideias comunistas, como nos mostra Martins:

> A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo. As propostas de Reforma Agrária que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha. Ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada. (MARTINS, 1983, p. 88)

A grande preocupação da igreja era que os movimentos no campo estivessem sendo organizados pelo PCB para a luta armada. Mas como já afirmamos anteriormente, a linha política adotada pelo Partido não era mais a organização de guerrilhas armadas no campo. Tomando conhecimento deste fato através das ações de aliança do partido com a burguesia nacional, a igreja irá modificar seus documentos e também suas ações com relação ao entendimento sobre a Reforma Agrária.

No início da década de 1960 foram criadas pela igreja católica as CEB´s (Comunidades Eclesiais de Base), que em anos posteriores irão se expandir por todo o território nacional. Com base nos princípios da Teologia da Libertação, serão organizadas com o objetivo de colocar a igreja mais próxima dos problemas sociais. A Teologia da Libertação e seus seguidores os teólogos da libertação, fazem uma análise mais aprimorada das sagradas escrituras, colocando-as num viés que condenava o sistema capitalista, utilizando, para isso, os escritos cristãos de que a ação individualista e mesquinha deste

sistema, feria seus princípios de solidariedade e amor ao próximo. Com esta perspectiva dava maior ênfase à luta do povo oprimido por melhores condições de vida. Conforme descreve Martins,

> Somente em 1963 a CNBB, tomou uma posição menos ambígua em relação a questão fundiária, admitindo que a desapropriação para fins de Reforma Agrária não constituía um atentado ao direito de propriedade, desde que fosse justa a indenização, em dinheiro e em títulos. (MARTINS, 1983, p. 88 e 89)

Estas ideias e ações da igreja católica, tomando maior partido nas lutas e opressões sofridas pelos trabalhadores do campo e da cidade, foram discutidas e consensuadas pela cúpula da Igreja após o Concílio Vaticano II (1965). Posteriormente reafirmadas pela II e III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968 e Puebla, no México, no ano de 1979.

No ano de 1975 a igreja, com a pressão das CEB´s, criou a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que teve como centralidade o auxílio aos camponeses durante o regime civil militar. Esta organização foi composta por comunidades paroquiais urbanas e comunidades rurais, que atuaram em conjunto para dar suporte social e político aos camponeses em luta pela terra em todo o país. (MORISSAWA, 2001, p. 105) A CPT foi e é um importante instrumento de denúncia, contra as expropriações e assassinatos de camponeses que aconteceram neste período e que continuam a acontecer na atualidade.

Em um Estado controlado pelo latifúndio e com vínculos diretos com o imperialismo, como é o caso do Estado brasileiro, todo e qualquer governante, que minimamente queira mudar algumas imposições dos dominantes, terá que enfrentar sérios problemas. Foi o que ocorreu após a chegada do governo de João Goulart à presidência da República, que em 25 de agosto de 1961, assume o cargo de Chefe do Poder Executivo Brasileiro, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Com este fato os setores conservadores da política brasileira reagiram negativamente, pois João Goulart não representava de plenamente seus anseios e interesses. Dessa forma se organizaram para não dar posse ao novo presidente. Diante desta impossibilidade, golpearam o novo governo aprovando o regime parlamentarista para o país. Assim Goulart assume o cargo, porém sem poderes que o possibilitassem realizar as reformas que defendia.

Em um regime parlamentarista quem de fato governa e toma as principais decisões é o parlamento, ficando o presidente como mera figura representativa. O grupo político conservador nomeou Tancredo de Almeida Neves para o cargo de Primeiro Ministro, que de

fato, tem poderes de decisão superiores ao Presidente da República. Diante disso, o presidente João Goulart e o grupo que o apoiava propuseram um plebiscito que, em 6 de janeiro de 1963, colocou mais uma vez João Goulart no poder, instituindo novamente o presidencialismo.

As propostas de reformas defendidas por Goulart ganharam grande popularidade entre os trabalhadores do campo e da cidade, que neste momento estavam organizados em várias frentes. Os sindicatos nas cidades reivindicando melhorias nas condições de vida e no campo, as Ligas Camponesas, reivindicando Reforma Agrária.

João Goulart e seus aliados do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foram fortificados pelo apoio que adquiriram dos movimentos já citados, que juntamente com ala progressista da igreja católica apoiavam as chamadas reformas de base, prometidas pelo presidente. Para resolver o problema da estagnação da economia (inflação alta, alto índice de desemprego, etc.), era necessário tomar medidas urgentes, ou seja, as reformas de base deveriam modificar as estruturas econômicas e sociais, corrigindo tal estagnação.

Entre as reformas estava a Reforma Agrária que previa a desapropriação de terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais criando, para isso, a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), a nível nacional, como afirmou em seu discurso no último comício antes do golpe civil-militar de 1964:

> Acabei de assinar o decreto da SUPRA. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da Pátria. É necessário que se diga que não é ainda a Reforma Agrária pela qual lutamos. (...) Não representa ainda a carta de alforria do camponês abandonado, mas é, repito, o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro. (MOREL, 1965, p. 73)

Outra medida foi também a criação do Estatuto do Trabalhador Rural[12], com a Lei sob nº 4.214, de 02 de março de 1963, que dava maior prioridade ao trabalhador assalariado rural do que aos camponeses, como, por exemplo, a concessão de aposentadoria de meio salário mínimo por invalidez ou por velhice aos trabalhadores do campo. Este tratamento diferenciado fez com que as Ligas Camponesas não apoiassem sua política de frente única, pois a lei também extinguia as Ligas e as transformava em Sindicato de Trabalhadores Rurais, permitindo apenas uma organização nacional, que posteriormente iria se formar com a denominada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). As

[12] Aqui estamos tratando 'trabalhador rural' como aquele que trabalha para um dono de terras e que vive de salário. e como 'camponês' aquele que tem pouca terra ou trabalha na terra de um terceiro, em troca de parte da produção.

propostas para o campo do Governo Goulart abrigavam basicamente duas intenções, como afirma Martins:

> A do desenvolvimento econômico independente, de base nacionalista, e a da extensão do populismo ao campo. Nessa concepção o principal problema do país era o da inflação, particularmente a elevação dos preços dos gêneros alimentícios. A elevação dos preços dos gêneros seria nada mais do que o resultado do fato de que a agricultura havia se constituído num ponto de estrangulamento da economia, devido à oferta insuficiente de alimentos. Tal oferta insuficiente decorria, por sua vez, da estrutura fundiária do país, fortemente marcada pelo latifúndio improdutivo, enquanto milhares de camponeses estavam sem terra e sem condições de produzir para aumentar a oferta de alimentos. (MARTINS, 1983, p. 90-91)

Dentro dessa perspectiva a Reforma Agrária traria uma maior produção de alimentos para as cidades, com ganhos para o meio rural e o consequente benefício da indústria nacional e dos trabalhadores urbanos.

Mesmo sendo um governo nacionalista que não se dispunha a fazer nada fora da ordem estabelecida, encontrou uma feroz oposição das classes dominantes com sua ideologia atrasada em relação ao capitalismo avançado vigente em outros países. De todas as reformas, a que realmente mais assustou o imperialismo, a burguesia interna reacionária e até os que se intitulavam democratas, foi a chamada Reforma da Constituição. Esta previa a nacionalização das empresas estratégicas para o Estado brasileiro e a limitação das remessas de lucros feitas pelas as empresas multinacionais ao exterior.

Goulart, com o objetivo de buscar apoio para suas reformas, convocou um comício no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil. no centro do Rio de Janeiro. Este ato deixou explícito como o governo de Jango havia adquirido grande prestígio da massa de trabalhadores, que apoiavam firmemente suas reformas de base.

A classe dominante brasileira sempre subserviente ao imperialismo temia uma revolução comunista como havia acontecido em Cuba alguns anos antes. Não que Jango fosse a favor da revolução, mas ele tinha o apoio dos comunistas, fato que, segundo a grande burguesia brasileira, já se constituía em grande perigo de revoltas populares, envolvendo operários e camponeses. Neste mesmo mês de março as senhoras da burguesia anticomunista organizaram uma passeata intitulada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, bradando em voz alta, palavras contra as reformas propostas por Jango, mas principalmente contra o comunismo, que era o que mais assustava essa classe tão acostumada a levar vantagem em tudo e explorar cada vez mais o trabalhador. Também grandes empresários

estadunidenses, banqueiros latifundiários e pessoas ligadas ao exército passaram a reunir-se clandestinamente, para encontrar uma solução para o problema, pois para eles qualquer mudança mesmo dentro da ordem era vista com maus olhos. (MOREL, 1965, p. 13-14)

Os comunistas com a linha orientada por Moscou confiaram na eleição, pactuando com Goulart e acreditando na via pacífica de mudanças[13]. Assim deixaram o caminho livre para que o imperialismo estadunidense pudesse intervir no país, pois seus interesses eram muito grandes com relação às vantagens que podiam ter e que estavam sendo ameaçadas pelo atual governo. (MARTINS, 1983, p. 89-90; MOREL, 1965, p. 15)

Com base nas informações de seus agentes, entre eles o embaixador Lincoln Gordon, afirmavam que no Brasil, Goulart e seu grupo, iriam instalar uma ditadura comunista. Diante disso, em 31 de março de 1964, os militares brasileiros, liderados pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, apoiados e financiados pelo imperialismo, associados à burguesia brasileira, tomaram o poder pela força, destituindo João Goulart da presidência. (MOREL, 1965, p. 13)

Por não ter sido apenas engendrado pelos militares, muitos autores irão chamá-lo de golpe civil-militar. Cabe ressaltar que o golpe dado pelos militares teve como prioridade resguardar os interesses imperialistas que estavam sendo ameaçados pelas reformas do governo de Jango, e com isso barrar qualquer tipo de mudança econômica, política, ou social que não trouxesse vantagens para o grande capital imperialista, representado pelos Estados Unidos, que via o Brasil como fonte de intermináveis lucros. (O DIA que durou 21 anos, 2012)

> Muito antes do golpe, os empresários industriais, comerciantes, banqueiros, representantes do imperialismo americano (...) delegaram a um grupo de empresários e técnicos a tarefa de preparar um diagnóstico da situação fundiária brasileira e de proporem um projeto de Reforma Agrária do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros. (MARTINS, 1983, p. 93)

[13] Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, um forte e importante debate se instalou entre este e o Partido Comunista da China. Para os chineses a via assumida pelo PCUS fatalmente levaria ao fim do socialismo na União Soviética e à falência de diversos processos revolucionários existentes em diversas partes do mundo. A via defendida pelos comunistas chineses era da luta armada, enquanto dos russos era a via eleitoral. Sobre esta questão um importante documento foi traduzido recentemente no Brasil: **Carta Chinesa**: a grande batalha ideológica que o Brasil não viu. Coleção Marxismo contra Revisionismo. nº 2. Belo Horizonte: Terra Editora Gráfica Ltda., 2003.

Diante disso não bastava ao império um governo não ser comunista; era necessário estar disposto a trilhar o caminho da submissão aos seus interesses, mantendo o país sob a sua tutela.

Com relação à questão agrária o grupo que chegou ao poder através do golpe tinha como objetivo acabar com o movimento das Ligas Camponesas. Há neste período muitos registros de assassinatos cometidos pela polícia e pelo exército a mando de seus superiores. "O movimento militar promoveu verdadeira 'caçada' às lideranças das Ligas Camponesas e não tardou que as estatísticas passassem a registrar a morte ou "desaparecimento dessas lideranças". (OLIVEIRA, 2002, p. 27) Lançaram vários decretos que impuseram censura à imprensa, tornaram ilegais os partidos de oposição e também os sindicatos de trabalhadores e as associações que se colocassem em oposição ao governo.

O governo de Castelo Branco, após ser empossado, enviou ao Congresso o chamado "Estatuto da Terra", que previa a realização da Reforma Agrária dentro da "justiça", sem que seu conteúdo fosse debatido com aqueles que seriam os mais interessados: os camponeses pobres, posseiros e indígenas. Juntamente com a lei criou, também, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que surgiram para substituir o SUPRA do governo Goulart, conforme nos mostra MARTINS:

> A reforma implantada pelo governo militar está baseada na distinção das propriedades não apenas pelo tamanho como fazia o governo deposto em 1964, que dirigia seus ataques ao que então se chamava de "latifúndio improdutivo". Distingue-as também pela intensidade da utilização e, pode-se dizer, também as diferencia pela forma social de uso da terra. O Estatuto classifica as propriedades em minifúndio, empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração (...) punha-se ênfase da sua proposta na constituição da empresa rural e na condenação tanto do minifúndio quanto do latifúndio. Prevê por isso uma política de remembramento das pequenas propriedades e de dificultação do seu aparecimento mediante fragmentação de propriedades maiores. O minifúndio deve tornar-se empresa. Do mesmo modo, o latifúndio deve ser submetido a pressões fiscais, mediante impostos altos, para que a utilização da terra, mesmo em propriedades extensíssimas, obedeça a um padrão empresarial. (MARTINS 1983, p. 96)

Este Estatuto não deixa dúvidas quanto a seu objetivo, que se caracterizou como uma maneira de desmobilizar as massas camponesas que se mostravam dispostas a continuar lutando pela Reforma Agrária. "O estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe". (MARTINS, 1983, p. 96)

No dia 04 de novembro de 1966 o governo militar instituiu, sob o Decreto nº 59.456, o seu plano de Reforma Agrária, que não se materializou. Em 1970 lançou um novo Decreto

pelo nº 1.110, criando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que entrou no lugar do IBRA e do INDA, como apresentado por OLIVEIRA:

> O período de existência dos dois órgãos promotores da contra-Reforma Agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

A partir de então o discurso foi voltado para a colonização como via de "segurança nacional", incentivando a migração de trabalhadores para servirem de mão de obra barata para suas obras, que em muitos casos jamais saíram do papel. Este foi o aval dado pelo governo militar, financiado pelo imperialismo e associado à grande burguesia brasileira, para que os latifundiários continuassem grilando terras[14] e levando adiante seu projeto de expansão do capitalismo no campo. "Índios e posseiros tornaram-se sinônimo de atraso. Sinônimo de atravancamento do progresso". (OLIVEIRA, 2002, p. 28)

No ano de 1966, o governo militar deu início a seus primeiros projetos agropecuários, alicerçados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com o aval do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que visava "a internacionalização da economia brasileira, o seu ajustamento a dinâmica das multinacionais". (MARTINS, 1991, p. 119).

Foi também neste período que a chamada "revolução verde"[15] chegou ao Brasil, alterando as práticas agrícolas e as estruturas fundiárias. Tratava-se de uma "tática política do grande capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução do capital, nos países da América Latina, Ásia e África" (MACHADO, 2014, p. 53), Logo após o término da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos passaram a investir maçiçamente em pesquisas visando a melhoria genética de animais e vegetais, na mecanização da produção agrícola e também no processamento de alimentos. Assim desenvolveram modernas técnicas voltadas para o aprimoramento da agricultura e pecuária. Através desses procedimentos tecnológicos a agricultura deste país obteve um grande salto, com aumento considerável da produção agrícola e maior concentração do poder econômico em seu território. O avanço tecnológico auferido pelos Estados Unidos não se deu de forma

[14] A palavra grilagem tem origem na falsificação de documentos feita pelos fazendeiros, a partir da lei de terras de 1850. A prática consistia em colocar estes documentos em um recipiente com grilos para que estes liberassem excrementos no papel, dando-lhe uma aparência envelhecida e falsa legitimidade.

[15] Por 'Revolução Verde', inspirada pela FAO e pelo Banco Mundial, se entende o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos 'tratos culturais' e pôr em prática a tríade capitalista: tempo, custo, lucro. (MACHADO, 2014. p. 43)

igual em todos os países. No Brasil, país de capitalismo subdesenvolvido, este modelo de agricultura foi importado com o objetivo de mecanizar o campo através da monocultura, para produzir itens demandados pelo mercado internacional, visando, também, importar máquinas agrícolas e insumos das transacionais sediadas em países desenvolvidos. Através desses mecanismos de dependência e exploração, operou-se no Brasil a chamada *modernização conservadora*, que se projetou sobre o controle dos monopólios fortalecendo a grande propriedade, em detrimento da propriedade camponesa produtora de alimentos. De acordo com Martins essa política foi acordada entre o governo brasileiro e o imperialismo americano:

> Com essa medida o governo brasileiro honrava os compromissos internacionais assumidos na carta de Punta Del Este, como se sabe, um documento produzido por pressão do governo americano e da aliança para o progresso tendo em vista obter dos governos latinoamericanos medidas que modificassem a estrutura fundiária e aliviassem tensões que pudessem conduzir a revoluções como a cubana. (MARTINS, 1983, p. 94)

Este fato teve várias consequências negativas principalmente para os habitantes do campo, que com a sanha de grandes empresas juntamente com o governo e latifundiários locais, expulsaram, expropriaram e assassinaram vários camponeses, posseiros e indígenas de suas terras, para que pudessem levar a cabo seus projetos expansionistas.

Sobre essa questão Martins afirma:

> O Censo Agropecuário de 1975 revelou que 52% dos estabelecimentos rurais tinham menos de 10 hectares e abrangiam apenas 2,8% da área total. Ao mesmo tempo, 0,8% tinham mais de cem mil hectares e compreendia 43% da área total. O mesmo censo revelou que entre 1970 e 1975 aumentou muito mais as áreas controladas pelos grandes proprietários do que a área controlada pelos pequenos, esta última praticamente estacionada em termos relativos. (MARTINS, 1991, p. 38)

Assim devido ao aumento da concentração da terra e da produção monocultora, tivemos uma queda acentuada na produção de alimentos visto que "a grande propriedade no Brasil tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, justamente chamada de 'lavoura de pobre'. (MARTINS, 1991, p. 39) Fato este que levou o Brasil a importar alimentos dos países desenvolvidos, aumentando os preços e não garantindo a Soberania Alimentar do país.

Como este documento escrito e assinado pelos militares, chamado de "Estatuto da Terra", não mudou em nada a situação dos camponeses posseiros e indígenas. O conflito no campo continuou. A violência do Estado tornava-se cada dia maior, em contrapartida a resistência dos camponeses na sua luta por terra e por direitos também não cessou. Maior

exemplo destas lutas neste período foi a Guerrilha do Araguaia, que ocorreu nos anos de 1972 a 1975, em Xambioá entre os Estados do Pará e Goiás, atualmente norte de Tocantins, divisa com o Pará em território Amazônico.

Esta Guerrilha surgiu dentro do contexto de divergência instalada no seio do movimento comunista internacional, em que duas linhas políticas se contrapunham. De um lado as orientações vindas do Partido Comunista da União Soviética, com posição majoritária dentro do PCB, e, de outro, a via chinesa, mantendo a linha da revolução armada, do campo para a cidade através da Guerra Popular Prolongada[16]. Esta divergência leva à uma cisão dentro do PCB. Os quadros defensores da linha chinesa saíram do Partido e fundaram o PC do B, no ano de 1962. Este novo partido inicia então a preparação para a guerra popular, deslocando para a região alguns de seus melhores quadros entre estudantes, professores e operários, para atuarem junto aos camponeses.

> Erguendo a bandeira política da terra para quem nela trabalha e atuando no sentido de efetivar os seus princípios, e uma grande massa de posseiros submetida a um processo de expropriação de terras de trabalho. Esse fato levou a ver em todo conflito pela terra, em toda resistência de posseiros, o perigo da guerrilha. (MARTINS, 1991, p. 125)

A Guerrilha do Araguaia, embora tenha sido um movimento localizado, sem expressões nacionais, não podendo ser de outra forma, dado o grau de censura e repressão do período, estava indicando a linha para a transformação social no país. Deixou um legado importante ao colocar o camponês como revolucionário, desde que organizado e guiado a partir da teoria revolucionária. Até então, a linha do PCB sempre foi a de que a luta revolucionária centralizava-se na cidade, com o proletariado urbano, sendo sobre esta ótica, a única classe possível de organizar para o enfrentamento.

Sendo assim, podemos ver que o Estatuto da Terra não foi um documento feito para dividir a terra, desconcentrando-a das mãos de poucos para dar acesso aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. Ao contrário, foi uma forma orientada pelo imperialismo para apaziguar as lutas que de fato levariam a esta conquista. E mesmo com toda violência empregada pelo Estado e latifundiários contra os que ousaram enfrentar o sistema com

[16] A Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949, tendo como principal liderança Mao Tse Tung, que se destacou por liderar o Exército Vermelho no processo da Revolução "chegou a contar com 500 mil homens, dos quais 58% eram do campesinato, 38% do proletariado rural e 4% da pequena burguesia". (OLIVEIRA, 2007, p. 111) Este acontecimento gerou um novo e intenso debate entre o movimento comunista de todo o mundo, exigindo destes uma séria avaliação da tática revolucionária, tomando a realidade concreta de cada país para definir a forma de luta no processo revolucionário. No caso do Brasil, de acordo com esta linha, a questão da luta no campo é que ganharia principalidade.

coragem e ações concretas, não encontraram o êxito esperado, pois a luta pela terra e a resistência não cessaram.

1.2.1 O projeto institucional de "Reforma Agrária" pós-ditadura civil-militar

Entre os anos 1960 e 1970 o governo militar alicerçou no Brasil um modelo político e econômico altamente dependente do capital externo, com grande expansão industrial. Foi o chamado "Milagre Econômico", em que os números marcavam um crescimento em torno de 9% a 10% ao ano. Todo esse crescimento somente foi possível com a extrema exploração da força de trabalho no campo e na cidade, com um grande arrocho salarial, mantendo no campo um grande número de trabalhadores desprovidos de direitos fundamentais.

Mas este "milagre" durou pouco, pois o endividamento externo, havia aumentado muito. As empresas estrangeiras remetiam a maior parte do lucro que faturavam para seu país de origem e a economia desnacionalizou-se rapidamente. Foi então que muitos daqueles que haviam apoiado o golpe e sustentado por mais de vinte anos todas as medidas por ele tomadas, agora viam que a única saída para a crise seria a mudança de regime. "Grandes massas populares, no campo e na cidade, estavam dando demonstrações crescentes de insatisfação". (MARTINS, 1991, p. 162)

Ainda com todas as mazelas que vieram à tona com o fim do regime militar, os trabalhadores e camponeses depositavam uma esperança no governo que o sucedera e que se auto-proclamava democrático, propondo-se a fazer reformas políticas e sociais. Mas o que se verificou foi o acordo com as velhas oligarquias interessadas em continuar o processo de espoliação de nossas riquezas. Entre os grupos conservadores estava, O PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com seu representante e candidato a presidente Tancredo de Almeida Neves, que foi eleito, mas não tomou posse por conta de seu falecimento, passando o cargo para José Sarney, seu vice. Sarney, latifundiário oligarca foi um dos maiores representantes do partido da Ditadura Militar que primeiro foi chamado ARENA - Aliança Renovadora Nacional e posteriormente passou a ser chamado de PDS - Partido Democrático Social. Nas palavras de Martins podemos constatar de forma clara este fato:

> A transição para um regime político civil foi negociada, deliberadamente, com segmentos conservadores do principal partido de oposição à ditadura militar, O PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro de modo a assegurar continuidade do modelo econômico e a evitar que os segmentos partidários e os partidos identificados com o crescente descontentamento

> político assumissem o poder e introduzissem mudanças políticas e econômicas radicais. (...) O novo regime civil apenas deu continuidade à execução do modelo econômico implantado pela ditadura militar, agravando enormemente os problemas sociais. Isso porque a elite civil do país tem forte presença das velhas oligarquias rurais, cuja sobrevivência política se apóia no clientelismo, na corrupção, nas relações de dependência pessoal. (MARTINS, 1991, p. 163-164)

Com o advento da chamada "Nova República", os novos governantes, necessitavam buscar uma maior legitimidade perante as massas de trabalhadores. Diante das pressões de vários setores da sociedade, os projetos democráticos deveriam sair do papel, pois, esta era a retórica que havia possibilitado sua vitória no parlamento. "Mas o terreno sobre a qual ela se assentava era muito movediço: a sua tarefa seria conciliar as pressões pelo aumento dos salários com a meta de combate a inflação". (MENDONÇA, 2004, p. 102) Tarefas bastante audaciosas dentro de um contexto econômico controlado pelo imperialismo americano, que obrigava os países de capitalismo atrasado a alavancar as condições para a reprodução de seu capital, criando para esse propósito as políticas de seus organismos multilaterais, que objetivavam uma maior especulação financeira. Assim de acordo com Cano,

> Enquanto nos anos 70 os imperialismos estavam ocupados com a inflação e suas crises, eles usaram parte de seu capital ocioso para nos financiar e endividar; nos anos 80 estavam seriamente ocupados em sua reestruturação, na salvaguarda do sistema financeiro internacional e, com relação a nós, preocupados pelo menos em receber partes dos juros do endividamento. (CANO, 2000, p. 32)

Neste contexto, o novo governo, José Sarney, lançou, juntamente com seu plano econômico denominado Plano Cruzado, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Este plano, organizado pelo novo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) mantinha, em sua essência o objetivo já presente no Estatuto da Terra, ou seja, acalmar os ânimos das massas camponesas que clamavam por mudanças no campo possibilitando-lhes o acesso à terra para quem nela quisesse trabalhar.

> No documento, a Reforma Agrária aparecia consignada como uma das prioridades do novo governo e era igualmente explorado ao máximo o potencial reformista daquele documento que lhe embasara: o antigo estatuto da terra, do governo Castelo Branco. Reapropriado e ressignificado para a nova conjuntura histórica. Assim, o principal instrumento de obtenção de recursos fundiários previstos pelo PNRA consistiu na figura jurídica da desapropriação por interesse social. (MENDONÇA, 2006, p. 96)

O documento concedia ao Estado o direito de desapropriar as terras que não estivessem cumprindo sua função social e de indenizar o proprietário com o pagamento dos títulos da dívida agrária e das benfeitorias, deixando claro "que se evitará, sempre que

possível a desapropriação de latifúndios". (OLIVEIRA, 2007, p. 126) Contudo a reação contrária dos grandes latifundiários foi imediata, pois qualquer medida por mínima que parecesse, poderia conceder um poder maior de organização aos trabalhadores do campo, colocando em risco seus interesses de apropriação da riqueza e transferência para setores dominantes da economia brasileira.

A formação da União Democrática Ruralista (UDR) foi a resposta dada pelos latifundiários à nova lei. Essa entidade tinha como meta principal "obstaculizar a aprovação da proposta tal como apresentada, como de fato de daria". (MENDONÇA, 2006, p. 95) Mesmo sendo esta lei de Reforma Agrária bastante modesta em comparação com os problemas agrários vigentes em nosso país, foram atacadas pelos setores ruralistas com muita força. Neste período a repressão e a violência aumentaram significativamente, sendo registrado um número muito grande de assassinatos de camponeses e militantes em luta pela terra. "Em cinco anos (85 a 89) foram mortos, nada mais nada menos, do que 848 trabalhadores, ou seja, 42% dos assassinatos ocorridos de 64 a 94. (OLIVEIRA, 2002, p. 41)

Entre os anos de 1985 a 1987 a "Nova República" mostrava concretamente que de nova não tinha nada, pois grande parte de suas metas não foram atingidas, e não havia perspectivas otimistas que fossem implementadas, como esclarece Oliveira:

> Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da Reforma Agrária da "Nova República" de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada. Depois, no segundo ano (86/87) o ritmo continuou lento. Mais um ministro caiu (Dante de Oliveira, que substituíra Nelson Ribeiro). Um segundo, Marcos Freire morrera estranhamente, em "acidente de avião próximo ao aeroporto de Carajás, Pará", juntamente com o presidente do INCRA, José Eduardo Raduan. (OLIVEIRA, 2007, p. 127)

Diante desses acontecimentos, o governo Sarney nomeou no lugar do Ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, o latifundiário e ex-governador do Pará, Jader Barbalho, figura bem aceita pela UDR. No início de seu mandato Barbalho colocou em prática algumas medidas que demonstraram claramente como seriam as próximas ações do governo no que se referisse à questão agrária. Uma delas foi a extinção do INCRA, pelo Decreto-lei nº 2363, de 21 de outubro de 1987, proibindo as desapropriações em áreas "produtivas" e colocando limites nas desapropriações em latifúndios inferiores a 10 mil hectares.

Para ocultar a realidade e acalmar os ânimos daqueles que haviam acreditado na "nova república" e na transição para a democracia, foi utilizada massivamente, assim como

em governos anteriores, a propaganda. Esta, servindo “para alimentar a ilusão de que um dia a reforma viria”. (OLIVEIRA, 2007, p. 127)

Também durante a Constituinte de 1988, os latifundiários liderados pela UDR, com a maioria do Congresso Nacional a seu favor, conseguiram frear uma proposta mais ampla de Reforma Agrária. Dessa forma acabaram saindo ainda mais fortalecidos, com a inserção da nova carta constitucional, conseguindo aprovar “uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964”. (OLIVEIRA, 2007, p. 127)

Mais uma vez a esperança de Reforma Agrária, foi frustrada. Diante disso o I PNRA da Nova Constituinte morre antes de nascer. Como afirmou VEIGA (1990), em seu livro “A reforma que virou suco”, mesmo as palavras “mortas” que constavam no estatuto da terra, referentes à Reforma Agrária do período da ditadura civil militar, não foram aplicadas e ainda regrediram.

> Os acontecimentos políticos brasileiros do período da tutela militar – também conhecidos por “governo Sarney”, ou por “Nova República” – não contribuíram para clarificar a questão. O movimento social pró-reforma não teve força sequer para levar o governo a aplicar a legislação agrária da ditadura. A aliança das elites anti-reforma mostrou-se tão poderosa que conseguiu impor barreiras constitucionais a esse tipo de programa. (VEIGA, 1990, p. 07)

Essa oposição dos setores latifundiários com relação à Reforma Agrária, não foi novidade, pois as grilagens de terras e os assassinatos de camponeses que marcaram nossa história, nos mostraram que, se a lei beneficiasse os latifundiários, ela era praticada e defendida ferozmente pelo Estado. Por outro lado, se beneficiasse os camponeses pobres ela era ignorada. Sendo assim ficava evidente que não era através de leis, propostas pelos dominantes, que se iria chegar a uma efetiva divisão de terras para aqueles que nela trabalhavam e dela viviam. Daí a necessária organização de base dos camponeses se colocava como única possibilidade.

Dentro deste contexto e a partir deste entendimento surgiu no Brasil o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que utilizava formas de ocupação de terras devolutas e improdutivas para pressionar os governantes a realizarem a Reforma Agrária, criando assim os assentamentos, adquiridos através da luta política. Dessa forma entendemos que o MST nasce com a concepção de que a Reforma Agrária poderia ser feita através do enfrentamento e da resistência dos trabalhadores organizados.

Nos anos finais da década de 1970, muitos camponeses pobres sem terra e com pouca terra, estavam sendo expropriados e expulsos pela chamada modernização da agricultura. Esse modelo cada vez mais incentivado pelos sucessivos governos militares trouxe um número muito grande de trabalhadores desempregados na cidade provindos do campo.

De acordo com Fabrini:

> Esses trabalhadores, através da ação de resistência, passaram a promover a ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios). Os primeiros movimentos surgiram de forma "isolada", com as ocupações realizadas nos cinco Estados ao sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora "isoladas", as lutas foram organizadas principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, para apoiar as lutas dos camponeses. (FABRINI, 2008, p. 250)

A partir destas lutas, com os trabalhadores organizados e com uma consciência mais avançada, a questão da Reforma Agrária ganhou um novo impulso que havia sido interrompido na década de 1970, com a violência e repressão praticadas pelo Estado e apoiadas pelo Imperialismo. A Reforma Agrária passou então a ser compreendida e defendida pelo movimento camponês a partir de um projeto mais amplo de sociedade.

1.3 A CRISE DO CAPITALISMO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS PARA O SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO

Para compreender na atualidade as políticas de Reforma Agrária implementadas pelos sucessivos governos brasileiros, temos a necessidade de fazê-las numa perspectiva dialética, isto é, dentro do contexto geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para isto partimos de uma análise da contradição entre as conquistas da Reforma Agrária, no que diz respeito à produção de alimentos, e o limite destas conquistas, via políticas públicas, utilizadas para o apaziguamento da luta de classes. Por isso compreendemos que as políticas de Reforma Agrária deveriam ser analisadas em conjunto com a situação econômica e política vigente no país, que se encontrava em um contexto de crise mundial do sistema capitalista/imperialista.

Como afirmamos anteriormente, o capitalismo, em sua fase superior, não pode limitar seus lucros, sendo assim precisa constantemente organizar-se para não entrar em bancarrota.

Diante desse fato, várias políticas sociais que o chamado keynesianismo[17] ou "Estado do bem Estar Social", havia colocado em prática nos programas de governo de diversos países imperialistas chegaram ao seu limite, passando a ser uma trava para a continuidade da acumulação ilimitada de lucro. Sendo assim, há que se reorganizar a economia para que esta corresponda aos interesses do imperialismo.

Nesta perspectiva surgiu, para contrapor-se ao keynesianismo, a velha fórmula do Estado mínimo, agora sob uma nova nomenclatura, o neoliberalismo. O neoliberalismo, formulado por Friedrich Von Hayek e Ludwigvon Mises, apareceu como perspectiva teórica na década de 1940, em reação ao intervencionismo do Estado do bem-estar social e "radicalmente oposta ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia da propriedade privada". (HARVEY, 2013, p. 130)

Mas somente foi materializada nos anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980, quando governos da Inglaterra e Estados Unidos diminuíram drasticamente a intervenção do Estado na economia, aumentando as privatizações de setores estratégicos, liberação do mercado, diminuição dos impostos para os mais ricos, corte nos gastos públicos, etc. Nestes países de capitalismo desenvolvido, as perdas dos direitos sociais foram muito grandes. Em consequência os trabalhadores viram sua qualidade de vida ser deteriorada em pouco tempo.

A partir de meados da década de 1980 os países de capitalismo subdesenvolvido também passaram a ser alvos destas políticas imperialistas, trazendo também consequências nefastas para os camponeses e trabalhadores do campo e da cidade. Podemos citar como exemplos a concentração da terra, o desemprego, a abolição das leis trabalhistas, o arrocho salarial, etc., que geraram uma maior concentração de renda e aumento vertiginoso do número de miseráveis. Entendemos que a opressão sofrida pelos países de capitalismo subdesenvolvido foi maior, visto que além da exploração direta na extração da mais valia, foram submetidos à exploração das potências imperialistas, principalmente pelo seu endividamento interno e externo, engendrado por seus governantes que passaram a favorecer cada vez mais o seu compromisso com os credores internacionais.

[17]Caracterizou-se por um Estado de economia capitalista que tinha como propósito regular a economia e desenvolver uma infraestrutura necessária para assegurar as atividades das grandes empresas, promovendo reformas no sistema e investindo fortemente em setores sociais.

> Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a "expropriação das terras comuns". Ativos de propriedade do Estado ou destinado ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo. (HARVEY, 2013, p. 13)

O Estado não intervir na economia significava a redução dos gastos públicos com as políticas sociais, ficando livre para atuar na ajuda aos monopólios financeiros e industriais. Diante disso, a pressão do Estado capitalista sobre os trabalhadores e camponeses tornou-se a cada dia maior, viabilizando a garantia da acumulação mais acentuada para os monopólios.

No final da década de 1980 os baixos índices de aceitação e confiança nos governos da "nova república" eram acentuados. A grande massa trabalhadora já havia percebido através dos índices altíssimos de inflação, desemprego, congelamento de salários, expropriação de posseiros e indígenas, que a promessa foi enganosa e que nada de substancial mudaria em suas vidas. Como nos mostrou Martins:

> Favelas tem surgido não só nas capitais dos Estados, mas também em grandes cidades do interior. São povoadas principalmente, pelos migrantes expulsos da terra e da agricultura, e que não se decidiram pela resistência nem se deslocaram para as áreas pioneiras em busca de terras novas para ocupá-las. Só na cidade de São Paulo, o número de pessoas faveladas cresceu de 73 de mil, em 1973, para 818 mil, em 1987. (...) Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, uma área de forte presença de descendentes de italianos e alemães, havia em 1987, quase meio milhão de pessoas vivendo em 242 favelas. (...) Só no Estado do Paraná, onde também é forte a presença de descendentes de italianos e poloneses, desapareceram em uma década, mais de 100 mil pequenas propriedades. Seus antigos donos e ocupantes ou migraram para a Amazônia ou foram viver precariamente nas periferias das cidades. (MARTINS, 1991, p. 179)

Mas ainda havia uma última possibilidade para mascarar a realidade, pois finalmente depois de três décadas, em 1989 os brasileiros voltaram a escolher o novo presidente da República. A campanha eleitoral foi muito disputada e trouxe novo ânimo aos brasileiros. A eleição foi vencida por Fernando Collor de Mello, do recém-criado Partido da Reconstituição Nacional (PRN), que disputou com Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), um operário das indústrias do ABC Paulista e militante do movimento sindical. Collor, ao contrário de Lula, vinha de uma família tradicional na política. Seu avô tinha sido ministro de Vargas e seu pai, senador da UDN. Uma família de latifundiários muito influentes no Estado de Alagoas. Foi eleito com um discurso que o identificava como "caçador de marajás", entenda-se como aquele que aprofundaria as políticas neoliberais, reduzindo os gastos

públicos e a privatizando empresas estatais, principalmente aquelas que fossem de maior importância para a economia do país e que, coincidentemente as que davam maior lucro. Embora representasse as mesmas oligarquias que dominavam o Brasil há séculos, a grande burguesia brasileira, sempre subserviente aos interesses imperialistas, colocou em Collor o seu apoio para mais uma vez camuflar o conflito de classes e nomeá-lo representante de seus interesses.

O programa de governo de Collor com relação à Reforma Agrária garantia que iria assentar 500 mil famílias entre os anos de 1990 a 1994. "Assim o governo Collor propunha como meta apenas 35% do que propusera o governo Sarney". (OLIVEIRA, 2002, p. 104) Para seu Ministro da Agricultura Collor nomeou Antonio Cabrera, um latifundiário indicado para atender aos interesses da União Democrática Ruralista (UDR). Diante disso as metas não foram cumpridas novamente e o governo Collor tinha assentado em dois anos de mandato menos de 30 mil famílias.

No dia 29 de dezembro de 1992, Fernando Collor foi forçado a renunciar ao cargo de Presidente, sendo acusado de corrupção e envolvimento em inúmeros escândalos, tendo seu nome desgastado e desqualificado pelos monopólios de comunicação. Mostrou-se incompetente para continuar as políticas impostas pelos monopólios nacionais e internacionais, perdeu popularidade e, então, foi deposto por um processo de impedimento. Posteriormente assumiu o lugar, seu vice, Itamar Franco, que irá dar continuidade às políticas neoliberais de maneira mais hábil. Em "um contexto de descompasso entre as demandas da sociedade e as respostas do Estado, e de mal-estar institucional econômico e social". (BEHRING, 2008, p. 154)

Com relação à questão agrária foi aprovada durante o governo de Itamar Franco a chamada Lei Agrária sob nº 8629, que reclassificava as propriedades rurais. Representando a regulamentação da lei de Reforma Agrária que havia sido sistematizada na Constituição de 1988, reafirmando no papel a importância da Reforma Agrária e as desapropriações por interesse sociais.

Com relação a essa questão Oliveira mostra que:

> No final do governo Itamar Franco (1994), o INCRA divulgou os dados referentes aos assentamentos realizados, demonstrando claramente o ritmo lento com que os governantes tem tratado a questão da Reforma Agrária no Brasil. Juntos, Collor e Itamar Franco, em quatro anos (90/94), assentaram menos de 50 mil famílias. A Reforma Agrária continuava despencando ladeira

> abaixo, pois os primeiros anos da década de 90 revelaram uma queda de mais de 40% no número de assentados em relação aos últimos anos da década anterior. (OLIVEIRA, 2002, p. 104)

Na realidade o Plano Collor e sua continuação com Itamar Franco não surtiu o efeito esperado, mostrando-se incapaz de colocar o chamado neoliberalismo na ordem do dia com a forma e o conteúdo presumidos pela classe dominante. Ainda em 1994 surgiu um novo plano para mais uma tentativa de tirar o imperialismo e a grande burguesia brasileira, sua aliada, de outra crise. O chamado Plano Real idealizado por Fernando Henrique Cardoso, que era o Ministro da Fazenda do governo Itamar, tinha como meta principal mudar o quadro de baixo crescimento e alta inflação, vivenciada pelo país naquele momento. Dessa forma conseguiu manter a imagem de uma moeda forte e uma inflação baixa.

Assim, segundo Mendonça:

> Que teve de fato, efeitos imediatos em conter a inflação e estabilizar os preços. Este êxito baseou-se em dois pontos-chave. Por um lado o plano uniformizou todos os reajustes de preços, câmbio e salários mediante a aplicação de um novo índice, a Unidade Real de Valor (URV). Por outro criou uma nova moeda para o país, o Real, que foi artificialmente equiparada ao dólar, criando a paridade cambial. (MENDONÇA, 2004, p. 110)

Podemos afirmar que o Plano Real foi uma medida bem sucedida de contenção da inflação. Em contrapartida fez com que o processo de desindustrialização se acelerasse ainda mais, "eliminando as barreiras protecionistas de nosso mercado interno". (MENDONÇA, 2004, p. 111) Assim os produtos nacionais foram sendo gradativamente substituídos pelos importados com menor preço e os investimentos estrangeiros tiveram um aumento, devido às vantagens proporcionadas pela moeda em alta. Cabe ressaltar que todas estas medidas serviram para ocultar a real situação da economia naquele momento. "O reverso de uma política como essa foi uma crise industrial e agrícola sem precedentes no Brasil". (MENDONÇA, 2004, p. 111) Pois, quanto mais o capital internacional era atraído, mais a economia nacional enfraquecia, gerando inúmeros problemas que afetariam diretamente a população mais pobre tanto no campo quanto na cidade.

Esse quadro político trouxe grande popularidade ao então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, de maneira que seu nome já havia sido relacionado à melhora momentânea e fictícia das condições econômicas do país. Grande parte do povo brasileiro enxergava no Ministro, a figura que conseguiu acabar com a inflação altíssima dos últimos anos. Estava então preparado o terreno para sua candidatura, lançada em 1994, para disputar a Presidência da República. Fernando Henrique Cardoso também é um sociólogo

internacionalmente conhecido, tendo sido professor da Universidade de São Paulo (USP) e se aposentado alguns anos antes. Em 1986 elegeu-se Senador da República e dois anos depois, juntamente com seus aliados do PMDB, lideraram a criação de um novo partido, o chamado PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Diante desse contexto político e todos os problemas econômicos e sociais que o país havia passado, podemos afirmar que o "Plano Real promoveu, poucos meses antes da eleição, uma verdadeira chantagem eleitoral", (BEHRING, 2008, p. 155) pensado exatamente para dar a vitória ao chamado "pai" do plano real.

Fernando Henrique Cardoso, eleito no final do ano de 1994, foi considerado o governo que teria reafirmado o país na linha de subordinação ao imperialismo, cuja conjuntura da época foi denominada por "neoliberalismo". Este governo aumentou a desnacionalização da economia brasileira, permitindo que muitas empresas multinacionais adquirissem empresas nacionais já consolidadas no país. Cabe enfatizar "que das 508 operações desse tipo registradas no país entre 1993 e1997, 423 ocorreram entre 1995-1997, envolvendo uma participação de empresas estrangeiras na ordem de 59%". (MENDONÇA, 2004, p. 116)

Estas empresas se instalaram no país com enormes benefícios, como isenção de impostos, financiamentos com dinheiro público, sessão de terrenos, etc. Além disso, cabe ressaltar também a exploração de nossas matérias primas abundantes e uma massa muito grande de trabalhadores para servirem de mão de obra, com exploração exacerbada de sua força de trabalho. Dessa forma, as reformas no campo social, em especial na anulação de direitos historicamente conquistados através da organização e luta dos trabalhadores aquela que sofreu maior ataque do governo. Entre estes os sindicatos e os movimentos grevistas que foram brutalmente combatidos pelo governo de FHC, garantindo ao capital monopolista o caminho livre para aumentar sua lucratividade.

Ainda dando sequência ao plano de privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos as vendas das empresas públicas, justificando que eram onerosas para o Estado e mantê-las significaria problemas futuros para garantir o pagamento da dívida externa. Dessa maneira o imperialismo e seus monopólios conseguiram se apossar, de forma muito fácil e barata, de setores estratégicos de nossa economia, como por exemplo, as estatais dos ramos das telecomunicações, ferrovias, portos, empresas siderúrgicas, bancos estaduais, empresas geradoras de energia e água. "Empresas estatais que se haviam constituído em pilares da industrialização desde os anos de 1950", (OLIVEIRA, 2004, p. 114), foram

entregues ao mercado, que as utilizaram da melhor e mais vantajosa forma possível para gerar mais espoliação e acumulação.

Dentro desse contexto o capital financeiro, como já escreveu Lênin no final do século XIX e mencionado por nós anteriormente, o capitalismo em sua etapa superior teve como propósito a unificação do capital comercial com o capital industrial. O período chamado neoliberal no Brasil demonstrou a continuidade e o aprofundamento desta dominação absoluta dos países imperialistas sobre os países de capitalismo subdesenvolvido.

Assim como as demais políticas implementadas pelo governo Fernando Henrique, a questão agrária também pretendeu seguir o mesmo padrão. Contudo no campo o enfrentamento foi mais radicalizado, aumentando as ocupações de terras organizadas principalmente pelo MST. "Não há dúvida, de que a estratégia da ocupação de terras tornou-se a prática típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra". (OLIVEIRA, 2007, p. 142) Este período final da década de 1990 foi colocado por Oliveira como momento emblemático no avanço na luta pela destruição dos latifúndios, pois se constituiu em um dos períodos de maior ocupação de terras dos últimos anos, pós-ditadura civil-militar.

> Comparando-se o governo Fernando Henrique Cardoso com os anteriores (Sarney, e Collor/Itamar) verifica-se pelos dados divulgados pelo INCRA, que nos primeiros seis anos tinha assentado 373.210 famílias em 3.505 assentamentos rurais. Entre estes assentamentos inclui-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de Reforma Agrária propriamente dito. A pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC há ampliar os assentamentos. Este fato mostra que a Reforma Agrária antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social. (OLIVEIRA, 2007, p. 143)

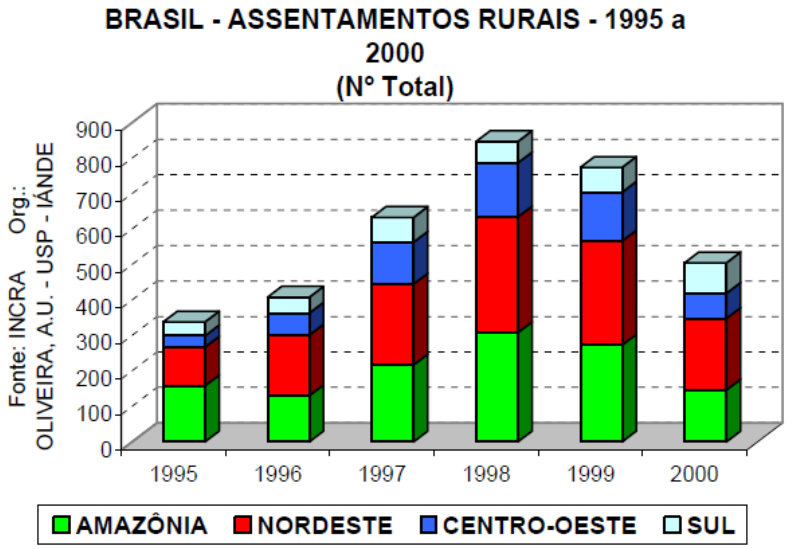


FIGURA 1 – Brasil – Assentamentos Rurais – 1995 a 2000

Com base no gráfico organizado por Oliveira verificamos que a Reforma Agrária no governo Fernando Henrique foi tratada de diferentes maneiras. De 1995 a 1998, devido às fortes tensões e ocupações de latifúndios, houve um relativo aumento nos assentamentos. Nos anos seguintes, segundo dados do próprio INCRA, percebemos uma clara diminuição no número de famílias beneficiadas pela Reforma Agrária. "Nos anos de 1999 (assentou-se pouco mais de 57 mil famílias) e no ano de 2000, uma política declarada de redução dos assentamentos pelo governo FHC". (OLIVEIRA, 2007, p. 143) Cabe enfatizar que esta redução, também veio acompanhada de muita repressão, contra os camponeses que estavam em luta pelas terras griladas.

> Dessa forma, a política de Reforma Agrária do governo FHC passou por momentos históricos e estratégias diferenciadas. Enquanto a política do MST era de colocar a nu a terra improdutiva e a grilagem de terra pelos latifundiários, a resposta foi a violência policial ou a criminalização das lideranças. (OLIVEIRA, 2007, p. 143)

A mudança na legislação também esteve entre as formas de tentar frear uma distribuição efetiva de terras griladas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi o operador das demandas do latifúndio monocultor, o que criou o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra "visando implantar uma autêntica contra Reforma Agrária via mercado como gostam de afirmar as lideranças dos movimentos sociais". (OLIVEIRA, 2007, p. 144)

Também atuou numa forma de conter o avanço das ocupações, aplicando a lei de acordo com interesses do latifúndio. Com aplicação de:

> mais duas medidas coercitivas, a MP 2.109 que proibiu a vistoria por dois anos em imóveis ocupados (155 imóveis estiveram nessa condição) e Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001, que exclui os assentados da Reforma Agrária devido "atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais". (OLIVEIRA, 2007, p. 144)

Assim aqueles que estivessem interessados em ter um pedaço de terra para viver e trabalhar deveriam se "comportar bem", fazer a inscrição pelo correio e esperar do governo a Reforma Agrária fictícia que somente existiria no pensamento de quem a desejasse. Pois do contrário perderiam o direito de pensar em serem beneficiados pela Reforma Agrária por correspondência. "Veiculada com propaganda televisiva e impressa afirmando que a 'porteira está aberta para a Reforma Agrária, é só entrar e inscrever-se', foi outro estelionato das políticas do PSDB e FHC". (OLIVEIRA, 2007, p. 144)

Neste contexto podemos dizer que o governo de Fernando Henrique Cardoso estava cumprindo à risca as políticas ditadas pelo imperialismo. Esta foi a sua missão quando escolhido pelo capital monopolista para gerenciar seus negócios no Brasil.

Mas como nos ensinou Marx em seu texto da "Segunda Tese sobre Feuerbach", para descobrirmos a verdade precisamos observar a prática. (MARX, 1996, p. 12), e esta com relação à questão agrária, mostrava-se estagnada. Os dados do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trataram de trazer a verdade à tona. Segundo este órgão entre 1995 e 1999 cerca de 4,2 milhões de pessoas deixaram a zona rural. Famílias que migraram para as cidades por não conseguir uma renda suficiente para poder sobreviver, sem nenhum tipo de incentivo por parte do governo que as fizessem permanecer no campo, e o pior, muitas perderam suas terras para bancos, através dos financiamentos com juros exorbitantes, que não conseguiram pagar.

De acordo com os dados do INCRA "entre os anos de 1992 e 1998 a área ocupada pelos imóveis maiores de 2 mil hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares". (DOMINGOS NETO, 2004, p. 28) Diante desse quadro ficou evidente que a concentração foi muito maior do que as desapropriações, contabilizadas em 18 milhões de hectares, em que o governo alegou ter feito no mesmo período.

No final dos anos 1990, o governo e os latifundiários aumentam ainda mais as formas de coerção, pois haviam percebido que os movimentos em luta pela terra não iriam se entregar

facilmente, simplesmente com algumas reformas pontuais em poucos lugares; a violência se acirrou:

> Refletindo a gravidade da concentração fundiária no Brasil e o vigor do movimento pela democratização da propriedade da terra, ampliaram-se os conflitos agrários. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1992 e 1994 a média anual era de 367 ocorrências, envolvendo 214.653 pessoas. Entre 1995 e 1999, a média aumentou: verificaram-se 667 conflitos com 508. 507 pessoas envolvidas. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 28)

De fato não poderia ser de outra forma, afinal a classe dominante agrária como em outros contextos históricos, utilizou de sua ideologia sempre mesclando com a força, para barrar qualquer tipo de mudança que a classe camponesa viesse a colocar em prática.

Assim, no final dos anos 1990 o governo Fernando Henrique Cardoso já se encontrava com uma imagem bastante arranhada, principalmente por conta do tratamento que havia dado à questão agrária e à prometida Reforma Agrária. Era preciso, portanto, intervir de outra forma na questão da terra, devendo seguir a orientação do poder hegemônico. Nos anos seguintes o capital imperialista atuou de forma a colocar na agenda deste governo, a chamada "Reforma Agrária de mercado" como já mencionamos, sendo o Banco Mundial[18] seu principal mentor.

Com políticas voltadas para países de capitalismo subdesenvolvido desde o início da década de 1990 o Banco Mundial subordinou os governos títeres de países a desenvolver ações de política agrária voltadas essencialmente para o controle das terras pelas grandes corporações, interessados em garantir sua exploração dos recursos naturais como as águas, as florestas, os animais, os minérios e inúmeros tipos de plantas.

Conforme Resende e Mendonça,

> No meio rural, os principais programas do Banco incluem as seguintes etapas: cadastro e georreferenciamento dos imóveis rurais; privatização de terras públicas e comunitárias; titulação de posses; mercantilização da Reforma Agrária; mercado de terras (Crédito Fundiário, Banco da Terra, Nossa Primeira Terra); e integração dos camponeses ao agronegócio. (RESENDE e MENDONÇA, 2004, p. 07)

Dessa forma, continuando o avanço do latifúndio, várias terras habitadas por posseiros e indígenas passaram a ser alvo de grileiros interessados em expropriá-las para posteriormente

[18] Na Conferência de Bretton Woods, convocada pelo governo dos Estados Unidos em 1944 no mesmo país, foram criadas novas regras financeiras e comerciais para o mundo. Neste encontro foi criado o Banco Mundial, para realizar investimentos de reconstrução da Europa no pós-guerra. Atualmente a sua função é realizar empréstimos para países de capitalismo subdesenvolvido. Em troca os países devedores precisam submeter sua política econômica a critérios impostos por este organismo.

vendê-las. O Estado não tinha mais o compromisso de retomar as terras griladas e com essas medidas a concentração fundiária aumentou e "estimulou o controle do território agrário por grandes empresas". (RESENDE e MENDONÇA, 2004, p. 7) A ideia principal consistia em titular a maior parte dos grandes latifundiários que não tinha documentos e também conceder títulos aos pequenos posseiros. Mas na prática o que aconteceu foi a chamada legalização da grilagem, visto que poucos posseiros conseguiam sua titulação, pois muitos foram expulsos de suas terras pelos grandes latifundiários. Enquanto isso o latifúndio improdutivo ia abarcando mais espaços.

No ano de 1996 o governo desenvolveu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que consistia em uma política direcionada para agricultores familiares que estivessem voltados para o mercado, isto é em "tese seriam aqueles produtores tidos como mais eficientes e aptos para sobreviver numa agricultura crescentemente dedicada a competição mercantil". (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30) Este recém-criado programa incorporou o antigo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), não mais diferenciando os camponeses assentados dos agricultores médios e grandes. "Em consequência, pequenos produtores e agricultores patronais passaram a disputar os mesmos recursos". (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30)

Neste contexto de efervescência política, o MST, juntamente com o apoio da CNBB e de intelectuais ligados à luta pela terra, pressionaram o governo para que este implementasse uma educação voltada para o campo. Com base na baixa escolarização e analfabetismo de grande parte dos camponeses beneficiários da Reforma Agrária, argumentavam que o Plano Nacional de Educação na sua sistematização, não dispunha de elementos que contemplassem uma educação para o campo, e os municípios não consideravam áreas de assentamento como de sua responsabilidade. Diante de grandes pressões políticas, em 1998, o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que se constituiu em uma política pública voltada para a educação escolar do campo em vários níveis, que em tese levaria em consideração a realidade do campesinato pobre.

Dando continuidade a suas metas o Governo Fernando Henrique iniciou o projeto agrário orientado pelos organismos internacionais chamado "Novo Mundo Rural". Propagandeava que a Reforma Agrária deveria ter uma "nova cara", colocando o país no

rumo da grande produção. Assim lançou três programas capitaneados e financiados pelo Banco Mundial, como mostraram Resende e Mendonça:

> Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza. Esses programas beneficiam o latifúndio improdutivo com o pagamento à vista da terra, com a aquisição de terras devolutas, muitas de má qualidade e com preço inflacionado. As associações criadas para a compra das áreas são muitas vezes organizadas pelos próprios latifundiários, e diversas terras adquiridas poderiam ser passíveis de desapropriação (RESENDE e MENDONÇA, 2004, p. 09).

Em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que substituiu o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários[19], sendo nomeado Raul Jungmann para dar continuidade ao trabalho e comandar o ministério, que argumentava ser necessário avançar na Reforma Agrária de forma mais rápida. Para tal propósito, segundo mostra Domingos Neto, era preciso acabar com a burocracia, que dificultava os processos de desapropriação:

> Como justificativa para o programa o ministro arrolou, entre outros motivos, a necessidade de suprimir a fisionomia ideológica da Reforma Agrária, a necessidade de 'pacificação' do campo, com a negociação direta entre os pretendentes a terra e os grandes proprietários, e a contenção de gastos públicos. (...) Entre 1997 e 2000, dispondo de U$ 150 milhões, dos quais U$ 90 milhões tomados de empréstimo ao Banco Mundial, o programa financiou, experimentalmente, a compra de terras para o assentamento de quinze mil famílias. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 32)

O discurso governamental era o de desburocratizar e diminuir despesas, mas na prática o que ocorreu foi exatamente o contrário. Dessa maneira seria preciso criar rapidamente outro programa que viabilizasse suas intenções, que eram abrandar as lutas radicais que estavam em curso no país. Com o já citado Banco da Terra o governo de Fernando Henrique conseguiu aprovar uma medida provisória que permitia ao poder executivo solicitar empréstimos ao Banco Mundial sempre que quisesse. "O Banco da Terra foi destinado a financiar a aquisição de propriedades e infraestrutura básica para trabalhadores sem terra ou com terra

[19] O Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários surgiu em um contexto de ascendência das lutas sociais no campo e, particularmente, de acirramento da luta pela terra no Brasil. De um lado, a pressão dos pequenos agricultores ligados à CONTAG reivindicando políticas específicas de compensação pela chamada "âncora verde" que a agricultura proporcionara à estabilização de preços no Plano Real, durante o primeiro governo FHC. De outro, o MST ampliou sua base social e estendeu sua esfera de atuação para o estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema), ganhando com isto uma projeção nacional. Mas não se pode negar que os fatos políticos decisivos deste período foram os massacres de agricultores sem terra em Corumbiara - Rondônia (agosto de 1995) e Eldorado de Carajás, no sul do Pará (abril de 1996), ambos seguidos de uma "marcha à Brasília", realizada em abril de 1997, que culminou com um comício que se estimou em torno de 100 mil pessoas. Dada a repercussão nacional e internacional destes acontecimentos o governo federal assumiu uma nova postura em relação ao problema agrário e criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1995. (CARVALHO Fº., 2001, p. 203)

insuficiente". (DOMINGOS NETO, 2004, p. 33) Cabe ressaltar que o projeto foi alvo de várias críticas por parte das organizações de camponeses sem terra e com pouca terra, que diziam ser este programa voltado para os maiores produtores, e não para aqueles que realmente precisavam.

Diante das pressões dos movimentos sociais em luta pela terra, o governo lançou no ano 2000, o projeto Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural (CFCP), que representou a continuação do projeto cédula da terra, apenas com alguns ajustes, que previam "a alienação fiduciária do imóvel financiado". (DOMINGOS NETO, 2004, p. 33) Assim se o camponês não conseguisse pagar seu empréstimo, suas terras seriam confiscadas pelo banco.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também interveio por meio de outros instrumentos, como a criação do chamado NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), com o objetivo de mostrar-se interessado no aprofundamento teórico da questão agrária e posteriormente aplicar os estudos "resolvendo" os problemas do campo, que segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 144), consistiam numa quarta estratégia adotada pelo governo, "colocada em prática pelo MDA para fazer frente aos movimentos sociais". Foi também neste período que o INCRA, juntamente com a FAO, desenvolveu um documento sobre a produção agrícola brasileira, classificando-os sob dois modelos, o familiar e o patronal, expressando o objetivo de articular as políticas públicas de acordo com as necessidades de cada um, integrando os pequenos produtores familiares ao mercado.

A proposta de "Reforma Agrária de Mercado", implementada pelo governo FHC, não foi a primeira nem mesmo a última estratégia do capital imperialista para ocultar o problema da concentração da terra no Brasil. Tal fato nos permite afirmar que o latifúndio ao longo de nossa história, não conseguiu finalizar os seus objetivos, que seriam destruir por completo os movimentos organizados de luta pela terra. Ainda convivemos no Brasil com uma estrutura fundiária arcaica de latifúndio exportador. Sendo assim qualquer medida que vislumbre a distribuição das riquezas entre os camponeses e trabalhadores do campo e da cidade, tem que passar obrigatoriamente pela destruição dos latifúndios.

> Sempre se ouve nos acampamentos de Sem-Terra, os camponeses acampados dizendo frases como essa: *'eu prefiro morrer lutando por um pedaço de terra, morrer dignamente, do que morrer como indigente nas periferias da cidade'*. Portanto a chegada da cidadania de grande parte destes pobres, passa pela Reforma Agrária. Mas passa também por uma proposta de Reforma Agrária que tem que ser assumida como proposta de transformação desta sociedade, em busca da justiça dignidade e solidariedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 146)

O conflito de classes ficou a cada dia mais evidente, principalmente com relação à concentração de terras e os problemas que isto causou àqueles que viviam do seu trabalho. Assim o rompimento com esta estrutura de grilagem de terras somente tem sido feita na marra, pelos camponeses através de suas ocupações, como analisa Oliveira:

> No período entre 1978/1994, os trabalhadores rurais em sua luta cotidiana e, na maioria das vezes, sanguinária pela terra, conseguiram conquistar, em mais de mil assentamentos, mais de 7 milhões de hectares de terra, para mais de 140 mil famílias trabalharem. (OLIVEIRA, 2002, p. 121)

Cabe ressaltar aqui as palavras de Marx, quando afirmou que "os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas dadas e transmitidas pelo passado". (MARX, 2008, p. 207) Por isso, estas conquistas dos trabalhadores em luta, embora tenham sido pontuais e com limites, não podem deixar de ser exaltadas, pois trouxeram dignidade para aqueles seres humanos que foram descartados pelo capital, evidenciando a necessidade de uma organização que apontasse para uma transformação radical da sociedade, destruindo todos os latifúndios.

O Brasil, no início dos anos 2000, encontrava-se permeado pelos problemas causados pela inserção profunda do chamado neoliberalismo e a crise tenderia a aprofundar-se. Aquele já mencionado, Estado máximo para o capital e migalhas para os trabalhadores, foi implementado em nome do aumento da taxa de lucros para as grandes corporações transnacionais. Este fato trouxe como consequência, um aprofundamento da exploração do trabalho em vários países de capitalismo subdesenvolvido.

Com estas características presentes no contexto político e econômico brasileiro, foi lançado no ano de 2002, o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para candidato à Presidência da República, sendo esta a sua terceira tentativa para o cargo. Sua campanha eleitoral estava voltada para desviar o descontentamento crescente do povo com as políticas anteriores. Cabe lembrar, que não somente o Brasil, mais vários países da América do Sul estavam também passando pelo mesmo contexto. E a receita do capital imperialista foi aplicada a todos, como uma forma de amortecer a luta de classes que estava mostrando-se a cada dia mais acirrada. Dessa forma a maneira encontrada foi trazer para o seu lado aquele setor que até então era considerado como oposição às políticas do governo anterior. A chamada "esquerda", seria a única capaz de maquiar a verdade com políticas

compensatórias, com vistas a desmobilizar camponeses e operários e implementar a falácia do chamado Estado do bem estar social em países subdesenvolvidos.

Diante da impossibilidade de desenvolver uma produção soberana capaz de gerar recursos internos para melhoria nas condições de vida do povo e consequente desenvolvimento do país, foram contraídos vários empréstimos do Banco Mundial e supervisionados pelo FMI[20] (Fundo Monetário Internacional), durante o governo subserviente de Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim qualquer candidato ou partido que chegasse ao poder pela via eleitoral, teria que se submeter às regras impostas pelo grande capital.

Para garantir sua vitória o Partido dos Trabalhadores redigiu uma carta nas vésperas da eleição, denominada por eles como "Carta ao povo brasileiro", onde deixava claro o compromisso assumido com a continuidade das políticas ditadas pelo Banco Mundial, FMI, OMC[21] e outros organismos internacionais a serviço do imperialismo. "O governo Lula que prometia ser transformador, rendeu-se aos compromissos" (OLIVEIRA, 2004, p. 116), que colocavam o seu governo no mesmo caminho do governo anterior. A reprodução ampliada de capital, dentro e fora do país, foi assegurada pelo governo nestes oito anos em que gerenciou o Estado brasileiro.

Também o termo "agricultura familiar", que já era utilizado pelo governo anterior, passou a ser repetido por este governo, pois neste momento era preciso legitimar este conceito, para manter a ideia de agricultura em espaços menores, mas com objetivo de negócio, que pudesse estar integrada aos mercados nacionais e internacionais, retirando seu caráter camponês. Dessa forma desvincularia, também, a expressão da ideologia comunista, já que este termo camponês "é uma transposição da linguagem da Internacional comunista, baseada nas experiências soviética, europeia e da América Espanhola. (OIKAWA, 2011, p. 95) Ideia a qual os futuros governantes não gostariam de ser identificados.

> Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção de agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR –

[20] Quando foi criado o FMI, em 1944, na Conferência de Bretton Woods, este organismo tinha como objetivo garantir a estabilidade do sistema financeiro para favorecer a expansão e o desenvolvimento do comércio capitalista mundial. Posteriormente ele passou a supervisionar as dívidas externas dos países, impondo-lhes condições para a aplicação do dinheiro emprestado.

[21] OMC (Organização Mundial do Comércio) é um organismo criado em 1995, com o objetivo de estabelecer regras ao comércio internacional, visando diminuir barreiras comerciais que inviabilizem os interesses monopolistas.

> União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda. (OLIVEIRA, 2007, p.147)

O monocultivo de exportação também chamado de agronegócio foi o carro chefe da agricultura durante o governo Lula.

> No Brasil, o programa de produção de agrocarburantes goza de uma prioridade absoluta. E a cana-de-açúcar constitui uma das matérias-primas mais rentáveis para a produção de bioetanol. O programa brasileiro que visa o aumento acelerado da produção de bioetanol tem um nome curioso: Proálcool. O governo o apresenta orgulhosamente. Em 2009, o Brasil consumiu catorze milhões de litros de bioetanol (e de biodiesel) e exportou outros quatro milhões. Sonho do governo brasileiro: exportar até duzentos milhões de litros. (...) A implementação do Proálcool acarreta a rápida concentração de terras nas mãos de alguns barões autóctones e das sociedades transnacionais. (ZIEGLER, 2013, 255 e 256)

Evidenciou-se que o modelo fundado na monocultura de exportação ganhou ainda maior incentivo neste governo, voltando-se também para a chamada agricultura familiar, em que camponeses pobres foram pressionados a vender ou alugar suas propriedades para os latifundiários monocultores de seu entorno, diminuindo, assim, a produção de gêneros alimentícios, aumentando a fome e fazendo subir os preços dos alimentos básicos.

Com relação à Reforma Agrária, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva procurou vincular sua ação às benesses que concederia aos grandes latifundiários, conforme apontou Oliveira:

> A distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, mostra que a política de Reforma Agrária do governo LULA está marcada por dois princípios: **não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio**. Ou seja, a Reforma Agrária está definitivamente, acoplada a expansão do agronegócio no país. (OLIVEIRA, 2007, p. 178, grifos do autor)

Diante da continuidade da política econômica neoliberal, o investimento público com políticas sociais também não modificou. Em contrapartida o governo garantiu ao capital internacional uma "elevação no superávit primário[22], para além do exigido pelo FMI (de 3,75% para 4,25 % do PIB[23]). (PAULANI, 2010, p. 123) Este seria o resultado do acordo feito com governo e o FMI, cumprido à risca e ainda fazendo aumentar a economia de gastos públicos em comparação com o governo que o antecedeu.

[22] É o dinheiro que um governo economiza para pagar os juros da dívida, diminuindo assim o investimento em áreas sociais.

[23] Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todos os produtos finais produzidos por um país em um intervalo de tempo. Nessa conta, entram todos os bens e serviços consumidos pelas pessoas, empresas e governo.

A ampliação da Reforma Agrária, assim, que deveria estar entre as prioridades desse governo, a julgar pela sua história e pela expectativa que gerou entre os trabalhadores sem terra e com pouca terra, não teve nenhuma expressividade.

Dentro dessa realidade, o que presenciamos foi a continuidade das políticas do Banco Mundial para o campo. O I Plano Nacional de Reforma Agrária foi chamado de "Paz, produção e qualidade de vida no meio rural", propondo assentar 130 mil famílias, pelo mesmo processo utilizado pelo governo anterior, representando assim a "continuidade do programa de Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural, que seguiu a lógica do mercado de terras". (RESENDE e MENDONÇA, 2004, p. 09) No início de 2003, durante a formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula, o INCRA contabilizou um total de 37.979.540 hectares de terras que possuíam destinação isto é, eram regularizadas. Em contrapartida a quantidade de terras que não possuía regularização era de 67.823.810 hectares, correspondendo a terras pertencentes à União. Segundo Oliveira:

> Estas terras públicas do INCRA estão assim distribuídas: Rondônia 4.907.824 ha; Acre 6.291.734 ha; Amazonas 20.962.020 ha; Roraima 9.208.315 ha; Pará 17.934.669 ha; Amapá 0; Tocantins 1.031. 876 ha; Mato Grosso 5.756.448 ha; e Maranhão 1.730.924 ha. (OLIVEIRA, 2007, p. 148)

Em posse desses dados fornecidos pelo INCRA, restava-se saber o que iria fazer o governo diante das pressões dos movimentos sociais, para que realizasse a Reforma Agrária tão esperada, pois a realidade mostrou que "a maior parte destas terras foi cercada por particulares, ou seja, grilada". (OLIVEIRA, 2007, p. 148)

Mas infelizmente o que presenciamos foi uma subordinação aos interesses dos grandes latifundiários, que enxergavam nas terras públicas griladas uma fonte de lucros, que iriam ser obtidos com as monoculturas de soja e cana. Desse modo Oliveira esclarece:

> Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. (OLIVEIRA, 2007, p. 148)

O capital expandiu-se, no campo, de forma rápida nos últimos 30 anos, desenvolvendo uma estrutura moderna com base em grandes propriedades e na monocultura voltada para exportação combinada contraditoriamente com o atraso. Este fato possibilitou o avanço maior da concentração de terras em nosso país e a consequente expropriação de camponeses pobres

sem terra e com pouca terra. Não encontrando outra alternativa estes trabalhadores foram obrigados a viver precariamente nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Dentro dessa lógica o capital monopolista necessitava subordinar também o trabalho familiar, para fornecer matérias-primas que seriam utilizadas pela indústria. Nesta perspectiva o campesinato não poderia produzir autonomamente, ficaria preso numa situação de submissão para "integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um 'agronegocinho'". (OLIVEIRA, 2007, p. 149)

Na organização operacional do II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária, as metas deveriam ser gradativas, inicialmente colocando em prática e organizando de forma diferenciada cada uma delas, pois todas previam demandas específicas, que não eram novas e precisavam de ações urgentes.

Sobre essas Metas, Oliveira esclarece que:

> Meta 1 dos assentamentos novos e as demais metas, tais como a da regularização fundiária (Meta 2), a reordenação fundiária, reassentamento de atingidos por barragens e o reconhecimento de assentamentos antigos para recuperar suas capacidades produtivas. Obviamente, sempre foram metas distintas, por que não são as mesmas coisas, pois as formas de obtenção das terras são diferentes. (OLIVEIRA, 2007, p. 163)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estava suficientemente esclarecido das diferenças entre Reforma Agrária de fato e regularização de assentamentos antigos, não havia dúvidas. Como a possibilidade de avançar nas desapropriações de terras griladas e, consequentemente, na Reforma Agrária, já não estava mais em pauta, o jeito seria "divulgar o dado total obtido através da relação de beneficiários, as famosas Rbs. Este dado total redunda da somatória de todas as metas". (OLIVEIRA, 2007, p. 163) Dessa forma o que se viu foi a divulgação de uma Reforma Agrária fictícia, pois os números não eram reais, sendo utilizado o mesmo método em anos seguintes, em uma clara forma de mascarar a realidade.

> É evidente que se trata de uma 'Reforma Agrária' inventada pelo INCRA/MDA visando enganar os movimentos sociais de luta pela terra, pois na realidade este órgão, por decisão política do governo Lula como um todo, nunca pretendeu fazer de fato a Reforma Agrária. (OLIVEIRA, 2007, p. 168)

Também o último Censo Agropecuário do IBGE/2006, que teve sua divulgação no ano de 2009, mostrou que a concentração de terras no Brasil aumentou. Segundo este órgão a área territorial do país é de 851,4 milhões de hectares; a área total ocupado pelos estabelecimentos

era de 330 milhões de hectares; a área total das terras indígenas de 126 milhões de hectares; a área das unidades de conservação ambiental de 72,3 milhões de hectares; a área com corpos d'água de 12 milhões de hectares e a área urbanizada de 2,1 milhões de hectares.

Segundo OLIVEIRA (2010) esses dados apresentavam problemas, pois existiam 309 milhões de hectares que não estavam dentro da somatória total. Diante disso seria preciso encontrar outros meios para camuflar a real situação do campo brasileiro.

> A solução adotada pelos técnicos do IBGE foi denominar esses 36% da superfície do país de 'área com outras ocupações'. No entanto, se eles incluíram todas as possibilidades de ocupação de fato, ficou faltando as 'terras públicas devolutas'. É isto mesmo: mais de um terço da área do país está cercada, mas não pertence a quem cercou. Os 'proprietários' não têm documentos legais de propriedade destas terras. Por isso, essas terras são omitidas nos levantamentos estatísticos tanto do IBGE como do INCRA. (OLIVEIRA, 2010, p. 2)

Mesmo com as críticas feitas pelos movimentos em luta pela terra e pelos pesquisadores no assunto, o INCRA e o MDA continuaram divulgando os dados da chamada Reforma Agrária de maneira distorcida. No ano de 2006, o governo Lula publicou em documento oficial, na data de 30 de janeiro de 2007, que já havia assentado um total de 136.358 famílias. No entanto, esse total representava todas as relações de beneficiários emitidas em 2006, isto é, dizia respeito à soma de todas as metas.

> Isto quer dizer, que o órgão continua somando todas as famílias que tiveram suas posses regularizadas, ou que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos, ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, como se fossem assentamentos novos. (OLIVEIRA, 2007, p. 175)

Essa política de frear a Reforma Agrária trouxe sérias consequências para os camponeses pobres que se encontravam em acampamentos numa situação precária, aguardando a desapropriação das terras griladas.

> 150 mil famílias que estavam acampadas em 2003 continuam acampadas em 2007. Somando-se a elas o contingente que foi para os acampamentos entre 2004 e 2006, chega-se ao total de mais de 240 mil em baixo das lonas pretas à espera da Reforma Agrária que não vem. (OLIVEIRA, 2007, p. 176)

Os próximos anos do governo não foram diferentes principalmente por conta do "refluxo das ações políticas da ocupação de terra e acampamentos pelos movimentos sociais". (OLIVEIRA, 2007, p. 174) O número de ocupações caiu drasticamente depois do ano de 2005, e este fato fez com que diminuísse também o número de desapropriações. Pois assim como aconteceu em outros momentos históricos, quando a pressão diminuiu, o avanço na destruição dos latifúndios entrou em estagnação.

Esta opção do governo Lula de não entrar em confronto com o agronegócio, também foi a mesma escolhida por sua sucessora, Dilma Rousseff, eleita presidente no ano de 2011, sob indicação e apoio de Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, de antemão já se podia imaginar que o processo de distribuição de terras não seria modificado e o apoio incondicional ao latifúndio monocultor chamado agronegócio iria certamente continuar.

Apesar de em sua campanha ter se comprometido a fazer algumas mudanças pontuais, quatro anos se passaram e muitas de suas promessas não foram cumpridas, como aponta a CPT da Regional Nordeste II:

> No entanto, a presidenta não apenas seguiu o mesmo caminho de seu antecessor com acentuou o processo posto em marcha pelo presidente Lula. A política econômica da nova presidenta seguiu investindo forte, e quase exclusivamente, no agronegócio, nas mineradoras, em grandes projetos de desenvolvimento e de expansão do capital. Do outro lado milhares de camponeses, populações tradicionais e a mãe Terra com uma incansável resistência, continuaram denunciando as contradições e a inviabilidade do modelo de desenvolvimento que os esmagava. (CPT, 2014)

Com relação à Reforma Agrária o IBGE divulgou o balanço dos assentamentos concretizados entre os anos de 2011 a 2014, contabilizando 103.746 mil famílias assentadas. Assim como fizeram seus antecessores, esses dados foram somados às áreas antigas de famílias já assentadas que esperavam há muito tempo a regularização. Identificamos dessa forma que a Reforma Agrária e seus números ficcionais do governo Dilma, não correspondiam à realidade, visto que a demanda de camponeses sem terra acampados era ainda muito grande.

A esse respeito, a Comissão Pastoral da Terra, Regional Nordeste II, divulgou que:

> No ano de 2014, último de seu mandato, a presidenta Dilma assentou/regularizou apenas 6.289 mil famílias, o número é obsceno se comparado ao volume de mais de 200 mil famílias sem terra que se encontram atualmente mobilizadas pela Reforma Agrária no país, segundo os movimentos de luta pela terra no Brasil. (CPT, 2014)

Diante disso vemos que não era o propósito deste governo, assim como não foram também daqueles que o antecederam, realizar uma justa distribuição de terras em nosso país. O Estado burguês em sua essência não mudou e aquele que o gerenciava deveria servir a seu propósito. A grande burguesia brasileira e os latifundiários prestaram excelentes serviços ao capital imperialista, com lucros exorbitantes, com consequências políticas e sociais imensas para nosso território e nosso povo, entre estas o grande problema da diminuição das áreas de produção de alimentos. “Logo, a luta pela terra não pode restringir-se apenas e

especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital". (OLIVEIRA, 1995, p. 81)

1.3.1 A Soberania Alimentar em face da estrutura agrária e do controle da terra pelo capital no Brasil

A agricultura pode ser definida como uma das principais atividades humanas. Desde que foi descoberta, há aproximadamente 12 mil anos, os seres humanos passaram cada vez mais a depender dela, quer seja direta ou indiretamente. Atualmente, em todos os países, a caracterização da agricultura aparece associada ao grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada região, sendo vinculada, ora às demandas da economia e do consumo local, ora sob a determinação de agentes externos para atender longínquos mercados. As diferenças no nível de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade é o que vai implicar diretamente a sua produção no geral e isso se aplica também à agricultura. Assim como nos lembra Marx:

> [...] Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para "fazer história". Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como a milhares de anos deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1996, p. 39)

Essa ideia cunhada e desenvolvida por Marx faz referência à importância da produção agrícola para a satisfação das necessidades básicas do ser humano. Além disso, também está presente nesta afirmação a necessária relação entre a produção para as necessidades de subsistência e a transformação social, ou seja, de fazer história. Sem que essas necessidades (comer, beber) sejam sanadas, não poderemos nem sequer nos movimentar, muito menos pensar ou fazer história. Neste sentido torna-se crucial o debate acerca da conquista da terra, associada ao conjunto das forças produtivas geradas pela humanidade, e seu papel no avanço da Soberania Alimentar em nosso país.

No período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, muitas técnicas foram desenvolvidas pelos países imperialistas para serem usadas como arma de dominação de um país sobre o outro. Dentre estas podemos destacar os produtos químicos, que foram utilizados

em larga escala nos processos produtivos agrícolas. Os Agroquímicos associados a outras técnicas envolvendo maquinarias e à exploração genética caracterizou-se com o que ficou denominada, como já citamos, por Revolução Verde. Os impactos socioambientais decorrentes desse procedimento foram constatados pela destruição de plantas e espécies nativas vegetais e animais, bem como pelo envenenamento de rios e lagos, dentre outros que a ciência buscou investigar. Outro impacto diz respeito ao aumento do controle humano sobre a natureza, em nome da dominação capitalista em várias regiões do mundo.

Muitos produtos químicos desenvolvidos para fins bélicos foram transformados em fertilizantes, adubos, inseticidas, pesticidas, herbicidas, etc., e foram comercializados a partir da década de 1960 em vários países do mundo, sendo que nos países caracterizados como subdesenvolvidos, ou seja, naqueles que sofrem a dominação dos países imperialistas, a utilização desses químicos na agricultura foi feita sem o devido esclarecimento dos seus riscos, tanto para os seres humanos, quanto para o meio ambiente.

A chamada Revolução Verde tinha como objetivo expandir a industrialização na agricultura, inserindo nela técnicas modernas de manipulação de animais e plantas. Houve, também, uma ampliação muito grande das áreas cultivadas, e consequente esgotamento dos solos e aumento do número de famintos em todo o mundo, contrariando a promessa de que o seu incremento tecnológico visava diminuir a fome mundial.

Embora nesta época a produção tenha atingido cifras imensas para exportação, suas consequências sociais foram exorbitantes. “Antes da Revolução Verde, na Índia 18% do campesinato não possuía terras, em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 33%”. (CHONCHOL, 2005, p. 33) Pouco tempo depois a produção mundial de cereais estava no fim, isto, devido à queda da produção, bem como à compra em grande escala de gêneros alimentícios pela URSS, levando ao esgotamento dos estoques disponíveis e ao aumento dos preços. (CHONCHOL, 2005, p.34)

Este fato trouxe o agravamento da fome em diversos países, que eram utilizados apenas como fornecedores de cereais para os países desenvolvidos e não tinham assegurado a sua própria alimentação. A solução encontrada pelos países desenvolvidos foi aumentar as exportações de alimentos que estivessem sobrando para os países que estivessem perecendo de fome. Para isso fizeram acordos comerciais que trouxessem vantagens econômicas para os exportadores. Um exemplo dessa relação comercial ocorreu entre o Brasil e os Estados Unidos, durante as décadas de 1960/70, quando o regime militar que governava o nosso país

firmou o acordo denominado “Aliança para o progresso”, através do qual passou a importar o excedente da produção agrícola norteamericana, impondo gêneros estranhos à cultura alimentar, como foi o caso do trigo, que em pouco tempo foi introduzido propositalmente em nosso hábito alimentar. (WEID, 2001, p. 03)

Em meados do século XX, muitas pesquisas já haviam sido desenvolvidas com relação ao problema da fome no mundo, demonstrando cientificamente que o problema não era a falta de alimentos e que com as técnicas existentes na época seria possível alimentar uma população de 13,5 bilhões de habitantes[24]. Entre os cientistas com destacado papel na pesquisa sobre a fome como problema social, tivemos o já citado médico brasileiro Josué de Castro, denunciando que o problema, nos países subdesenvolvidos, estava vinculado diretamente com o latifúndio monocultor e sua transferência de produtos agrícolas para os países desenvolvidos. “A fome nas suas diferentes formas é sempre um produto direto do subdesenvolvimento”. (CASTRO, 2003, p. 52)

Também mapeou em seu livro “Geografia da Fome”, as principais doenças que acometiam e levavam a óbitos adultos e crianças nas várias regiões brasileiras. Considerando áreas de fome, aquelas em que pelo menos a metade da população apresentava predominância de carências nutritivas.

> A alimentação do brasileiro tem se revelado, a luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Numas regiões os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem a subnutrição. Procurando investigar as causas sociais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico e social do povo, chega-se a conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que fatores de natureza geográfica. (CASTRO, 2004, p. 34)

Josué de Castro comprovou, com sua pesquisa, que as doenças estavam relacionadas diretamente à falta de proteínas, vitaminas e sais minerais necessárias para mantê-los saudáveis e com vida, não sendo determinadas apenas por razões físicas, como era divulgado na época. Afirmava que um dos principais problemas brasileiros residia em sua estrutura agrária atrasada, que impedia que o país trilhasse um caminho soberano em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

> Destas estruturas, a mais retrógrada e a mais resistente ao verdadeiro progresso social é, sem nenhuma dúvida, a nossa estrutura agrária, daí a

[24] A população Mundial na época estava em aproximadamente 2,5 bilhões de habitantes.

> necessidade de atacá-la com decisão para adaptá-la as necessidades sociais do Brasil atual. É a inadequação de nossas estruturas agrárias o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem no campo. Numa palavra: do atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo dessa estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como pelas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime da meiação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário. (CASTRO, 2004, p. 284)

Sua conclusão trouxe elementos já enfatizados anteriormente, mostrando que o interesse mercantil do "latifúndio" exportador sob o domínio imperialista, atuou como um freio para o desenvolvimento de nosso país. Afirmava que "a fome somente desapareceria, quando fosse varrido o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona". (CASTRO, 2004, p. 291)

Cabe lembrar que neste contexto pós Segunda Guerra Mundial vivíamos o conflito de dois modos de produção antagônicos, conhecido como "Guerra Fria". Dois blocos de países se firmaram: um capitalista, sob liderança dos Estados Unidos da América e outro socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estávamos diante de duas concepções distintas de sociedade que projetavam ações igualmente distintas de produção.

Diante disso, no final da Segunda Guerra Mundial, com os problemas alimentares que ocorreram e que ainda estavam ocorrendo, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, convocou uma reunião para discutir os problemas sobre agricultura e alimentação. Esse encontro teve a participação de 44 países, que "através de eminentes técnicos no assunto, confessaram sem constrangimento, quais as condições reais de alimentação dos seus respectivos povos". (CASTRO, 2004, p. 15) Foram apresentados relatórios com um grau muito alto de mortalidade adulta e infantil, provocada por doenças que tinham como causa a fome e a desnutrição. Para tentar resolver o problema, a decisão foi a criação do Conselho da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e pouco tempo depois, o Programa Alimentar Mundial (PAM), que se constituiu em uma organização humanitária de ajuda alimentar para situações de urgência, como catástrofes ambientais. De início, os países capitalistas desenvolvidos doavam seus excedentes de alimentos aos países capitalistas subdesenvolvidos.

Podemos afirmar que a FAO e seus gestores não tiveram força suficiente para implementar um projeto que garantisse uma ação efetiva contra os males da fome nos países

capitalistas. Tiveram que se submeter aos interesses da acumulação capitalista, servindo para escamotear as verdadeiras causas da fome.

Segundo Ziegler,

> Em 1946, a ONU lançou sua primeira campanha mundial de luta contra a fome. Enfim em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU, reunida no palácio Chaillot em Paris, adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo 25º define o direito à alimentação. (...) Mas esse foi, lamentavelmente, um momento de curta duração. No interior do sistema das Nações Unidas – e também no interior de muitos Estados membros -, os inimigos do direito à alimentação eram (e continuam sendo na atualidade) muito poderosos. (ZIEGLER, 2013, p. 23-24)

Seria uma contradição muito profunda o sistema imperialista garantir mecanismos para acabar com um fenômeno criado pela sua própria lógica. Assim não poderia ser de outra forma, pois no capitalismo se lucra mais com a morte de milhões de seres humanos, do que com a solução para elevar o nível de vida da população e consequentemente melhorar sua nutrição.

Foi dentro dessa perspectiva que Josué de Castro, que presidiu a FAO durante os anos de 1952 a 1957, avaliava sua atuação neste órgão, afirmando se sentir "decepcionado pelo que fizemos por que, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista". (CASTRO, 2003, p. 40) De fato a realidade mostrou que acabar com a fome não era o objetivo das potências hegemônicas mundiais que teriam apoiado a criação da FAO. Mesmo com a quantidade de alimentos tendo aumentado em vários países capitalistas, o problema da fome persistia.

Com o término da Segunda Guerra os campos de influência dos países que passaram pelas Revoluções Socialistas haviam se ampliado. Este fato "desencadeou diferentes formas de produção no campo, mediante a ação direta de um Estado ideologicamente comprometido com a transformação da sociedade estabelecida e a construção de uma nova ordem". (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 45)

Diante desse fato a Rússia, a China e países da chamada Europa Oriental, passaram a enfrentar o problema da fome desenvolvendo ações no campo. Viabilizando o aumento da produção agrícola em pequenas propriedades camponesas, como foi o caso da China onde "foram distribuídos 46 milhões de hectares entre 300 milhões de lavradores. No que diz respeito à redistribuição de terras, a China inovou, distribuindo parcelas iguais de terra para dois membros do casal". (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 68)

Esta ação demonstrou grande eficácia na solução do problema da fome. Josué de Castro em sua célebre obra "O livro negro da Fome", escrito em 1960, constatará que a quantidade de alimentos disponíveis na China pós Revolução socialista era imensamente maior que a cifra mundial.

> Mesmo com esse descanso de nossa civilização em procurar produzir o suficiente para alimentar de maneira correta as populações do mundo, em aplicar as aquisições da ciência para melhorar os rendimentos do solo, mesmo assim a produção de alimentos na última década tem ultrapassado, em volume o crescimento das populações: enquanto as populações crescem num ritmo médio anual de 1¹/² %, a produção alimentar do mundo já ultrapassou 2%. E isto é a desmoralização total do neomalthusianismo. E este aumento de 2% se evidencia bem abaixo de nossas possibilidades normais, quando se sabe, que com um certo esforço e organização do trabalho, *a nova China vem aumentando sua produção agrícola num ritmo correspondente a 8% por ano, depois da revolução de 1949*. (CASTRO, 1968, p. 29. Grifos nossos)

A produção de alimentos e o acesso destes pela população de um país está diretamente ligado ao modo de produção assumido pelo mesmo, que, por sua vez, se define a partir do poder político instituído. Sendo assim, mesmo existindo na atualidade uma grande produção de alimentos, estes não são distribuídos, tampouco diversificados de forma que garanta a soberania e segurança alimentar de todo o povo. Seria uma ilusão exigir tal compromisso do modo de produção capitalista, uma vez que sua lógica é a do mercado, produzindo aquilo que proporciona lucro e não o necessário para o suprimento das necessidades humanas. É isto o que define a produção mundial na fase imperialista do capitalismo, principalmente para os países subdesenvolvidos. A estes cabe a subjugação da sua produção agrícola, como parte do conjunto de suas forças produtivas, à divisão mundial do trabalho imposta pelos monopólios mundiais dos países imperialistas, cujas características se prendem à produção monocultora, voltada exclusivamente para a exportação e que vem destruindo milhões de espécies de plantas que serviram de alimentação para as populações ao longo da história da humanidade. Em contrapartida impõe a todo o povo uma padronização de alimentação, de acordo com os interesses dos monopólios imperialistas que passam a dominar cada vez mais as variedades das sementes.

Essa relação entre a capacidade de produção de cada país, a sua cultura alimentar, as regras e o controle do mercado mundial expressa importante contradição que marca a agricultura sob as chamadas "leis de mercado". Embora este assunto se apresente neste estudo ele não expressa a preocupação central do trabalho, tendo o seu recorte sobre o acesso, a

conquista e o uso da terra pelas organizações, e a lutas camponesas em sua relação com a Soberania Alimentar.

Dentro dessa concepção entendemos que o Brasil é um país que não garante o direito à alimentação de qualidade para seu povo, pois não produz seus alimentos de forma integral, necessitando importar muito do que sua população consome. Assim, entendemos que a soberania política e econômica são premissas básicas para assegurar de forma plena a Soberania Alimentar de nosso território, mesmo dentro dos marcos capitalistas.

Sobre essa questão, Paulino apontou que:

> É assim que o Brasil como receptor de capital e de tecnologia, dá sua contribuição para o ajuste espacial, assentindo com o lugar que os países centrais lhes reservaram na divisão territorial do trabalho. Desse modo ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, pouco pode contribuir para o desenvolvimento efetivamente sustentável do país que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva notadamente da agricultura. (PAULINO, 2008, p. 229)

Dessa forma grande parte da produção agrícola brasileira está voltada para exportação, com técnicas modernas e utilização massiva de insumos, fabricados por empresas transnacionais. Sendo o Estado seu principal incentivador através dos grandes financiamentos "deixando praticamente abandonadas aquelas culturas que tem se constituído, historicamente na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros". (OLIVEIRA, 2001, p. 94)

Outro conceito que vamos abordar é o de Segurança Alimentar que inicialmente surgiu da ação estatal, no entanto, grande parte dos governos não a levaram adiante, passando a ser gerida por organismos internacionais. Em nome do capitalismo monopolista foi formulado um significado para o termo onde "assiste-se a separação entre autossuficiência e segurança alimentar que passa a ser entendida como a capacidade de adquirir os alimentos quando se necessitar deles". (MALUF, 2009, p. 53) Esta seria a fórmula para manter amarradas aos impérios alimentares todas as populações dos países subdesenvolvidos que possuíssem renda para adquirir os alimentos industrializados que seriam fornecidos pelas corporações transnacionais, como apontou Ziegler:

> À medida que o Brasil substituía gradualmente a cultura de víveres pela cultura de cana-de-açúcar, o país entrou no círculo vicioso do mercado mundial alimentar: obrigado a importar alimentos que já não produz, aumenta

> a demanda mundial (...) que, por seu lado, acarreta o aumento do preço dos alimentos. (ZIEGLER, 2013, p. 259)

Temos a maior quantidade de terras aráveis do mundo, com um solo extremamente fértil, água em abundância e a luz solar que garante energia a maior parte do ano. Estas características despertaram o interesse das grandes empresas ligadas ao agronegócio em adquirir e ampliar seu domínio sobre nosso território. A esse respeito Alentejano observou que:

> Todos esses aspectos combinados explicam a recente onda de internacionalização da agricultura brasileira verificada nos últimos anos que se traduz no crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes, *traders*, agroindústrias) – e também na crescente onda de compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros. (ALENTEJANO, 2011, p. 77)

Uma parcela significativa da economia agrária brasileira está dominada por grandes corporações transnacionais, como ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que controlam grande parte das exportações de produtos agrícolas. Seguindo a mesma lógica, a produção nos últimos anos tem se voltado ainda mais para o mercado, isto é, produzindo o que os países importadores de *commodities* demandam, sendo viabilizados pelos créditos concedidos pelo Estado brasileiro com recursos públicos. "Entre 2008 e 2009, estima-se que o setor sucroalcooleiro tenha recebido mais de R$ 12 bilhões do BNDES, verba esta extraída, em grande medida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)". (ALENTEJANO, 2011, p. 83)

A julgar pelos dados do senso agropecuário de 2006 divulgados pelo IBGE sobre a utilização de terras no Brasil, e analisados por ALENTEJANO (2011, p. 80), a área destinada à cultura de alimentos básicos diminuiu em vários Estados brasileiros, dando lugar à produção agrícola utilizada como matéria prima na fabricação de ração, papel e celulose e energia, que tiveram uma ampliação de espaço entre os anos de 1990 a 2008 de 27. 930.804 hectares para 44.021.847 hectares, com uma cifra de crescimento de 57,6%.

Dessa forma alimentos como arroz, feijão e mandioca ficaram reduzidos "em mais de 2,5 milhões de hectares entre 1990 e 2006". (ALENTEJANO, 2011, p. 81) Este fato nos traz a luz sobre a grande insegurança alimentar que presenciamos no Brasil. Assim, sem a garantia de aumento das áreas de plantios de alimentos básicos, não poderemos garantir sua oferta de maneira que satisfaça a demanda necessária. Estas são formas de controle da terra e dos alimentos amarradas pelo capital para manter a dominação no país.

Em contrapartida apresentaremos a Soberania Alimentar a partir da contradição do capitalismo, evidenciado sua perspectiva na resistência do campesinato na conquista pela terra e seus embates com os latifúndios e impérios alimentares para continuar produzindo alimentos básicos e saudáveis abastecendo o mercado local e nacional.

CAPÍTULO II

A LUTA PELA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ

A mesorregião Centro-Sul Paranaense está localizada no terceiro planalto e abrange aproximadamente uma área de 2.638.104 hectares, correspondendo a cerca de 13% do território Estadual, sendo formada por 29 municípios. (IPARDES, 2004, p. 05)

Inicialmente este território, assim como as demais áreas do espaço brasileiro, era habitado por comunidades indígenas, que com a ocupação europeia acabaram sendo vítimas da violência, sendo forçados a se afastar para lugares mais distantes. Aqueles que resistiram foram obrigados a se organizar em "reservas" seguindo às leis do Estado brasileiro.

> O combate e o aldeamento dos índios funcionaram como um vetor importante no processo de ocupação do território paranaense. O início do século XIX é marcado pela guerra declarada aos indígenas, sob a alegação de que eles impediam a fixação e o trânsito de pessoas. O aldeamento dos índios Camés, Votorões e Dorins teve início em 1810, porém estes ofereceram resistência até meados do século. Naquele período, a região do atual município de Laranjeiras do Sul, um dos que compõem o território, era um grande sertão, habitado por comunidades indígenas. O processo de desbravamento, povoamento e urbanização trouxe consigo o encontro e, muitas vezes, o confronto cultural com os habitantes indígenas, os quais, no que se refere ao território, acabaram sendo empurrados sertão adentro. As comunidades que permaneceram tiveram que se organizar em reservas, conforme a política oficial do Estado brasileiro. (IPARDES, 2007, p. 17)

Os povos indígenas que habitavam a região nos anos de 1800 eram considerados um impecilho aos objetivos de expansão do território pela Coroa Portuguesa. Como o interesse da Coroa estava em consonância com os interesses dos fazendeiros e comerciantes, o processo de expansão e domínio da região foi consolidado com a Carta Régia de 1808, que previa que fossem beneficiados com as Sesmarias aqueles que já habitavam a região de Curitiba e dos Campos Gerais. As doações de terras deveriam estar vinculadas ao número de escravos que cada um possuísse, ficando dessa forma os fazendeiros ricos com as maiores extensões de terras. (ROOS, 2015, p. 122)

Podemos então afirmar que o sistema de Sesmarias deu origem a muitas propriedades nesta região, ficando estabelecida pela Coroa Portuguesa o tamanho de "uma légua de testada por três de comprimento ou cinco mil e quatrocentos alqueires de terra. Outras apresentavam

de uma légua e meia em quadra, equivalente a quatro mil e cinquenta alqueires de terra. (ROOS, 2015, p. 122, *Apud* ABREU, 1981, p. 51)

Como ainda existiam terras devolutas mesmo depois da doação para os fazendeiros ricos, a Coroa Portuguesa redigiu uma nova carta em 01 de abril de 1809 permitindo a doação de terras para os camponeses pobres que não dispusessem de recursos. Roos mostrou que:

> Assim a participação de não brancos livres pobres, que vivian vagando pela capitania de São Paulo também foi incentivada como forma de viabilizar a povoação dos campos de Guarapuava e garantir o suprimento de gêneros alimentícios. (ROOS, 2015, p. 122)

Esse fato não se caracterizou como uma benésse concedida aos pobres, mas fundamentalmente por interesses em povoar a região, contando com mais mão de obra para as fazendas e a garantia de alimentos para a população local.

De acordo com Roos (2015), quando ocorreu a suspensão da concessão das Sesmarias em julho de 1822, não houve nenhuma modificação na estrutura agrária que estava se firmando na região, pois a ocupação ilegal já se constituía numa prática utilizada pelos grandes fazendeiros, que passaram a adquirir maiores áreas de terras e que posteriormente seriam utilizadas para exploração da pecuária extensiva.

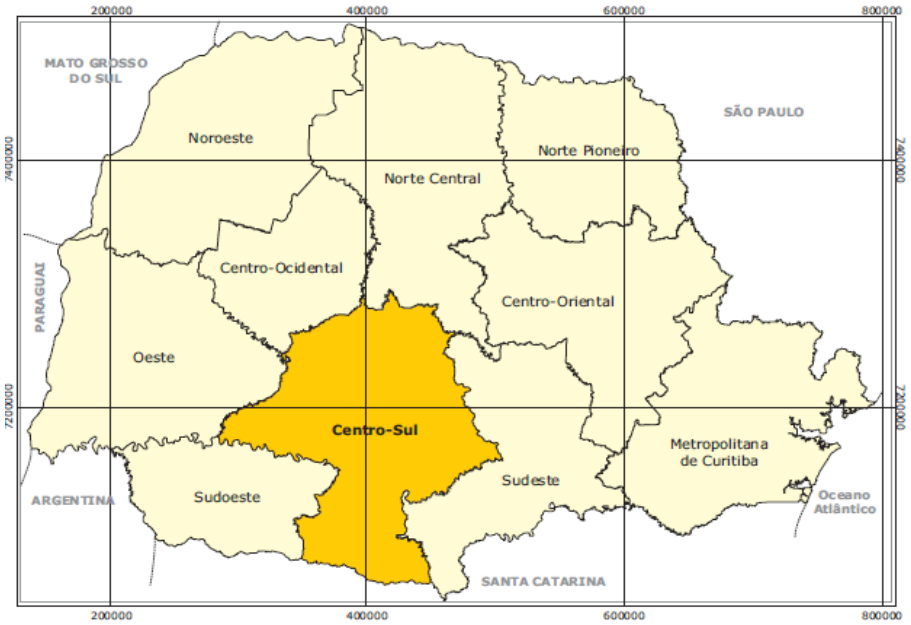


FIGURA 2 – Mesorregião Centro-Sul – Estado do Paraná

Fonte: SEMA – 2002. 30___0___30___60 Km

A ocupação do Centro-Sul do Paraná caracterizou-se pelo vínculo estreito entre a pecuária extensiva, a exploração da erva mate e da madeira. Inicialmente o território do Centro-Sul paranaense foi muito utilizado como passagem pelos tropeiros que conduziam as tropas de gado das grandes fazendas, para outras regiões, e posteriormente, comercializados em grandes centros. O povoamento iniciou-se com ocupações irregulares e com uma mescla de pessoas oriundas de várias regiões e nacionalidades. Assim, podemos mencionar três formas de ocupação que deram origem ao território e sua população: pela iniciativa oficial, pela iniciativa particular/empresarial e pela ocupação "espontânea" de terras devolutas. (IPARDES, 2007, p. 17)

A atividade de pecuária extensiva perdeu sua importância econômica em meados do século XIX, passando a erva mate (*Ilex paraguariensis)* a ocupar o posto como uma das principais e mais rentáveis atividades econômicas da região, conforme apontou Ross:

> A importância econômica adquirida pela exploração da erva mate é caracterizada ainda pela concessão de áreas para exploração desta às grandes companhias nacionais e estrangeiras, que atuavam de forma monopolista. O Estado, atendendo aos interesses da elite empresarial em ascensão e visando a arrecadação de tributos provenientes da exportação de erva-mate, cedeu enormes áreas cobertas por ervais a empresas de grande porte, ocasionando a expulsão de grande contingente de camponeses posseiros que habitavam essas terras. (ROOS, 2015, p. 125)

Paralelamente à pecuária e à exploração da madeira e da erva mate, desenvolveu-se também uma agricultura de base camponesa, praticada por posseiros, que posteriormente foram expropriados para dar lugar ao latifúndio exportador. Estes fatos atuaram como um barril de pólvora no acirramento do conflito pela posse da terra, estando entre as principais marcas da ocupação dessa região. "O enriquecimento dos fazendeiros levou às disputas pelo controle político regional e desdobrou em conflitos pela posse da terra". (FABRINI, 2002, p. 156)

No início do século XX, um grande número de migrantes caboclos e imigrantes europeus, principalmente eslavos e italianos, passou a ocupar espaços da região Centro-Sul do Paraná. Neste contexto, tendo o Brasil uma herança de exploração de mão de obra escrava, utilizada durante muito tempo nas fazendas de gado, e, consequentemente, com a perda de importância econômica desta criação, devido à crise do início do século XX, fizessem com que a ocupação desses territórios pelos contingentes populacionais de camponeses, se desse principalmente em direção às áreas com relevo mais íngreme, ainda livres da ocupação dos

grandes latifundiários. Desse modo em muitos espaços foi praticada uma agricultura com base no autoconsumo.

Por se tratar de uma região muito rica em florestas de araucária e erva mate, no início do século XX, a região Centro-Sul do Paraná foi alvo da chamada Frente para Oeste, ocasionando então a apropriação de grandes áreas por latifundiários interessados em expandir a produção madeireira. (FABRINI, 2002, p. 156) Estes irão atuar pelo processo da chamada grilagem de terras[25], que através de concessões feitas pelo governo foi possível a expropriação de um grande número de posseiros, juntamente com o uso da coerção e da violência, já mencionados anteriormente. "Note-se que a organização histórica do espaço da região em estudo foi marcada pelo conflito, inicialmente com os indígenas que ocupavam este território e, posteriormente com os camponeses que ali estabeleceram suas posses". (ROOS, 2015, p. 126)

Nos anos de 1960, dentro da lógica de expansão da grande propriedade monocultora e da chamada modernização da agricultura[26], várias regiões brasileiras foram incorporadas a esse processo. No entanto muitas regiões ficaram à margem dessa modernização, entre elas a região em questão, que teve a maior parte de suas áreas voltadas para a extração de madeira de lei como o pinheiro araucária[27], o cedro, o angico, a canela, o ipê, etc., para indústrias de móveis nas grandes cidades ou para a exportação.

> Resultante da intensificação das relações capitalistas e subsídios governamentais, as áreas de topografia plana não utilizadas anteriormente para a agricultura, sofreram profundas mudanças com a introdução da mecanização principalmente na denominada 'modernização conservadora' a partir da década de 1960. Evidentemente, a mecanização foi parcial e setorizada, predominando ainda enormes extensões de terras não utilizadas para lavouras. (FABRINI, 2002, p. 157)

Diante disso, a região Centro-Sul constituiu-se numa das áreas com um profundo atraso em seu desenvolvimento socioeconômico se comparada a outras regiões do Paraná, que foram caracterizadas por um maior dinamismo econômico. Paralelamente aos grandes

[25] A palavra "grilagem" tem origem na falsificação de documentos feita pelos fazendeiros, a partir da lei de terras de 1850. A prática consistia em colocar estes documentos em um recipiente com grilos para que estes liberassem excrementos no papel, dando-lhe uma aparência envelhecida e falsa legitimidade, assim utilizando este papel para realizar as expropriações de posseiros.

[26] O processo de modernização da agricultura no decorrer das décadas de 1960 e 1970, se caracterizou pela construção da empresa agropecuária, com um caráter conservador, produtivista e concentracionista, contaria em sua própria tessitura, com um novo protagonista, igualmente em construção: o moderno empresário rural, que iria se firmar como aquele que desenvolveria o capitalismo no campo com a manutenção da estrutura fundiária. (MENDONÇA, 2006, p. 51-53)

[27] Caracteriza-se por uma extensa formação vegetal no sul do Brasil, sendo conhecida como a árvore símbolo do Estado do Paraná. Devido sua extrema exploração, na atualidade encontra-se ameaçada de extinção.

latifúndios, surgiram as pequenas propriedades de camponeses pobres que conseguiram resistir à expropriação, que se desenvolveram em áreas marginais, não fazendo parte dos centros de comércio e consumo. (FABRINI, 2002, p. 158)

Com uma agricultura pouco diversificada e parcos subsídios governamentais, esta região foi marcada por um grande número de camponeses pobres com pouca terra, juntamente com aqueles que foram expropriados, os chamados "sem terra", que serviram de mão de obra barata para latifúndios produtores de madeira para exportação.

As cidades que se desenvolveram nesta região estão entre aquelas com menor IDH[28], do Estado do Paraná o que se materializou em um número acentuado de famílias vivendo em situação de miséria. "É neste contexto de exploração econômica, apropriação da terra e desenvolvimento social que surgiram as primeiras ocupações de terras e assentamentos na região, em meados da década de 1980". (FABRINI, 2002, p.158)

Por se tratar de uma área com muitos latifúndios exploradores de madeira, erva mate e pecuária extensiva, com muitas terras improdutivas e passíveis de desapropriação, a região foi tornando-se muito conflituosa. Diante desse quadro surgiram as primeiras ocupações de terra na região, que foram também o resultado do trabalho político feito pelos militantes do MST. Assim, entre os anos de 1985 a 1990, "foram contabilizados 87 assentamentos no Estado do Paraná, sendo que na região Centro-Sul, registraram-se 58 desses assentamentos, portanto, mais de 65% dos assentamentos feitos no Paraná". (CEZIMBRA, 2013, não paginado) Grande parte desses camponeses vieram das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, organizados pelo MST, que até então não existia nesta região.

As pressões materializadas através das ocupações organizadas pelo MST, possibilitaram e fizeram avançar as desapropriações de terras feitas pelo Estado, garantindo para as famílias camponesas os primeiros assentamentos que foram conquistados com a luta política. No entanto, muitos assentamentos não prosperaram; não se constituindo em áreas com o crescimento econômico esperado pelos assentados.

[28] Elaborado pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD-ONU), é um índice com o objetivo de medir o desenvolvimento humano a partir dos componentes educação, saúde e renda. Para uma síntese do detalhamento da construção do IDH-M, ver PNUD (2003) e IPARDES (2003b). (IPARDES, 2007, p.28)

Podemos afirmar, assim, que foram vários os motivos de colaboraram para que os assentamentos não progredissem, ficando impossibilitados de avançar na produção e comercialização de alimentos. De acordo com Fabrini, podemos mencionar que:

> Devido às enormes distâncias de centros consumidores e urbanos; pequenos grupos de famílias assentadas; condições naturais (topografia fortemente ondulada e deficiência de fertilidade do solo; desfavoráveis; etc. (FABRINI, 2002, p. 159)

Foi neste contexto que o MST, no ano de 1990, empenhou sua luta política na formação de cooperativas, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento dos assentamentos, que até então se encontravam estagnados. "Era preciso de uma forma de produção que pudesse garantir a sobrevivência do assentado e reprodução da luta". (FABRINI, 2002, p. 159)

Em que pesem os problemas dos assentados a conquista dos assentamentos fez surgir novas possibilidades de ocupação em áreas próximas e geograficamente mais viáveis para a produção e comercialização.

> Dessa organização formou-se grandes acampamentos na região, especialmente na BR 158, que num espaço de seis anos aglutinou em diferentes etapas mais de 8 mil famílias acampadas. Na primeira leva em 1996 foi ocupado o latifúndio da Giacometti – Marodin, com as três mil famílias já mencionadas. E, ano após ano, foram sendo ocupados latifúndios na região e até em outras regiões mais distantes do Paraná. (CEZIMBRA, 2013, não paginado)

Entre os vários acampamentos que surgiram nesta região, estava o acampamento e posteriormente Assentamento, 8 de Junho, que surgiu no ano de 1997, em decorrência dos embates e enfrentamentos feitos por todos aqueles que estavam envolvidos na luta pela terra na região.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

O acampamento que originou o Assentamento 8 de Junho teve seu início exatamente no dia em que deu origem ao seu nome. Em 8 de junho de 1997, às margens da BR 158, um grupo composto por dezessete famílias ocuparam a chamada Fazenda Rio Leão, no município de Laranjeiras do Sul, localizado geograficamente na região Centro-Sul do Estado do Paraná. Por se tratar de uma área improdutiva e ter mais de 1.400 hectares o MST resolveu organizar alguns acampados e adentrar no espaço desse latifúndio.

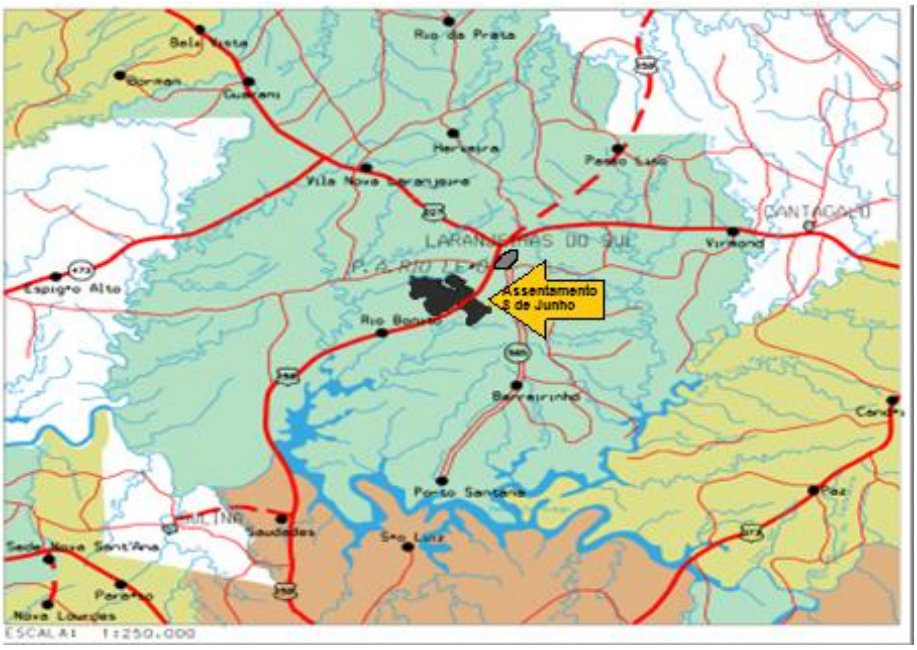


FIGURA 3 - Localização Geográfica do Assentamento 8 de Junho

Fonte: INCRA - Superintendência Regional do Paraná, SR/09

O acampamento que se iniciou às margens da BR 158 era uma estratégia pensada pelo MST, pois por ser à margem de uma área pertencente à União, o proprietário não podia pedir despejo judicial, sem contar que a fazenda se encontrava sem nenhuma produção, apenas com 50 cabeças de cavalos e alguns muares. (CEZIMBRA, 2013, não paginado)

> Acampamos na BR na frente onde é a comunidade. Essa BR é um marco histórico, todos os assentamentos que saíram aqui na redondeza, desde os primeiros que é o Xagu, todos acamparam aqui, então essa BR é um marco histórico da conquista da terra. (Assentado nº 1)

Assim, onde existe o conflito muitas vezes existe também a repressão. Existindo muitas "perseguições por parte da polícia e de pistoleiros da fazenda; e foram presos alguns acampados, motivo pelo qual alguns desistiram do projeto de conquista da terra". (CAMPOS, 2011, p. 43)

A maior parte dos acampados continuou a luta embaixo da lona, pois esta conquista representava para muitos uma perspectiva para sair da miséria a que estavam submetidos, como nos relatou uma família de assentados, filhos de camponeses com pouca terra, provenientes da cidade de Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná:

> A minha mulher me chamou e disse: vamos em busca de um pedaço de terra pra nós. Por que lá nós trabalhava nas terra do pai, que tinha quatro alqueires, e trabalhava de arrendatário pros outros, no fim não sobrava quase nada. (Assentado nº 2)

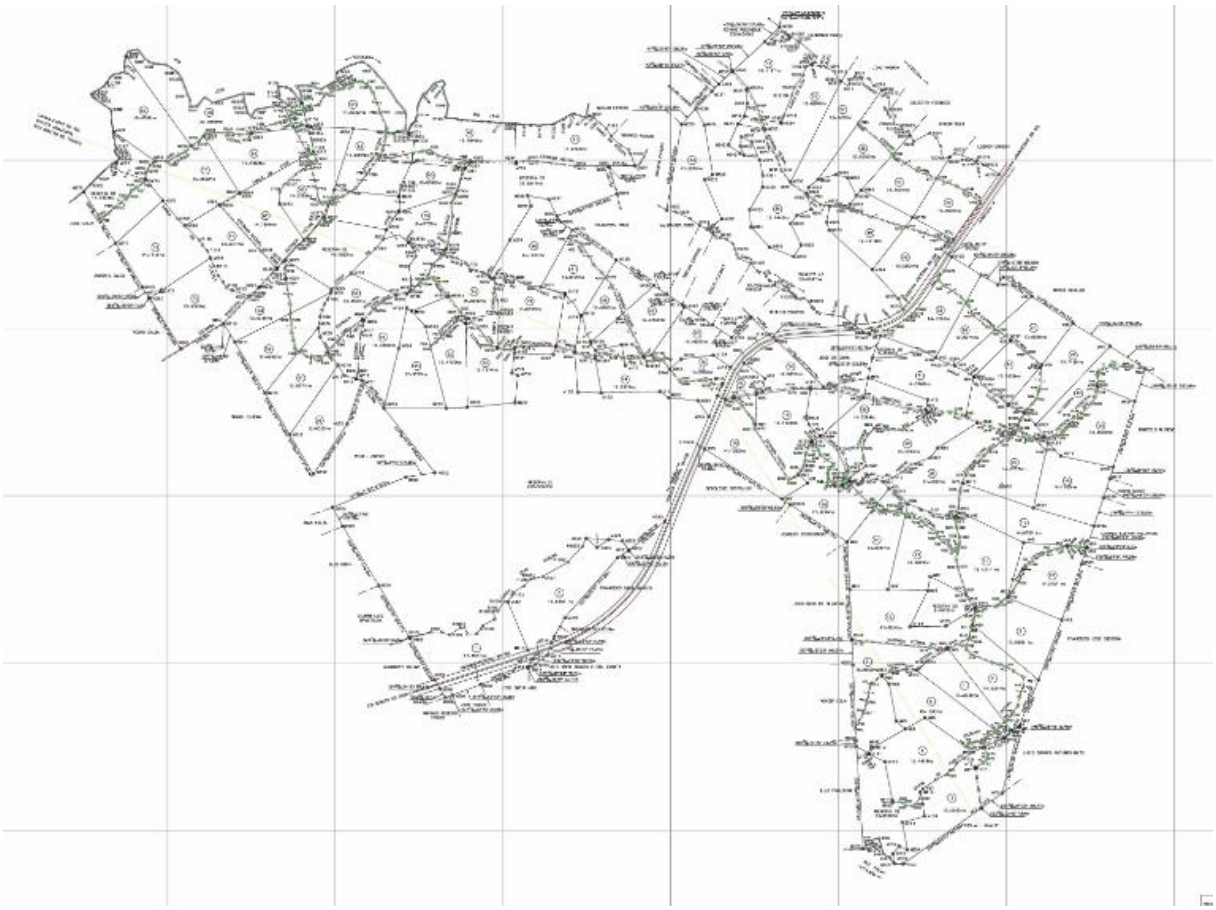
Depois de um ano acampado na BR 158 o grupo com 34 famílias resolveu entrar para a fazenda. Logo após a entrada tiveram que sair duas vezes e voltar para a BR, pois a justiça tinha cancelado a vistoria que o INCRA havia realizado anteriormente. E segundo a lei, o INCRA não poderia fazer vistoria em terra ocupada. Como a lei não é neutra, este processo foi impetrado pelo fazendeiro, fundamentalmente para pressionar o INCRA a pagar um valor maior pelas "benfeitorias", que estavam na terra. Assim, logo depois que os acampados voltaram para a BR foram surpreendidos "a meia noite, com mais de 200 tiros por cima dos barracos. Teve muita gente que desistiu foi embora, foi um choque muito grande pras família". (Assentado nº 2)

FIGURA 4 - Entrada do Assentamento 8 de Junho, próximo à BR 158

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Assim como ocorreu em várias regiões brasileiras, o latifúndio Rio Leão que deu origem ao Assentamento, também foi adquirido inicialmente através de processos ilegais, trazendo em sua história a marca da expropriação do campesinato. Assim como nos conta um assentado e morador da região há mais de 20 anos:

> Nós estávamos na BR, e de um lado e do outro era a fazenda, e essa fazenda pra deixa bem na história, ela foi uma fazenda que tinha muito pouco a parte legal dela, a maioria era de uma madeireira que na época comprava os pinheiros das famílias, e o advogado vinha pra assina um contrato, que na verdade a pessoa desistia da terra pra madeireira. E nós temos casos de pessoas que moram em Laranjeiras do Sul, que seus avós desistiram da terra e assinaram sem saber, e perderam as terra pra madeireira. Aqui na nossa região é muito comum isso. (Assentado nº 3)



Escala 1:10.000

FIGURA 5 - Mapa do Assentamento 8 de Junho

Fonte: SETEP – Topografia e Construções, Desenho Ed Wilson. Mar/2003. Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - Superintendência Regional do Paraná – SR/09, Divisão técnica de Cartografia e Recursos Naturais.

Área dos lotes 1.087.0587 hectares

Área de reservas 355.5121 hectares

Área de estradas/rodovias 31.3191 hectares

Área de rios/córregos 0.5137 hectares

Área líquida 1.442.5708 hectares

A história desse Assentamento está ligada de maneira muito forte à luta pela Reforma Agrária na região, pois um ano antes mais de 3.000 famílias haviam acampado também na BR 158, dando origem ao Assentamento Ireno Alves. Este fato trouxe maior disposição e entusiasmo para a luta e conquista da terra, visto que as primeiras famílias que acamparam na porteira da Fazenda Rio Leão eram oriundas do Acampamento Ireno Alves. De acordo com Cezimbra (2013), entre os anos de 1996 a 2003 os acampamentos da região chegaram a contabilizar mais de 8.000 famílias.

> Esses enormes contingentes de famílias vão constituir uma força de apoio entre si, desde os acampamentos nas rodovias, as áreas ocupadas e os assentamentos, o que impediu despejos nesses locais e na maioria dos casos resultou em assentamentos por força da pressão. (CEZIMBRA, 2013, não paginado)

Assim, após três anos de acampamento e um fluxo muito grande do número de pessoas acampadas, com muita pressão por parte dos camponeses organizados pelos MST, a então Fazenda do Rio Leão foi desapropriada pelo INCRA, no dia 11 de novembro de 1999. Foram assentadas 74 famílias no projeto, sendo algumas da região Sudoeste do Paraná, outras da própria cidade de Laranjeiras do Sul e um grupo oriundo de Concórdia, no Estado de Santa Catarina. (CEZIMBRA, 2013, não paginado) Cada família recebeu aproximadamente 14 hectares em cada unidade de produção.

Assim segundo a Portaria do INCRA/P sob número 575, constando da data de 26 de julho de 2000, após a vistoria destinou-se a referida área para fins de Reforma Agrária:

> **CONSIDERANDO** que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR 09/Nº54202000557/98-53 e decidiram pela regularidade da proposta de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, **RESOLVE:** I – Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural denominado **FAZENDA LARANJEIRAS**, conhecido como **RIO DO LEÃO**, com área de **1.477,4434** ha (Hum mil e quatrocentos e setenta e sete hectares, quarenta e quatro ares e trinta e quatro centiares), localizado no município de Laranjeiras do Sul no Estado do Paraná que prevê a criação de 7**4 (Setenta e quatro)** unidades agrícolas familiares. (INCRA/PR, 2000)

O Assentamento 8 de Junho está localizado no chamado território do Cantuquiriguaçu que tem este nome devido ao três rios que delimitam a região, estando ao norte o Rio Piquiri, ao sul Rio Iguaçu e a oeste o Rio Cantu. O território do Cantuquiriguaçu surge em um contexto de elaboração de políticas públicas, idealizado pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que no ano 2000, dentro de

uma prática reformista estimulou os Estados brasileiros a organizar seus municípios em territórios. “O conceito de território presente na política de crédito do MDA vem atrelado à perspectiva da promoção do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente”. (IPARDES, 2007, p. 05)

A partir do ano de 2004 essa organização do espaço abrangido pelo território do Cantuquiriguaçu teve uma nova configuração, incorporando uma área maior do que a que foi idealizada inicialmente. “O território Cantuquiriguaçu localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 13.947,73 Km², correspondendo a cerca de 7% do território estadual e a 17,4% da área do Projeto”. (IPARDES, 2007, p. 08)

O território do Cantuquiriguaçu, onde se encontra o Assentamento 8 de Junho, foi considerado, segundo o censo demográfico do IBGE no ano 2000, a região onde estão concentradas as maiores taxas de pobreza do Estado do Paraná, chegando a ultrapassar o dobro da média estadual. (IPARDES, 2007, p. 30)

Diante das pressões políticas exercidas pelos camponeses do MST, no ano de 2008, foram implantadas algumas políticas públicas dentro do projeto dos chamados “territórios da cidadania”, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais especialmente no meio rural. Entre estes podemos mencionar o projeto de construção da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)[29], no ano de 2009, onde um grupo composto por três famílias entrou em acordo com Governo Federal, juntamente com o INCRA, para ceder seus lotes para a construção da referida universidade. Posteriormente receberam outros lotes e foram realocadas no Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, Paraná.

A conquista da Universidade dentro do Assentamento 8 de Junho é, na visão dos assentados, de fundamental importância para promover o desenvolvimento da região e trazer mais qualidade de vida para o campo, pois antes de sua implantação existia uma lacuna muito grande entre a universidade e os filhos de camponeses, que não tinham condições de mandar seus filhos estudar fora.

> Para nós foi fundamental, a vinda da Universidade, no sentido que quando a gente conquista a terra, a gente acha que só a terra basta, e com o passar do tempo a gente vê que tem várias coisas aí que pra melhora, e a universidade ela vêm nesse sentido aí pra melhora as condições de vida do pessoal daqui da

[29] A Universidade Federal da Fronteira sul (UFFS), é uma instituição de ensino superior pública criada pela lei 12.029 de 15 de setembro de 2009. Seu espaço de abrangência compreende 396 municípios das regiões sudoeste e Centro-Sul do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Territórios que se caracterizam pelos elevados índices de pobreza e historicamente desassistidas pelas políticas públicas.

> região, inclusive os cursos dela são voltados aqui pra região, é muito importante isso, e para os movimentos sociais é uma conquista muito grande, porque essa é a primeira universidade do Brasil que está dentro de um assentamento da Reforma Agrária. (Assentado nº 3)

Pelo relato dos camponeses podemos identificar uma visão mais avançada, com um sentido mais amplo sobre o que deve ser uma verdadeira Reforma Agrária. Segundo os assentados, somente a terra não é suficiente para garantir qualidade de vida para os camponeses assentados. É preciso garantir saúde e educação de qualidade, juntamente com subsídios públicos que garantam a permanência dos filhos de camponeses no campo, plantando alimentos para o autoconsumo gerando excedentes e renda.

> Eu acredito que hoje teria que ter mais recurso pra nos pequeno. Dentro do próprio INCRA dentro de tudo que for, existe uma lei uma norma que se criou que tudo que se faz tem que ter assistência técnica. E a assistência técnica ela só atrapalha ela não ajuda, algumas ajuda mais a maioria não. Eu posso cita como exemplo um projeto que vai libera hum milhão e duzentos mil, pra assistência técnica pra compra de um caminhão e dois carro, pra trabalha com a produção de leite. Mas aqui em nós que somos os autores principais, nós que produzimos num vai chega nada de recurso. Qual o sucesso de um projeto desse? É um projeto fracassado, pois esses técnicos sabem menos do que nós, eles não dizem o que resolve o problema, eles fala o que nós já sabemos, num resolve nada. O que está resolvendo os problemas hoje é os técnico das empresa que vem vende produtos convencional, o transgênico, que dizem o tem que pôr de adubo, mandam tu ponha isso tu ponha aquilo e resolve, e o pessoal vão atrais disso, e isso é muito ruim pra todo mundo. (Assentado nº 4)

A promessa que muitos ouviram em períodos que antecederam as campanhas eleitorais de que recursos e subsídios iriam ser disponibilizados para os assentados, não foi concretizada da maneira como os camponeses necessitavam. Assim, para muitos assentados a proposta não tem se materializado e continuam com os mesmos problemas sem recursos para poder investir na produção, com falta de assistência técnica que propicie uma ação mais efetiva, trazendo mais conhecimento científico para aplicação prática em seus lotes.

Não é de se estranhar que os camponeses do Assentamento 8 de Junho sintam-se desprovidos de assistência em vários aspectos de sua produção pois, de acordo com PAULINO (2015), o montante de recursos públicos que foram direcionados para o campo brasileiro na safra 2013/2014, tem sido bem desproporcional. Quando comparamos o que foi disponibilizado para os grandes latifundiários exportadores de *commodities*, com a quantidade de recursos que foi para os pequenos produtores familiares, podemos perceber claramente que os segundos estão em bastante desvantagem, Desse modo, "foram US$ 68 bilhões a denominada agricultura comercial e apenas US$ 10,5 bilhões para a agricultura familiar, o equivalente a 15,4% dos recursos". (PAULINO, 2015, p. 20)

Diante disso, apesar do campesinato se esforçar para negar a ordem burguesa de produção para o mercado, acaba sendo obrigado a produzir os "agronegocinhos", para conseguir se manter no campo. Assim "para os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso nesse projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornando-se empreendedores", (OLIVEIRA, 2007, p. 149), de outra forma estão destinados à ruína ou a migração para a cidade. O capital transforma o camponês em produtor de mercadorias, atendendo os interesses das empresas, passando com isso a ser consumidor de produtos e não mais um produtor para autoconsumo.

Contudo, o domínio e controle do território se desenvolveram somente através da luta, que teve seu início com a tomada da terra, devendo ter sua continuidade em outros processos, que possam garantir fundamentalmente um ponto de apoio e resistência na destruição dos latifúndios e também na produção diversificada. Neste sentido ressaltamos a importância da Universidade Federal da Fronteira Sul para o campesinato desta região, que mesmo atuando dentro da contradição, pode ser um importante instrumento de debate político e prática científica, viabilizando um maior vínculo do campesinato com o conhecimento científico para ser utilizado no avanço da luta.

FIGURA 6 - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Laranjeiras do Sul, situada dentro do Assentamento 8 de Junho

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Com a Universidade próxima do Assentamento muitos filhos de camponeses puderam estudar e ficar trabalhando nos lotes de seus pais. Ou ainda lutando pela terra em novos acampamentos, que surgiram próximos ao assentamento, visto que o lote de 12 hectares muitas vezes não é suficiente para atender as necessidades de toda a família, que aumenta com a constituição das famílias descendentes e com vários filhos e netos.

Assim, como nos relata uma assentada e também uma das primeiras professoras da época do acampamento, e hoje aposentada:

> Nós fincamos raiz aqui, eu acho muito certo conquista a terra principalmente numa situação que nem hoje, é muito melhor vive aqui na colônia do que lá na cidade, aqui a gente tem o nosso próprio alimento o nosso próprio sustento, eu acho que vale a pena luta. O meu filho ta acampado e a gente acha e sonha que vai dar certo. E a nossa filha estuda agronomia na Universidade Federal, e vai fica conosco aqui, ela e o marido que vão continuar trabalhando no lote. (Assentada nº 5)

Na atualidade o Assentamento 8 de Junho é composto por 71 famílias, das quais 36 fazem parte da Cooperativa Coperjunho, num total de 51 sócios, visto que existem famílias que contam com até três sócios. A Coperjunho surgiu pelo interesse de um grupo de mulheres em praticar o trabalho coletivo relacionado à alimentação e ao artesanato e que ao mesmo tempo garantisse uma renda extra para o sustento de suas famílias. “Com luta e sacrifício” que na visão de uma camponesa e fundadora da cooperativa, jamais podem ser esquecidas.

> Nós saímos de Dois Vizinhos, da terra do meu sogro, e era muita gente pra pouca terra. E daí nós viemos acampa, a gente passou muita dificuldade, era sofrido, mas ao mesmo tempo a gente se organizava, a gente tinha aquele sonho de consegui o nosso pedaço de terra. Eu sempre falo que muita gente tinha que passar por um acampamento, você aprende a se um ser humano de verdade, aprende a dividi com as pessoas. E esse tempo eu não quero esquecer, eu quero sempre falar pros meus filhos que nós estamos aqui graças a luta de muita gente que ajudo, pra que eles nunca percam esse vínculo, que graças ao Movimento sem terra nós temos hoje uma casa pra mora e comida na mesa. (Assentada nº 6)

Nesta perspectiva surgiu a Cooperativa 8 de Junho (Coperjunho), tendo sua história vinculada à luta pela terra e ao desejo de um grupo de mulheres em estarem inseridas na produção. Assim garantindo o beneficiamento da produção de seus lotes, assegurando-lhes uma renda, e, ao mesmo tempo, uma socialização maior entre as mulheres do assentamento.

> Um grupo de mulheres tinha a vontade de estruturar alguma atividade produtiva coletiva, primeiramente se organizaram em um clube de mães, onde realizaram diversos cursos, como processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura panificação e artesanato. No ano de 2005 o grupo recebeu equipamentos para uma cozinha comunitária da Secretaria Estadual de

> Trabalho. A produção começou com três mulheres, que além de produzir para o consumo da comunidade, começaram a entregar os produtos para as escolas municipais, e assim através da associação comunitária do assentamento acessaram pela primeira vez o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Rapidamente a padaria conseguiu evoluir alcançando um volume de trabalho maior, abrangendo oito mulheres no ano de 2006. Tendo em vista os impedimentos legais de uma associação realizar atividades comerciais, no dia 12 de dezembro de 2007 foi construída a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho – Coperjunho. (COPERJUNHO)

Na atualidade cerca de 17 funcionários trabalham contratados com registro em carteira para a Coperjunho. São camponeses e camponesas assentados que residem em lotes próximos, desempenhando várias funções, de acordo com as necessidades da cooperativa. Algumas mulheres assentadas dedicam alguns dias da semana, colaborando com seu trabalho para a cooperativa, sendo na produção de panifícios e laticínios, ou também na limpeza dos locais de produção. “O pagamento é realizado com diárias que variam de R$ 40,00 até R$ 43,00 por dia, nos dias de sábado” (Assentado nº 7). Todas afirmam que esta renda, apesar de pequena tem ajudado a complementar as necessidades de sua família.

O Assentamento está localizado numa região muito privilegiada do ponto de vista físico e econômico com 70% de suas terras representadas por áreas com relevo plano, circundado por vários rios bastante caudalosos, fazendo com que haja uma maior fertilidade ao solo. Está localizado a apenas oito quilômetros da cidade de Laranjeiras do Sul, possibilitando uma maior viabilidade na comercialização da produção. (CEZIMBRA, 2013, não paginado)

FIGURA 7 - Vista Panorâmica do Assentamento 8 de Junho

Fonte: Arquivo pessoal da autora

A trajetória de vida dos camponeses assentados no Assentamento 8 de Junho é muito parecida com os demais acampados e assentados do território brasileiro, que lutam pela terra, resguardando suas peculiaridades, pois todos tiveram e tem que enfrentar muitas privações e violência física e moral por parte daqueles que não querem ver a terra distribuída. Contudo, mesmo diante das dificuldades e com sua autonomia constantemente ameaçada, continuam sua permanência e persistência no campo.

CAPÍTULO III

SOBERANIA ALIMENTAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Este capítulo tem como propósito caracterizar a estrutura da pequena produção camponesa dentro do Assentamento 8 de Junho, destacando seus principais cultivos, suas formas de resistência ou adequação ao sistema de mercado, tendo como eixo principal os desafios enfrentados pelos camponeses na produção de alimentos, que possam fortalecer os pilares de construção da Soberania Alimentar.

A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas com um total de 12 famílias assentadas. Esse universo foi escolhido inicialmente por meio da feira de hortaliças e panifícios, que se realiza às quintas-feiras e sábados na Praça Central, em Laranjeiras do Sul. Outras famílias assentadas que não fazem parte da feira nem da cooperativa, mas que também participaram da pesquisa, foram selecionadas aleatoriamente nas visitas de campo que fizemos no Assentamento. As entrevistas foram feitas nas residências, por meio de Roteiro Semi-Estruturado (Apêndice) e gravação de conversas e depoimentos. Fomos recebidos com grande receptividade pelos camponeses e camponesas, com entusiasmo próprio de quem gosta de falar e mostrar o que produziu com seu trabalho. Em todas as entrevistas houve a participação do casal de camponeses, visto que, já havíamos enfatizado em conversas anteriores a importância da participação de homens e mulheres no processo de desenvolvimento da luta, conquista da terra e também na produção. Dessa forma justificamos que a participação da camponesa junto com seu marido seria para nós de extrema relevância.

Dentre as famílias camponesas que foram visitadas no Assentamento somente uma delas não participou da ocupação. As outras estão no Assentamento desde o seu início. Garantem que ocupariam novamente se assim fosse necessário, pois pelo histórico de privações de alimentos que afirmam terem vivido antes do Assentamento, consideram de fundamental importância a conquista da terra para trazer dignidade às suas famílias.

Iniciamos nossa coleta de dados sobre a produção e comercialização de leite, que contribui com a maior parte da renda dos assentados e que, segundo eles, é uma fonte garantida. Assim fazem seus cálculos sabendo que podem contar com ela no final do mês.

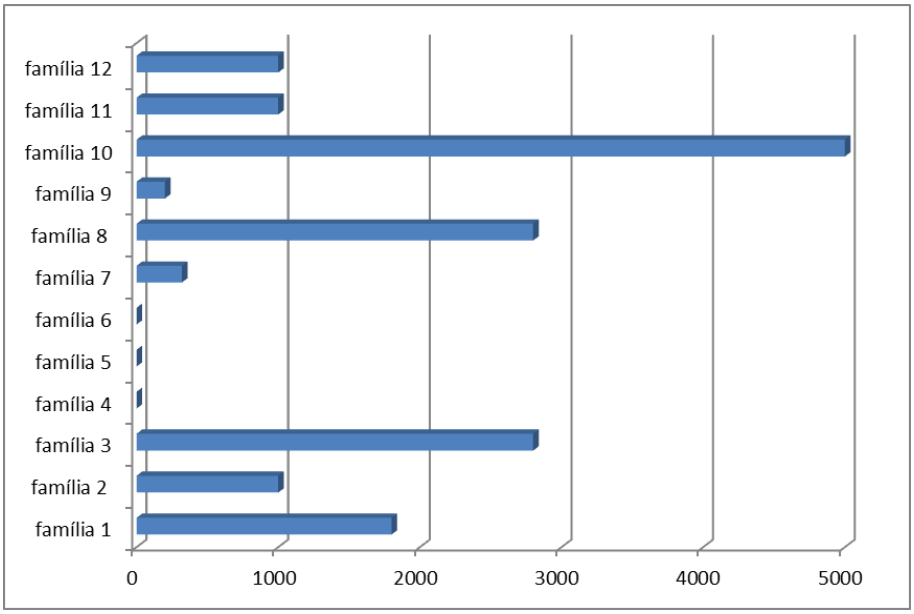


GRÁFICO 1 - Produção mensal de litros de leite por família assentada

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

O Gráfico 1 mostra a grande importância da produção de leite no Assentamento. Existe um número bastante significativo de assentados que comercializam mais de mil litros por mês, representado no Gráfico pelas Famílias 8, 10 e 3.

Verificamos também que todos os camponeses que trabalham com a produção de leite retiram em torno de 3 a 5 litros semanalmente para o seu autoconsumo. Entre os doze camponeses somente três não estão envolvidos na atividade leiteira, justificando não terem tempo para dedicação exclusiva demandada com relação aos cuidados com os animais. Desses dois, somente um possui uma vaca para tirar leite para o autoconsumo, o restante compra leite de outros camponeses próximos. Também existe uma faixa em torno de 3% dos entrevistados que estão em uma fase bastante inicial do trabalho com a produção de leite, comercializando uma média de 250 litros mensais. Todos os camponeses entrevistados que vendem leite possuem resfriador e ordenhadeira elétrica, que foram adquiridos através de convênios e empréstimos bancários. Dessa forma o leite poderá ficar armazenado até quatro dias antes de ser recolhido pelo caminhão que o transportará até o laticínio.

A atividade leiteira é uma das maiores fontes de renda dos camponeses para garantir a manutenção da família e da propriedade, representando uma soma total de 18.120 litros de leite produzidos ao mês.

FIGURA 8 - Resfriador elétrico utilizado pelos camponeses para armazenar o leite, por até 4 dias

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Toda a produção leiteira é comprada por laticínios de Laranjeiras do Sul e também de outros, localizados em cidades próximas. Entre estes foram citados os laticínios Lactopar, Terra Viva e Szura.

O valor pago pelo litro de leite varia entre R$ 0,90 a R$ 0,95 o litro. Um valor baixo na ótica dos camponeses, visto que os gastos com o cuidado dos animais, despesas com a energia, manutenção do pasto e a dedicação com a ordenha duas vezes ao dia, comprometem outros afazeres agrícolas e domésticos que poderiam também ajudar na manutenção de suas necessidades.

Inseridos no modelo capitalista os camponeses necessitam realizar atividades que possam garantir a reprodução de sua família. Neste caso, a pecuária leiteira tem apresentado um peso significativo na sobrevivência e manutenção dos camponeses deste assentamento.

> Cumpre salientar que o camponês difere do proprietário que visa exclusivamente a renda da terra. Distingue-se também dos demais proprietários dos meios de produção, pois opera com a lógica da sobrevivência, não sendo movido pela expectativa de renda ou lucro: ao

> buscar a sua sobrevivência, dentro da lógica de preservação da autonomia do trabalho, atua em condições peculiares. (PAULINO, 2001, p 227)

Ocorre que a produção camponesa tem que adaptar sua atividade econômica às necessidades de sua família, buscando preservar sua autonomia, atuando na contradição do sistema que pressiona o campesinato a produzir cada vez mais para o mercado.

Dos três maiores produtores de leite ao mês, somente um deles dedica-se à produção diversificada para o autoconsumo, produzindo arroz, feijão, milho, batata doce, mandioca, hortaliças e carne. Uma família não produz feijão, plantando milho para alimentar o gado e vender, girando em torno de 400 sacos ao ano. Também produzem batata doce e mandioca. A terceira família maior produtora de leite, planta milho para alimentar o gado, sendo este somente consumido pela família quando está verde. Também produziram durante o ano de 2014 em torno de 2 sacos de feijão, mandioca, bata doce e criam alguns animais, como porco e boi, para o consumo da família.

Desse modo, segundo SANTOS (2012), esse processo de produção para viabilizar o mercado irá cercear a liberdade laborativa do camponês, mesmo que na aparência não desorganize sua forma de trabalho. A realidade verificada nos mostra que a produção não está diretamente vinculada a suas necessidades de autoconsumo, e sim à alimentação do gado leiteiro.

Dos entrevistados, 42% arrendam parte de seu lote. Em todos os espaços arrendados estão plantados soja em maior quantidade e, em alguns poucos, estão plantados milho para silagem[30].Os arrendatários são outros assentados que dispõem de mais recursos financeiros e maquinários, precisando dessa forma ampliar a área para a produção.

Diante desse quadro podemos afirmar que esta é uma forma de aprisionamento do campesinato. Assim sendo, segundo OLIVEIRA (2010a), esse processo se caracteriza pela chamada "sujeição da renda da terra" ao domínio capitalista.

> Os novos mecanismos que o capital criou para sujeitar a renda da terra aos seus desígnios, sem, necessariamente, ter que se apropriar da propriedade privada da terra. Mecanismos que passaram a permitir que ele (o capital) se desenvolvesse sem, necessariamente, levar a extinção a classe camponesa. (OLIVEIRA, 2010a, p. 287)

[30] A silagem do milho consiste no procedimento de conservação de forragem para alimentação animal. Neste processo o milho é colhido e cortado em pequenos fragmentos e armazenado em plásticos no chão, o resultado desse processo é utilizado para alimentação do gado leiteiro, em substituição ao pasto e outros alimentos.

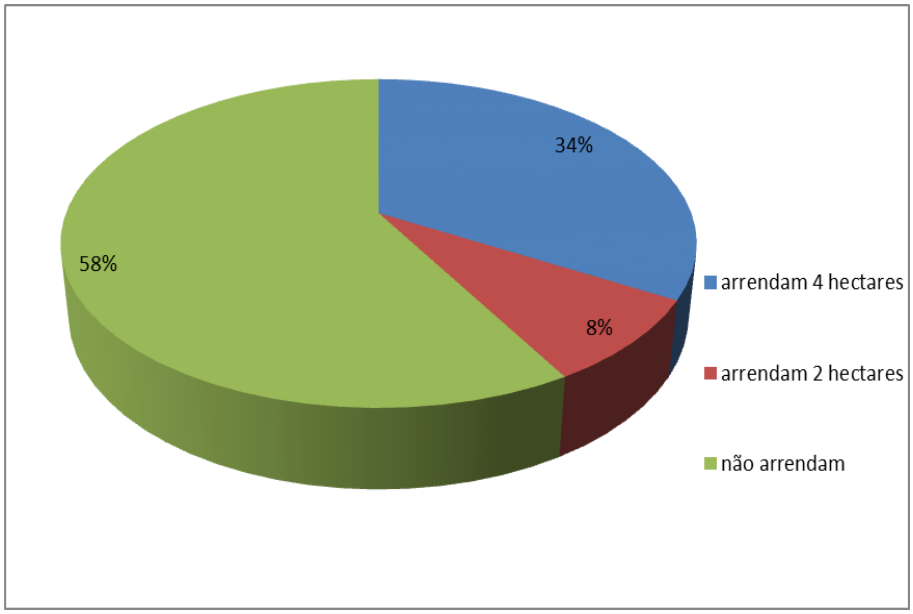


GRÁFICO 2 - Porcentagem de famílias que arrendam parte do lote, em número de hectares

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Um dos grandes problemas enfrentados pelos assentados é o empréstimo bancário, sendo elencado pela maioria como uma necessidade que se transformou em problema. Segundo eles, se for do PRONAF é o juro mais barato que existe. É um subsídio não regulado pelo mercado financeiro. Dessa forma, acabam trabalhando mais e colocando uma parcela maior do lote para o plantio da cultura comercial como é o caso da soja. Afirmam também que a renda auferida com a venda da produção não é suficiente para pagar todas as suas despesas, principalmente por conta da dívida que contraíram com o banco.

> Se não fosse essas contas que a gente ta pagando a mais de três anos pros banco, a nossa renda dava. Mas o problema maior é o financiamento que nós fizemos, que não deixa a nosso ganho ser suficiente para nossas necessidades. (Assentada nº 8)

Os créditos bancários têm como mediadores os projetos do Estado que utilizam o discurso de melhorar as condições de vida dos camponeses. No entanto, trazem mais problemas, aumentando a pobreza e o endividamento. No Brasil esses empréstimos foram incentivados com os projetos do governo Fernando Henrique Cardoso, e seguiram a mesma lógica nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Projetos como Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Crédito fundiário foram responsáveis pelo endividamento do campesinato, mantendo o mesmo objetivo de servir à acumulação de riquezas, seguindo à

risca as políticas dos bancos e organismos internacionais. (RESENDE E MENDONÇA, 2004; SANTOS, 2012)

Os incentivos dados por parte dos órgãos governamentais mostraram, através de pesquisas, que a opção tem sido viabilizar o aumento das áreas com plantio de monocultura. A realidade brasileira é expressa pelo aumento da área com plantio de soja, sendo este fomentado pelos créditos via BNDES.

De acordo com Thomaz Júnior, "o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, sendo o maior exportador *in natura* (28 milhões de toneladas)". (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 21) Esse fato gerou a substituição das culturas tradicionais como o arroz e o feijão, diminuindo drasticamente a área plantada e, em consequência, aumentando o preço desses produtos no mercado. "Isso significa dizer que o dinheiro extraído pelo governo do povo brasileiro através dos impostos está financiando nossa insegurança alimentar". (ALENTEJANO, 2011, p. 87)

> A área destinada ao cultivo de produtos voltados prioritariamente para exportação ou transformação industrial, aumentou. Considerando-se apenas três destes produtos (cana-de-açúcar, soja e milho) a área plantada foi ampliada de 27.930.804 ha para 44.021.847 ha, um crescimento de 57,6%. (...) A área destinada à produção de três alimentos básicos na dieta da população brasileira (arroz, feijão e mandioca) reduziu-se em mais de 2,5 milhões de há entre 1990 e 2006. No caso do arroz, a redução foi de quase 1/3, sendo que na região sudeste essa cultura praticamente desapareceu e apenas na região sul verificou-se o aumento ao longo das duas últimas décadas. (...) No que diz respeito ao feijão a redução foi de aproximadamente ¼ e, neste caso, generalizado por todas as regiões do país. Vale dizer que, apesar da redução apresentada, o Nordeste permanece sendo a região com maior área plantada. (ALENTEJANO, 2011, p.81)

Com isso entendemos que este modelo colocou em evidência os interesses estratégicos e comerciais dos grandes latifundiários exportadores de *commodities,* deixando o pequeno produtor à margem do processo produtivo. Mesmo participando da produção dos "agronegocinhos", está em absoluta desvantagem, pois a renda obtida com a venda da soja ou arrendamento do lote, muitas vezes não é suficiente para que este camponês adquira no mercado os produtos que precisa, além de contribuir para a diminuição de alimentos no país. Diante disso "a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada, ou pelo capital financeiro, em função dos empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento a preços baixos ao produtor". (OLIVEIRA, 1991, p. 62)

Também foram entrevistadas algumas famílias que utilizam a troca de serviço – uma forma de dividir o trabalho no lote com os vizinhos próximos. “Essa é uma maneira muito boa de trabalhar, pois a gente trabalha uma semana em cada lote e divide o serviço, o que rende bastante. Hoje nós somos em 5 famílias que praticam esse coletivo”. (Assentado nº 2)

De acordo com OLIVEIRA, essa prática é muito comum entre o campesinato brasileiro, e consiste na chamada “ajuda mútua” que se caracteriza pela “solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”. (2001, p. 56)

Outra fonte importante de complementação de renda para os assentados é o trabalho fora do lote. Concluímos com a pesquisa que 60% das famílias entrevistadas possuem um ou mais membros de sua casa trabalhando fora do lote, sem, no entanto, mudar de residência. Os trabalhos citados foram na maioria na cooperativa Coperjunho, como diaristas e alguns como mensalistas, em lotes de outros assentados próximos, como diaristas, e também um número pequeno nas pequenas empresas da cidade de Laranjeiras do Sul.

Para OLIVEIRA (2001) esse processo caracteriza-se como um elemento componente da produção camponesa.

> Presença do trabalho acessório, onde o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades. (2001, p. 57)

Desse modo, em períodos de trabalho menos intenso, ou de necessidade de manutenção da propriedade, um ou mais membros das famílias camponesas saem para o chamado trabalho “acessório”. Sendo esta, segundo OLIVEIRA, uma forma de trabalho muito comum entre os camponeses no Brasil (2001, p. 57).

Juntamente com o leite existe também o cultivo de hortaliças para comercialização. As sementes, assim como as mudas são adquiridas em casas agropecuárias da cidade. Segundo os camponeses produtores, essas mudas necessitam ser constantemente renovadas, visto que não estão conseguindo reproduzir mudas sadias de forma doméstica. Caracteriza-se como uma importante fonte de renda para os camponeses. Os camponeses que fazem parte da cooperativa, somam hoje 36 famílias. Destas somente 10 produzem hortaliças orgânicas, e das

10 famílias somente 7 participam da feira de produtos orgânicos que se realiza todas as quintas e sábados, na Praça Central de Laranjeiras do Sul.

FIGURA 9 - Produção de verduras não orgânicas

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Nesta feira são vendidos vários tipos de verduras como alface, repolho, brócolis, couve, cebolinha, rúcula, etc. Também são vendidos batata doce, mandioca, ovo, frango e alguns quilos de feijão, visto que poucos camponeses plantam essa cultura para a venda. Dependendo da época as frutas como banana, poncã e laranja também são comercializadas na feira. Os outros itens que são vendidos são aqueles produzidos pela Cooperativa Coperjunho, como os panifícios e alguns derivados do leite, como queijo e iogurte.

As vendas feitas na feira correspondem a uma excelente possibilidade de comercialização para a produção de hortaliças. A renda auferida, segundo os produtores, varia muito, ficando em torno de R$ 500,00 a R$ 800,00 ao mês, somando só a feira, sem contar com os produtos que são entregues direto na cooperativa.

A Coperjunho é de fundamental importância para o escoamento da produção das hortaliças, assim como foi relatado por uma assentada e cooperada:

> A Coperjunho pra nós é uma veia de escoamento, o que a gente não consegue vende na feira a cooperativa compra, é muito importante pra nós, eu acho que

> se não fosse a cooperativa nós não íamos ter condições de produzir orgânico. (Assentada nº 9)

FIGURA 10 - Produção de hortaliças orgânicas

Fonte: Arquivo pessoal da autora

A cooperativa Coperjunho entrega também a produção de seus cooperados para o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, que se constitui em um projeto de venda da produção de alimentos da "agricultura familiar" para as escolas do Estado e Municípios. No entanto, como somente 7 famílias produzem de forma orgânica, para o restante dos cooperados que vendem para o PNAE não é exigido que o produto seja orgânico, repassando assim para as escolas o produto chamado convencional.

Em torno de 20% dos camponeses afirmaram que utilizam uma parte significativa de seu lote para produzir para o mercado. Justificam que não possuem mão de obra suficiente para uma produção mais diversificada que possa ocupar todo o lote, pois muitos filhos que antes viviam e trabalhavam nos lotes, já não residem mais, ficando apenas os mais velhos e as crianças.

Segundo OLIVEIRA (2001) as crianças e jovens são partes integrantes da divisão social do trabalho dentro do processo de produção e reprodução camponesa, mais que muitas

vezes, por vários motivos, principalmente por necessidade, ao entrarem na idade adulta acabam deixando o campo em busca de trabalho assalariado nas cidades.

> Nesse momento desencadeia-se a contradição no seio da unidade familiar: o jovem precisa continuar na propriedade, pois é parte integrante da força de trabalho familiar; aí permanecendo, garante a reprodução social do processo de trabalho camponês. No entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável. [...] Esse jovem, que só possui como qualificação a força de trabalho, é um expropriado. Assim a própria unidade camponesa se incumbe de reproduzir a força de trabalho própria e aquela de que o capital precisa, uma vez que a reprodução ampliada da unidade camponesa não ocorre, em decorrência da sujeição da renda da terra dessas unidades ao capital. (OLIVEIRA, 2001, p. 60)

Nesse contexto, o número de braços reduzidos para o trabalho reflete diretamente na capacidade de produção, ficando cada vez mais o camponês submetido à lógica do mercado, levando a um aumento a dependência das famílias da compra de alimentos industrializados.

Grande parte dos camponeses entrevistados produzem alimentos diversificados, como o feijão a mandioca a batata doce, as hortaliças e os legumes, vendendo o excedente para a cooperativa e para comerciantes da cidade, quando não cooperados.

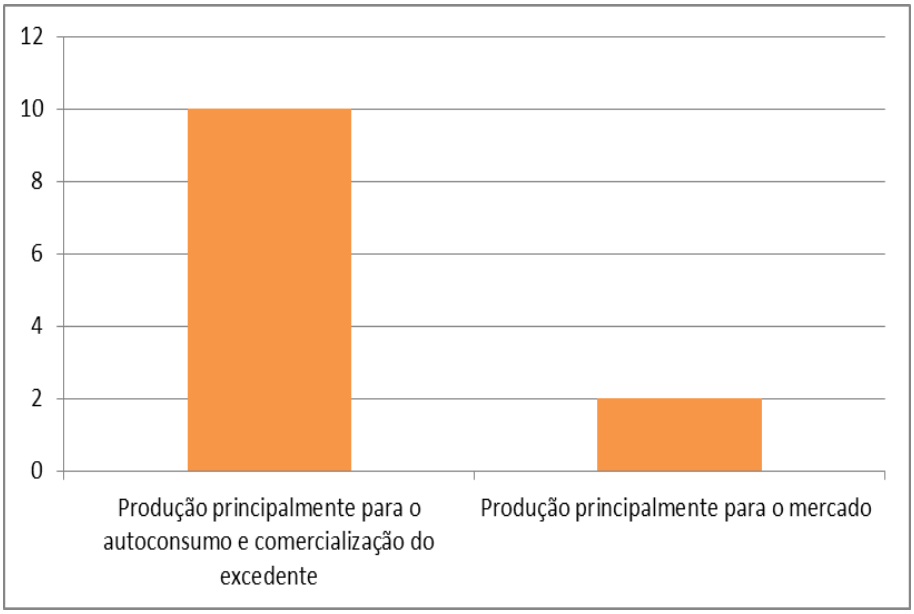


GRÁFICO 3 - Destino da produção das famílias assentadas: autoconsumo e mercado

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Quanto à produção orgânica, todos responderam ser mais saudável, pois alguns já tiveram graves problemas na família pelo uso indiscriminado de agrotóxicos em tempos anteriores.

> O produto orgânico é mais saudável, tem um gosto mais natural, ajuda o meio ambiente e deixa a gente de consciência tranquila de saber que a gente ta vendendo coisa limpa sem veneno. E junto com isso a gente ganha um pouco também. (Assentada nº 5)

Os camponeses que não produzem hortaliças orgânicas utilizam uma quantidade significativa de adubos químicos, pois o produto orgânico demanda muito mais trabalho, e como são poucos para trabalhar, alegam que não dariam conta. Também por não terem um mercado de consumo que exija este tipo de produção, optam por utilizar defensivos agrícolas e adubos químicos, misturado com adubos orgânicos.

> Nós usamos o adubo químico, se dá bicho a gente passa alguma coisa. Nós já tava quase pegando o selo de orgânico daí desistimos. Eles começaram por muita lei, por causa do adubo orgânico, trazia aqueles adubo de aviário e tinha que deixar de um ano pro outro, e daí vem muito mato naquilo e era muito difícil de acabar, enchia demais o lote de mato, e daí nós desistimos. E tem que ter mais gente pra trabalhar, e você não acha gente de fora pro serviço. E também eles querem o lote inteiro e não dá pra plantar outras coisas que não seja orgânico, e dá muita mão de obra e nós não temos condições. (Assentada nº 10)

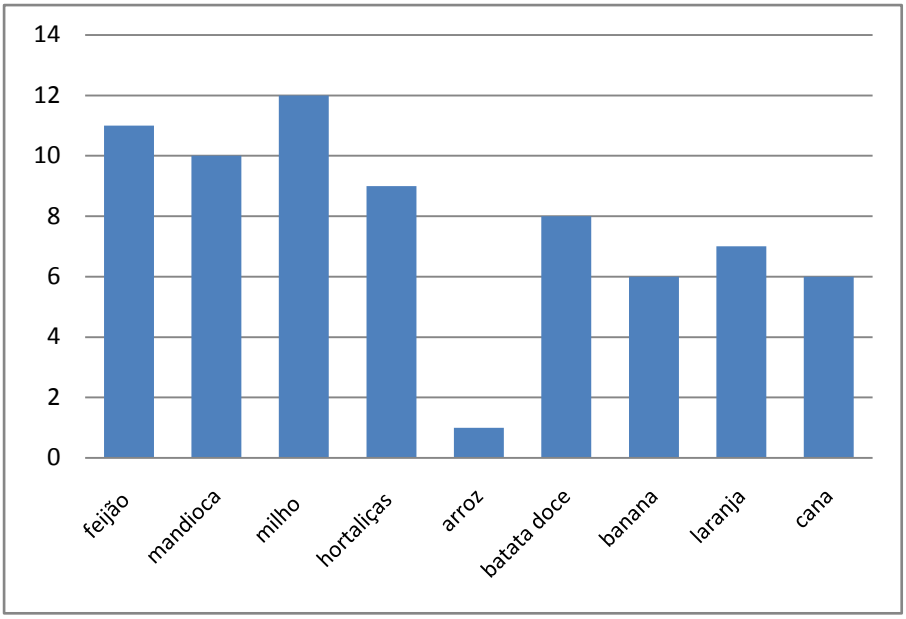


Gráfico 4 - Cultivos plantados pelos camponeses do Assentamento 8 de Junho

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

FIGURA 11 - Colheita de batata doce no lote de um camponês assentado

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Todas as famílias que produzem alimentos afirmaram que se alimentam de tudo que produzem. Entre aqueles assentados que arrendam o lote para plantar soja, cabe ressaltar que

todos lembraram que não comem a soja plantada e seus arrendatários vendem para fora toda produção.

Um número bastante expressivo de camponeses planta milho para a alimentação dos animais, utilizando como alimento para a família e vendendo na feira somente quando está verde. A cana também foi bastante citada como produto para alimentar os animais. Alguns fazem melado para consumo próprio, não utilizando para outro fim. A mandioca é um alimento muito popular entre os camponeses do Assentamento, sendo consumida pela família, vendidas na cooperativa Coperjunho e supermercados, quando não cooperados e também na alimentação do gado e dos porcos.

O trabalho com o plantio do milho e da cana é fundamental para a manutenção das necessidades econômicas dos camponeses. Podemos dizer que estas são formas encontradas por eles para se inserirem no modelo produtivo capitalista, garantindo com isso a alimentação de sua própria reprodução. (SANTOS, 2012, p. 202)

Embora na aparência seja essa uma simples forma de autoconsumo, não podemos deixar de mencionar que esta produção é destinada à alimentação do gado leiteiro, que é citado pelos camponeses como imprescindível no sustento da propriedade. Desse modo, mesmo pesquisando outro território com suas devidas peculiaridades, na região camponesa do Alto Sertão Pernambucano, SANTOS (2012), irá nos dar subsídios que estão em consonância com nossa pesquisa, ao afirmar: “Essas práticas da ampliação das formas de mais-valia foram e são, por entre os séculos, estratégias que conferem as modelações fundamentais à sedimentação da exploração e ao fortalecimento do sistema em sua plena realização”.(2012, p. 202) Isto é, o camponês precisa se adequar ao ciclo capitalista de produção, se quiser continuar sobrevivendo no campo.

Como a produção de feijão é pequena e este é um alimento extremamente importante em nossa cultura alimentar, fomos então analisar o porquê da produção ser tão reduzida. Somando toda a produção de feijão produzido no ano de 2014 entre as famílias entrevistadas chegamos a um total de 23.340 quilos. Analisamos que este total estava bastante concentrado em uma família, sendo esta como já citamos anteriormente, comprometida com a venda para uma grande cooperativa fornecedora de sementes, que comprou 350 sacos de 60 quilos no último ano ao valor de R$ 157,00 cada saco.

Diante disso constatamos ser mais rentável para as famílias dedicarem parte do lote para a produção para o mercado. Assim notamos que existe um grande incentivo dado pelos financiamentos e fomentados pelo Estado para que o pequeno produtor priorize em parte de seu lote a monocultura. Além de receberem uma renda maior com menos trabalho braçal, tem um mercado garantido que são as cooperativas do agronegócio que compram toda sua produção.

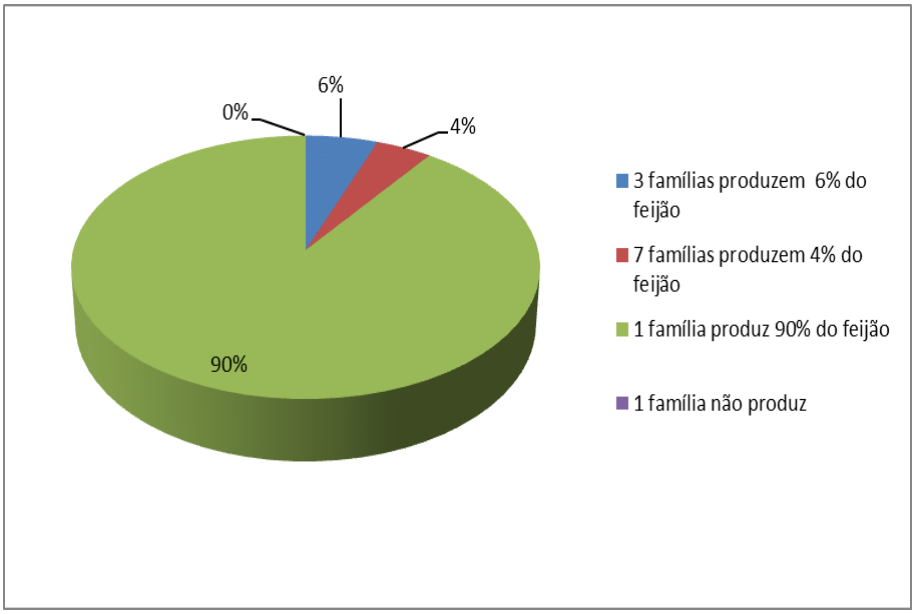


GRÁFICO 5 - Produção de feijão agrupada pela quantidade produzida no ano de 2014

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

As sete famílias que juntas plantam 4% do feijão produzido no Assentamento afirmaram que vendem muito pouco, sendo a maior parte para o autoconsumo e para semente da próxima safra.

Uma das famílias assentadas produziu dez sacos de feijão no ano de 2014. Uma boa produção se comparada com os outros assentados entrevistados. Quando questionado qual seria o destino da produção, a resposta foi rápida: “pro gasto, pra planta e pros filho acampado que são três, e se sobrar alguma coisa a gente vende”. Pedimos também que relatasse sobre a produção de feijão em seu lote.

> A nossa colheita do feijão é tudo na mão, e dá um pouco mais de trabalho. Mas tem gente aqui perto numas fazendinha, que tem o costume de planta com veneno, limpa com veneno e desseca pra colhe, isto é passa o veneno para seca na marra o feijão, e aí vende a maior parte. Aqui nós é o contrário, nós vende a menor parte e consome a maior. Então o feijão é assim, muito sol não produz feijão, se der muita chuva na hora da florada ele não segura todas as vagem pra dá semente, e se depois que ele ta seco naturalmente, der seis dias de chuva, perdeu a qualidade e o comercio não compra. E pra gente comer também não é bom. Então precisa de sol e garoa equilibrado, desde a época do plantio, passando pelo crescimento florada, e na hora da colheita também precisa de sol. E hoje quem planta feijão pra vende em grande quantidade tudo usa veneno, pra produzi mais. (Assentado nº 11)

Com este relato percebe-se que a produção de feijão é muito dependente das intempéries climáticas. Como a maioria dos camponeses não quer correr o risco de perder a produção e não gosta de usar agrotóxicos, pois seu uso acelera o amadurecimento dos grãos, a produção de feijão é pequena.

Constatamos também que o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas pelos poucos camponeses que afirmaram utilizar, está vinculado a empréstimos e financiamentos bancários que contraíram de instituições financeiras. Esse fato diminui drasticamente a renda, pois grande parte desta é destinada para as grandes empresas transnacionais que dominam a agricultura brasileira, conforme apontou Alentejano:

> No que se refere ao controle das transnacionais sobre a agricultura brasileira, os processos mais notórios atualmente dizem respeito à difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor, como Monsanto, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos, mas também é digno de nota a ampliação da presença das transnacionais na comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que inicialmente concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas têm se expandido para outros ramos, sobretudo o sucroalcooleiro. (ALENTEJANO, 2011, p. 77)

De acordo com a investigação a produção deste Assentamento está dividida entre o autoconsumo, a alimentação do gado leiteiro e a venda. Mesmo entre aqueles que produzem uma parte maior direcionada para o mercado sendo sua produção pouca diversificada, utilizam-na também em sua alimentação.

Os camponeses e camponesas também afirmam ser extremamente importante receber uma renda extra, pois possuem várias despesas que precisam ser pagas em dinheiro, como exemplo citaram a energia elétrica, o combustível do carro, o gás, o café, o açúcar, o arroz, o trigo, o sal, a farinha de milho, o chá, a erva-mate, e também produtos de higiene pessoal e

doméstica. Todos adquiridos através da compra no mercado, exceto uma família que produz arroz em seu lote.

Salvo algumas exceções, a maioria dos entrevistados produzem uma grande quantidade de frutas, hortaliças, feijão, banha, leite e seus derivados, para o consumo da família. Todos os assentados entrevistados criam animais como boi, porco e galinha para o autoconsumo de carne. Vendem eventualmente quando algum conhecido vai até suas casas para comprar, não se constituindo dessa forma numa prática, pois, como afirmaram a vigilância sanitária proíbe qualquer tipo de venda de carne sem inspeção. Relataram que já presenciaram alguns camponeses perderem toda a carne que transportavam e ainda serem multados pelo fato de estarem vendendo sem permissão. Acreditam que esta é uma forma de dificultar a vida do camponês e trazer mais lucro para as grandes indústrias.

Em torno de 20% dos camponeses entrevistados não fazem parte da cooperativa Coperjunho e comercializam hortaliças de outras formas, como por exemplo, a venda para outros assentados e para supermercados de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. No entanto, estes compradores/atravessadores não têm qualquer compromisso com a aquisição da produção, podendo ou não necessitar das hortaliças para venda. Dessa forma, os camponeses ficam dependentes do mercado para poder receber uma renda extra e comprar os produtos industrializados que necessitam.

Conforme Paulino, podemos analisar essa condição da seguinte forma:

> [...] a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem em matéria-prima para a indústria ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas deles se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido. (PAULINO, 2006, p. 110)

Entendemos que esta forma de escoamento da produção submete o camponês a vender sua produção por um preço mínimo, onde na maioria das vezes, a renda da terra contida na produção camponesa não volta para quem a produziu.

A realidade que verificamos através da pesquisa de campo com relação à produção de alimentos no Assentamento 8 de Junho revela uma série de fatores que serão de extrema relevância para o debate acerca de uma perspectiva que aponte para a construção da Soberania Alimentar no Brasil. Dentre estes fatores, podem-se enumerar dois aspectos: por um lado

como positivo o fato do assentado produzir alimentos como feijão, a banha, o leite e muitos tipos de hortaliças em seu lote para consumo de sua família, ficando assim menos dependente da compra no mercado. Por outro lado, ainda temos uma série de problemas como a produção de alimentos básicos como o arroz, que não se constitui em prioridade de plantio no lote para o autoconsumo. Também podemos citar como obstáculo à produção de alimentos, a presença do "arrendamento" de parte do lote para plantio de soja, visto que através da observação pudemos perceber que as melhores áreas do lote são utilizadas para este fim, com o uso intensivo de agrotóxicos. Este fato evidencia que o camponês muitas vezes se vê obrigado pela necessidade a utilizar as áreas marginais de sua propriedade para cultivar seus alimentos básicos.

Desse modo a sua capacidade produtiva torna-se reduzida, pois as partes mais íngremes do terreno costumam abrigar solos menos férteis, sendo mais propícios a erosão. Outro fato de relevância em nossa pesquisa foi a baixíssima produção de arroz. Os camponeses deixam de produzir um alimento tão importante em nossa alimentação, ficando na dependência das grandes corporações que comercializam este produto, inclusive buscado no mercado internacional, sujeitando os trabalhadores do campo e da cidade a ficarem reféns dos monopólios. Segundo OLIVEIRA (2008), este fato tem gerado a diminuição dos estoques e o consequente encarecimento desse e demais grãos utilizados em nossa alimentação.

Visto que estamos abordando o tema da Soberania Alimentar, enfatizamos também em nossa pesquisa a questão da produção de excedentes. Assim, através das entrevistas e da observação empírica, percebemos estar vinculada principalmente à produção de hortaliças e leite, com pouca importância aos alimentos básicos como o arroz, o feijão e o milho, para o abastecimento das feiras na cidade. O único assentado que entrevistamos que produz feijão direcionado para a venda, em torno de 350 sacos, tira uma parte pequena para o consumo e entrega todo o restante de sua produção para uma cooperativa de produtores de sementes denominada Coprossel, que vende sua safra para as grandes empresas, que serão as atravessadoras do produto para os supermercados, obtendo enormes lucros. Dessa forma, o produtor precisa seguir os padrões exigidos pela cooperativa, de como produzir e quais defensivos e insumos utilizar, para que possam comprar toda sua safra, ficando assim amarrado às instituições financeiras e ao mercado.

Diante das dificuldades encontradas que ameaçam sua permanência na terra, continuam a sua resistência para garantir sua condição camponesa. Neste sentido mesmo que

outras atividades como trabalhos temporários, sendo de diaristas ou mensalistas, se tornem fundamentais para poder permanecer no lote, nenhum deles tem a pretensão, pelos menos por enquanto, de sair ou vender sua terra para morar na cidade.

Em que pese a condição de vida desses camponeses, que se caracteriza por muito trabalho e parcos recursos financeiros e tecnológicos, constatamos importantes sinais de resistência à dependência externa, com a produção de vários tipos de alimentos. Em uma sociedade marcada pela fome e a desnutrição, em que um número muito grande de pessoas migraram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, a organização e conquista dos camponeses do Assentamento 8 de Junho caracteriza-se por uma importância social muito grande. Não apenas com relação aos alimentos mas, também, as moradias e ao acesso a educação, que se traduzem em melhores condições de vida. A produção de gêneros alimentícios atende não só parte das necessidades alimentares das próprias famílias camponesas assentadas, como as capacita para a distribuição do seu excedente para abastecer o mercado local, evitando a saída de recursos da região com a importação de alimentos. Contudo não podemos deixar de mencionar que sua produção ainda é muito restrita e localizada, fato que não garante uma quantidade de alimentos básicos suficientes para atender às necessidades da comunidade.

Os camponeses têm enfrentado, dia após dia, uma verdadeira guerra contra as amarras do sistema, que a todo tempo empurra alguns para se ajustar ao modelo, sujeitando-os ao capital, e apostando na ruína dos que não se encaixam em seus interesses. Diante disso constatamos que existem aqueles que resistem e aqueles que aderem ao modelo sem contestá-lo. Verificamos existir uma contradição no interior do Assentamento, entre um segmento conformista e um segmento que busca outras alternativas, inclusive sob a perspectiva da produção autônoma, da agroecologia, dos bancos de sementes crioulas, da produção para o autoconsumo e para o mercado local, evidenciando, desse modo, certos pilares de resistência que apontam para a perspectiva da Soberania Alimentar.

No entanto, por mais organizada que seja uma comunidade, como a de um Assentamento de Reforma Agrária, ela recebe as influências econômicas, políticas e ideológicas da sociedade em geral. Por isso o grau de sua autonomia é relativo, necessitando desenvolver uma compreensão teórica e uma articulação para além do caráter localista “pois a produção camponesa não é algo à parte do contexto macroeconômico capitalista nacional e

internacional. Enfim, soberania nacional alimentar depende também de decisões políticas e econômicas estruturais e não somente dos camponeses". (FABRINI, 2015, p.14)

Nessa perspectiva, a produção camponesa precisa estar vinculada a um projeto de transformação social e política para a mudança das estruturas econômicas. É preciso compreender, antes de mais nada, que a Soberania Alimentar não será alcançada somente com a ação dos camponeses, mas principalmente com a unidade de todos os trabalhadores do campo e da cidade e a luta combativa e permanente pela superação do sistema capitalista. Caso contrário, ficaremos apenas no idealismo, sem adentrarmos para o mundo real.

A participação dos membros das famílias nas atividades sociais foi outro fator importante constatado pelo estudo, tendo as mulheres um importante papel. Do universo pesquisado em nossas entrevistas na pesquisa de campo, 50% foi constituído de mulheres. Dentro de uma cultura excludente como a nossa, onde a maioria das mulheres tem seu horizonte extremamente estreitado pelo machismo, presenciarmos um número expressivo destas, tão ativas e produtivas, nos faz concluir que a conquista da terra assume uma importância crucial no caminho da libertação da mulher camponesa, constituindo-se no início da grande batalha para a conquista da verdadeira libertação feminina, que consiste na destruição total do sistema de exploração, responsável pela opressão milenar da mulher trabalhadora.

A conquista da terra é parte da construção de uma nação soberana, não se constituindo por si só em uma transformação radical da sociedade como um todo. Sendo esta ação apenas o começo da aglutinação de forças na batalha pela libertação das forças produtivas e a construção de uma verdadeira soberania política e alimentar, com base na solidariedade entre povos e nações. Assim como afirmou LÊNIN (1983, p. 07), em seu livro sobre a "Aliança da Classe Operária e do Campesinato": "Os pequenos camponeses só podem sacudir o jugo do capital associando-se ao movimento operário, ajudando-o na sua luta pelo regime socialista, pela transformação da terra, assim como dos outros meios de produção (manufaturas, fábricas, máquinas, etc.), em propriedade social".

Nesse contexto, entendemos ser imprescindível a vinculação desse Assentamento na luta pela destruição de todos os latifúndios, com um projeto classista, que tenha com premissa a perspectiva da construção de uma nova sociedade, definindo-se pela utilização massiva de meios de produção e técnicas mais avançadas que possam realmente promover uma

verdadeira e duradoura Soberania Alimentar, não somente para os camponeses que cultivam e vivem de sua terra, mas para todos os trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos este trabalho tendo como eixo um conjunto de problemas referentes aos estudos da questão agrária brasileira a partir dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia, sob o tema da Soberania Alimentar. Os estudos teóricos juntamente com a investigação empírica realizada com os camponeses, em um Assentamento de Reforma Agrária, nos permitiram desenvolver algumas considerações tendo como base o ponto de partida e o ponto de chegada dos estudos realizados.

O ponto de partida foi uma construção teórica, sendo mediada pela natureza do Mestrado em Geografia, que contou com a contribuição dos docentes do mesmo com os quais concluí os créditos, com a contribuição dos meus colegas do Curso e, de modo especial, com a participação crítica, construtiva e solidária do meu Orientador. Buscamos verificar a Soberania Alimentar, como uma construção social, a partir das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas do mundo material pelos camponeses que produzem os alimentos, segundo a realidade do Assentamento da Reforma Agrária 8 de Junho.

O ponto de chegada deixou-nos com um grande interesse para seguir investigando o tema e uma constatação da necessidade de ampliar e aprofundar sobre as questões problema do estudo realizado. As contribuições da orientação, das críticas recebidas pela Banca, durante o Exame de Qualificação e os aportes de análise oferecidos pelo meu Orientador, foram fundamentais, permitindo chegar a uma maior clareza dos fatos relacionados ao tema, sintetizados pelas considerações a seguir.

O tema da Soberania Alimentar deve estar articulado pelos princípios da liberdade e da emancipação humana, que se confronta com a realidade objetiva da fome no mundo, onde sobram alimentos para além do que seriam necessários para suprir a todas as necessidades alimentares dos habitantes do planeta Terra. O esclarecimento da questão da Soberania Alimentar, portanto, passa pela lógica da mercadoria que sustenta o modo de produção capitalista, particularmente do tipo de capitalismo que foi exportado dos países imperialistas para os países dominados sob a forma de colônia ou semicolônia como é o caso brasileiro, submetido ao imperialismo e aos seus monopólios. Desse modo, articulam-se a realidade objetiva do que uma família de camponeses assentados produz e consome em termos dos

gêneros alimentícios, com a realidade social da totalidade histórica do modo de produção capitalista que temos em nosso país.

A agricultura se caracteriza como uma das mais antigas formas de organização da sociedade e também um dos mais eficazes instrumentos de modificação e apropriação do território. Através do cultivo do solo aliado ao trabalho humano sobre a natureza, foi possível produzir bens necessários à sobrevivência da espécie humana. Assim, pode-se dizer que o homem fez a agricultura e a agricultura fez o homem. Fazendo a agricultura o ser humano fez a sua cultura, descobrindo e domesticando plantas e animais e construindo o seu conhecimento, dominando a natureza e se humanizando. Portanto, entendemos que a formação histórica da agricultura coincide ou é parte da história da civilização e todas as civilizações se formaram a partir da capacidade de domesticar plantas e animais.

Desse modo a condição para afirmação dessas civilizações esteve profundamente relacionada ao aumento na produção de seus alimentos e os excedentes destes para se prevenir diante das variações climáticas e das estações. Além da autonomia na capacidade de produção dos próprios alimentos que marcou a formação de todos os povos, da sua continuidade ou do seu definhamento, a capacidade de produção de cada povo, ou de cada comunidade, precisou avançar na geração de excedentes em relação às demandas do seu consumo.

A produção para o autoconsumo sem os excedentes colocaria em risco a existência da própria comunidade e de toda uma civilização. Nesse sentido, a produção para o autoconsumo de modo restrito e localizado tem um limite, diante do qual o desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação do modo de produção capitalista potencializaram o intercâmbio e a difusão de culturas. Sob o capitalismo, "a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países" – afirmaram Marx e Engels no "Manifesto do Partido Comunista", de 1848. (MARX e ENGELS, 1996)

A análise da situação objetiva que caracteriza a Soberania Alimentar passa, portanto, pela análise da relação entre a realidade local e a realidade mundial, do ponto de vista da situação das classes, e principalmente sob a realidade das classes sociais envolvidas diretamente com a produção de alimentos. É fundamental compreender essa realidade, para a análise objetiva da situação de Soberania Alimentar. Compreende-se, portanto, que suprir as necessidades alimentares da população com base em suas próprias potencialidades corresponde, necessariamente, à destruição do sistema capitalista e a construção de uma nova sociedade, com base em novos valores e novas formas de produção. A Soberania Alimentar

não pode ser analisada sob a ótica do localismo. Tampouco não pode ser compreendida e muito menos realizada a partir de uma situação universalista. Ela corresponde à articulação do universal e do local, ou seja, do mundial e nacional e do local.

A constituição de uma sociedade que contemple uma relação de solidariedade entre os povos e nações, sob a garantia da autodeterminação dos povos e, ao mesmo tempo integre a classe trabalhadora e o campesinato sob o princípio do internacionalismo proletário a nível mundial, expressa características de uma formação social para uma orientação teórica sobre a Soberania Alimentar e da garantia do acesso a uma boa alimentação, adequada e saudável para todos os seres humanos.

Os estudos realizados neste trabalho comprovam que a chamada *modernização da agricultura* que se expandiu a partir da ditadura civil-militar no Brasil, principalmente depois da década de 1970, impulsionou a estrutura latifundiária, secularmente intocada no país, e denominada "agronegócio", fortalecendo a concentração de terra nas mãos dos latifundiários e de empresas transnacionais, tendo como características básicas a monocultora voltada primordialmente para a exportação, o agroquímico alastrando o uso de agrotóxico e a mecanização do campo. Vários produtos agrícolas, como o café, o algodão, o cacau, a soja, a cana-de-açúcar, dentre outros, foram sendo aprimorados com a mecanização e o melhoramento genético, com o emprego cada vez maior de adubos e fertilizantes, visando produzir para os monopólios industriais de países de capitalismo avançado. Esses processos históricos fizeram com que a formação do território brasileiro, as suas forças produtivas e a força de trabalho do povo brasileiro se tornassem cada vez mais subordinadas aos interesses e à dominação do imperialismo.

Os monopólios imperialistas determinam o que deve ou não deve ser produzido pelo campo brasileiro, expressando a forma de negócio dos produtos sob a forma de *commodities* pelas bolsas de valores. São estes mesmos monopólios que dominam o mercado agroalimentar, decidindo sobre a vida e a morte dos seres humanos no mundo, controlando a produção e o comércio de insumos e fazendo com que os camponeses se tornem dependentes dos seus produtos e das formas como eles adquirem, ou não, a produção camponesa, garantindo assim o total domínio sobre o preço dos alimentos, aumentando a fome e a miséria no campo e na cidade.

Nessa perspectiva, a luta pela terra no Brasil se expressa sob a mais profunda e antagônica luta de classes, percorrendo toda a história do país até os dias atuais, tendo na

formação do sistema latifundiário a materialidade do poder opressor das classes dominantes, impedindo o desenvolvimento do país e obrigando milhões de brasileiros a viverem na miséria, privados das mais elementares condições de vida, caracterizada até mesmo pelo não acesso aos alimentos necessários, adequados e saudáveis para uma vida alimentar digna. Essa luta trouxe em seu bojo uma experiência pedagógica, resultado de derrotas e vitórias para a classe trabalhadora, mas que no fundamental tem se mantido sob a tendência da afirmação da concentração sem limites, em proporções gigantescas das terras do país em poucas mãos, expulsando os camponeses pobres de suas terras, ampliando o "exército de reserva" nas cidades para poder extrair do trabalhador uma quantidade cada vez maior de *mais-valia*. Paralelamente a esse colossal contingente de trabalhadores super-explorados nas cidades, vivendo em péssimas condições de vida, temos a manutenção de uma economia camponesa permanentemente arruinada, com sistemas de comercialização que se converteram em espoliação, servindo para abastecer de alimentos com preços mínimos a força de trabalho das cidades.

Assim o chamado desenvolvimento capitalista acentuou o monopólio e a concentração da terra. Os grandes latifundiários exploram e oprimem os camponeses pobres, reproduzindo relações atrasadas, enquanto milhões de trabalhadores no campo e na cidade vivem na miséria, com fome, sem casa, sem terra, doentes e sem acesso a uma boa escola para os seus filhos. Dentre os aprendizados decorrentes das experiências pedagógicas, geradas no desenvolvimento dessa luta de classe, apontamos as crescentes formas de organização do campesinato brasileiro, carecendo ainda, de uma maior definição em termos da linha ideológico-política que aponte no sentido do classismo, direcionado pela aliança operário-camponesa.

A questão agrária brasileira encontra-se submetida às amarras do sistema imperialista, a qual dita as regras para os governos subservientes em países de capitalismo atrasado, submetido, como o Brasil, cujos governantes, independentemente das formulações político-ideológicas que anunciam seguir, cumprem à risca o papel de entreguistas, impondo para a massa de trabalhadores o que se deve produzir, como produzir e para quem produzir.

Assim como o Brasil, outros países de capitalismo subdesenvolvido "são vendidos aos predadores do capital financeiro mundializado, que podem então dispor do que quiserem", como afirmou ZIEGLER (2013, p. 324). Os quais controlam a produção, comercialização e distribuição dos alimentos no mundo. Sob essa realidade, falar em Soberania Alimentar sem

se analisar qual é a natureza do controle social da produção envolvendo o conjunto das forças produtivas das relações sociais de produção e da terra, pode se tornar mera verborragia sem conteúdo. Por isso tomamos neste estudo a questão da terra como central no processo de esclarecimento dos determinantes da Soberania Alimentar. Do mesmo modo, a sua não realização como a manifestação da fome histórica e endêmica, conforme buscamos sustentar pelos estudos do Dr. Josué de Castro. Concordamos, portanto, que a fome é "um produto de humanos contra outros humanos", não de humanos no sentido abstrato, mas de uma classe contra outra.

O referencial teórico utilizado na elaboração deste trabalho concebe o Estado como sistema de poder de classe, o qual na sociedade capitalista se constitui no sistema de poder das classes dominantes exploradoras do povo em geral e da classe trabalhadora de modo direto pela alienação e expropriação do seu trabalho. No caso do capitalismo que se desenvolveu no Brasil, em face da sua formação histórica como capitalismo atrasado, atado aos interesses imperialistas, as classes dominantes são formadas pela grande burguesia e pelos latifundiários, submetidas ao imperialismo. Este sistema de poder nos países dominados sob a forma de semicolônia, como o Brasil, nada mais é do que o estado burguês-latifundiário a serviço da dominação imperialista.

Essa formulação foi sustentada de acordo com a concepção leninista de Estado, segundo o qual "o Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes" (LÊNIN, 2010, p. 25), como um poderoso instrumento de exploração da classe oprimida. Sob essa concepção de Estado devemos compreender o sistema do seu gerenciamento representado pelos denominados governos, os quais, de acordo com esse mesmo referencial, não têm interesse, independente das aparências político-ideológicas que afirmam seguir, em acabar com a fome e garantir Soberania Alimentar em nosso país. A lógica do mercado mantida e estimulada pelo Estado, entra em choque com a produção de alimentos para o povo. A função principal do Estado neste contexto de exploração da terra é criar condições para que os grandes latifundiários tenham o caminho livre para explorar a terra, os demais recursos naturais e o trabalho humano para produzir e vender as chamadas *commodities*, atendendo a demandas do mercado internacional em acordo com a divisão mundial do trabalho, imposta pelo imperialismo.

A realização da Soberania Alimentar requer, portanto, a completa destruição do sistema capitalista, sem a qual não há Soberania Alimentar. Ela passa pela destruição de todo

o sistema que converte a terra, os alimentos e as pessoas em mercadorias. Desse modo, entendemos que a realização da Soberania Alimentar no Brasil é representada pela classe dos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, que deve seguir se organizando sob a concepção teórica do marxismo, tendo na aliança dos camponeses com os demais trabalhadores da cidade, feitos pela união operário-camponesa, desenvolvendo a luta de classes, ou seja, do "poder das massas e para as massas", como afirmou Mao Tsetung.

A pesquisa confirmou que a história do Brasil tem na luta pela terra protagonizada pelo campesinato pobre sem terra e com pouca terra um capítulo incompleto. Essa luta, como luta de classes, registra os mais importantes fatos da nossa história, evidenciando um alto grau de contradição entre as classes de camponeses e a classe dos latifundiários. A conquista da terra para o campesinato pressupõe importante e necessária etapa da conquista da sua liberdade, para poder plantar os seus alimentos e viver com dignidade. Ao latifúndio interessa a concentração da terra, a submissão do campesinato e o fracasso da pequena produção. Desde a chegada dos portugueses até os dias atuais esta contradição será marcada com inúmeras revoltas camponesas, travadas com muita bravura, e reprimidas com extrema violência pelo latifúndio e o seu Estado repressor e inimigo dos pobres. Mesmo quando o Estado tentou ocultar sua intenção com falsas promessas de Reforma Agrária feitas dentro da ordem, como na chamada "nova república", ou na atualidade com o governo petista, a história continua a mesma, ou em muitos casos piorando, com o aumento da violência do sistema latifundiário, quer pelos seus braços armados diretos representados pela pistolagem, quer pelas instâncias do poder judiciário-policial contra os trabalhadores. Indicadores estatísticos atuais comprovam que a concentração da terra tem aumentado nas últimas décadas, estando acompanhada do aumento de assassinatos de camponeses em luta pela terra em todo o país.

Segundo dados do INCRA, existem hoje no Brasil milhões de hectares de terras públicas devolutas ou não que foram cercadas ilegalmente por grandes latifundiários. De posse desses dados o governo lançou no ano de ano de 2009, a chamada MP 458, do programa denominado "Terra legal", que serviu para legalizar as grilagens de terra pelos latifundiários, principalmente dentro da Amazônia legal. São cerca de "62,3 mil imóveis classificados como médias e grandes propriedades, ocupando uma área de 35,6 milhões de hectares, [...] que não poderiam ser legitimados". (OLIVEIRA, 2010a, p. 317) Com esta medida o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ignorou a própria legislação burguesa, pois segundo a Constituição de 1988, no Artigo 191, o beneficiário da legitimação de posses deverá ser aquele que possuir um limite de até 50 hectares, o que não foi o caso desses 62,3

mil imóveis. Dessa forma a terra pública segue desde o período colonial até hoje, sendo entregue aos grandes latifundiários especuladores e exportadores de matérias-primas. É também por esse motivo que "o ano de 2009 entrará para a história da origem da propriedade privada capitalista da terra no Brasil, como entrou a lei de terras de 1850". (OLIVEIRA, 2010a, p. 317) Essa situação comprova que o governo brasileiro é executor dos interesses classistas das classes dominantes.

Em relação aos estudos de campo desenvolvidos pela pesquisa empírica constituída pela observação, pelas entrevistas e visitas aos camponeses em suas residências no Assentamento, desenvolvemos as seguintes considerações:

Apesar dos problemas enfrentados pela produção camponesa sob o regime do tipo de capitalismo que temos em nosso país, constatados pelos estudos de base teórica afirmados nas considerações anteriores, a pesquisa de campo junto aos camponeses dentro do Assentamento 8 de Junho, apresenta-se coberta de grande valor social, político e econômico para a produção de alimentos, indicando importante caminho no sentido da Soberania Alimentar. Constatou-se, no entanto, que a produção ainda é muito restrita e localizada, não garantindo uma quantidade de alimentos básicos suficientes para atender às necessidades da própria comunidade, mas que indica importantes sinais de resistência pelos camponeses à dependência externa. Os camponeses ali instalados com as suas famílias travam diariamente uma verdadeira batalha, como se fosse uma luta entre Davi e Golias, nadando contra a corrente de todo o sistema do modo de produção capitalista. Cabe destacar que a definição do caráter dessa luta, se ela segue no campo da resistência ou da adesão ao sistema, dependerá fundamentalmente da linha do conjunto da luta de classes da sociedade.

A pesquisa constatou exatamente esse nível de contradição no interior do Assentamento, entre um segmento conformista e um segmento que busca outras alternativas, inclusive sob a perspectiva da produção autônoma, da agroecologia, dos bancos de sementes crioulas e da produção para o autoconsumo e para o mercado local, apontando, desse modo, certas dimensões que se ajustam à perspectiva da Soberania Alimentar. Assim, mesmo que uma comunidade ou um assentamento sejam bastante organizados, como no caso do Assentamento 8 de Junho, recebe as influências e as determinações econômicas, políticas e ideológicas da sociedade em geral. Por isso o grau de sua autonomia é relativo, necessitando desenvolver uma compreensão teórica e uma articulação para além do caráter localista.

Neste trabalho sustentamos que essa articulação só assume um aspecto libertador se for concebida e desenvolvida segundo o classismo, rompendo com as linhas oportunistas de acordos e conciliação com governos e segmentos das classes inimigas do campesinato.

Em síntese, o Assentamento, como bem fundamenta o caráter científico da lei geral da contradição, é uma unidade de contrários, assim como pode ser também caracterizado o MST, como um movimento que participou e dirigiu as conquistas do campesinato brasileiro desde o início da década de 1980, e que vive hoje um momento de profundas contradições referentes aos caminhos adotados para o avanço das lutas.

Em meio a uma sociedade marcada pela permanência da fome no mundo, bem como em nosso país onde milhões de brasileiros deixaram o campo e habitam as periferias das grandes e médias cidades, carecendo de cestas básicas e recebendo "bolsa família" para se manter vivos, a organização dos camponeses e sua conquista da terra se definem pelo mais alto grau de importância do ponto de vista social. Essa foi uma constatação da pesquisa de campo sobre a realidade das famílias assentadas, marcada por certa estabilidade e condições de vida não só no aspecto alimentar, mais de moradia, de certa infraestrutura básica e de acesso à educação. Essa é uma constatação verificada como resultado efetivo do fim de um latifúndio chamado Rio Leão, em 11 de novembro do ano de 1999, e a constituição do Assentamento 8 de Junho, formado por 74 famílias.

Dentre os aspectos sociais que animam a comunidade do Assentamento está o *Campus* da UFFS, instalado com a supressão de três lotes, com as famílias sendo transferidas para outros assentamentos. A Universidade tem condições de aportar maior desenvolvimento social, cultural, científico, técnico e econômico, mas não foi objeto da nossa investigação. Apenas pudemos constatar essa situação nas visitas e nos discursos dos membros das famílias assentadas com grande esperança de que a ela possa contribuir para a melhoria de suas condições de vida no Assentamento.

O envolvimento dos membros das famílias nas atividades sociais foi outro fator constatado pelo estudo, tendo as mulheres uma importante e decisiva participação. Do total de pessoas pesquisadas em nossas entrevistas na pesquisa de campo, 50% foi constituído de mulheres, que assumem um papel de protagonismo social nas questões políticas e econômicas do Assentamento. Fato que possibilita um avanço maior nas conquistas das mulheres em busca de sua autonomia. Cabe destacar que identificamos a necessidade de uma organização de mulheres que aponte não somente para as lutas imediatas, mas fundamentalmente para o

avanço na construção de um coletivo que tenha com perspectiva histórica a construção de uma nova sociedade.

Os referenciais teóricos que orientaram este estudo confirmam que a política é a essência do poder, ou como assegura a referência leninista de que *fora o poder tudo é ilusão*, a organização dos trabalhadores em assentamos de Reforma Agrária, como mostramos nas considerações anteriores sobre a questão agrária brasileira, é fruto de lutas políticas. Os próprios camponeses assentados deixaram isso muito claro nas entrevistas, que a conquista da terra onde vivem e trabalham foi fruto de uma árdua e dura luta política.

O grande desafio ficou bem esclarecido de que a luta não deve ser resumida à conquista da terra, mas à luta pela terra para quem nela quer viver e trabalhar, à Reforma Agrária e às transformações sociais, como afirmam as consignas do MST, ou seja, conquistada a terra os militantes desse movimento tem o dever de apoiar quem ainda não a conquistou.

Nesse sentido, o estudo comprovou a importância dos movimentos sociais na organização dos camponeses em termos políticos. De acordo com o nosso referencial, trata-se de uma política classista, de luta pelo poder, para destruir o poder opressor.

Se os movimentos sociais assumirão o classismo ou a perspectiva liberal, é uma resposta que não nos propomos a responder neste trabalho. De qualquer modo, a luta de classes nunca cessa, e enquanto houver opressão haverá resistência e os camponeses avançarão no caminho da sua libertação. Esse é o desafio das forças sociais que se dispõem a organizá-los, servindo-os de todo o coração, apoiando, mobilizando, politizando e organizando, combatendo todas as formas de manipulação e tentativas de cooptação das massas camponesas para servir aos interesses dos opressores.

Nesse aspecto cabe destacar a importância política da organização e da formação permanente das massas. Esse foi um dos aspectos que a pesquisa não captou, pois não fez parte de nosso propósito, que é a relação e as formas de organização política dos assentados, sendo muitos deles ligados de modo acrítico às políticas de governo.

A distribuição de terras para os camponeses, como foi destacada nas considerações anteriores, tem uma fundamental importância econômica. De um lado ela ataca o monopólio da terra; de outro, ela distribui terra para quem não a tem. Cumpre, portanto, uma condição econômica de distribuição de renda. A produção de gêneros alimentícios atende não só parte

das necessidades alimentares das próprias famílias camponesas assentadas, como lhes dá subsídios para a distribuição do seu excedente para abastecer o mercado local, evitando a saída de recursos com a importação de alimentos.

A forma de organização coletiva de trabalho em cooperativas traz indícios que podem contribuir para o avanço na organização e planificação da produção. Isso passa, no entanto, por ajustar o plano econômico com o plano político da organização classista também da produção, enfrentando o sistema de monopólios que caracteriza o capitalismo atrasado e dominado pelo imperialismo em nosso país. O cooperativismo classista poderá se tornar em importante forma de resistência na luta contra a dominação econômica dos monopólios, mas se tomado sob a perspectiva liberal pode se converter em sistema de exclusividade e exploração dos trabalhadores.

Outro aspecto identificado na pesquisa de campo diz respeito a uma relativa influência da lógica do agronegócio entre muitas famílias de assentados, que arrendam partes dos seus lotes para o monocultivo da soja e outras culturas, com o largo e intensivo uso de agrotóxicos. Essa é uma contradição que pode levar os assentados em programas de Reforma Agrária para um tipo específico de agronegócio de tamanho pequeno, ou um agronegocinho como bem mostrou OLIVEIRA, (2007, p. 149), amarrado e dependente do sistema de monopólio das *commodities*, deixando de produzir até mesmo os alimentos básicos que os camponeses compram de outras regiões.

Uma importante constatação diz respeito à produção do leite pelas famílias de camponeses assentados, sendo caracterizada por estes, como uma das maiores fontes de renda de seu lote. Existe uma dedicação muito grande com o gado leiteiro, principalmente da mulher, não podendo se ausentar da casa nem mesmo um dia. Além disso, uma parte significativa da área do lote precisa ficar liberada com plantio de capim, para alimentação do gado, o que consequentemente reduz a área cultivada com alimentos. De uma forma superficial, poderíamos afirmar que existem vantagens para os camponeses assentados na produção e venda do leite. No entanto constatamos que a vantagem maior fica com os atravessadores, que pagam um valor baixo pelo litro do produto, e não tem nenhuma responsabilidade com relação aos direitos trabalhistas do camponês e da camponesa, uma vez que “trabalham vinte e quatro horas por dia”, desde o cuidado com o pasto e os animais, até a retirada do leite, para que este seja produzido e transportado até o laticínio. Dessa forma a autonomia do trabalho camponês está submetida às exigências do mercado, não restando outra

alternativa a não ser, tornar-se um produtor de mercadorias, sujeitando sua renda ao capital que o explora.

Quanto à situação de Soberania Alimentar no interior do Assentamento, constatamos que a quantidade e a variedade de gêneros alimentícios são insuficientes para atender a própria demanda e o consumo da comunidade. Sem querer defender essa situação, podemos justificá-la em função das leis de mercado, impostas pelo tipo de capitalismo que submete a produção da soja, assegurando uma garantia de preço, contra a produção de arroz, por exemplo, cuja importação do Uruguai, da Argentina ou da China, torna o produtor local inseguro e sem garantia de preço da sua produção. Com isso constatou-se que há um grande número de itens da cesta básica de alimentos que são comprados no mercado, os quais poderiam ser produzidos no próprio Assentamento.

Com base nos estudos desenvolvidos neste trabalho, sustentamos que a destruição de todos os latifúndios e a divisão de terras para quem nela quer trabalhar e viver, enquanto libertação das forças produtivas, expressa a premissa básica e fundamental para o desenvolvimento da situação de Soberania Alimentar em nosso país. Somente com a destruição de todos os latifúndios poderemos visualizar a perspectiva da Soberania Alimentar sem, no entanto, garantirmos sua efetivação, tendo em vista a sua relação direta com a soberania política da classe trabalhadora, garantida somente com o fim da lógica da mercadoria do regime capitalista e a destruição de todo o poder burguês opressor e explorador do trabalho humano. Sob essa compreensão sustentamos que os movimentos classistas populares de luta pela terra têm um papel fundamental nessa batalha, como estratégia da destruição de todos os latifúndios, como condição para a libertação das forças produtivas no campo, tendo por base a garantia do acesso a terra para todos os camponeses.

Embora somente o acesso a terra pelos camponeses não seja a garantia da Soberania Alimentar, é condição básica para assegurar a condição material da produção de alimentos por quem vive e trabalha no campo, possibilitando criar as condições de autonomia na produção alimentar, como autoconsumo das comunidades, sem que se tornem prisioneiras do mercado, controlado pelos monopólios do comércio de alimentos diretos para o consumidor. Trata-se, portanto, de se desenvolver sob a teoria científica do classismo – marxismo – as formas de organização e lutas do campesinato na destruição do sistema latifundiário associada com a destruição do capitalismo. Caso contrário, a luta pela distribuição de terra para uma parcela dos camponeses, sob a premissa liberal, como apregoa a ideologia burguesa caminha apenas

para adequar os camponeses ao sistema, mantendo no mercado alguns poucos privilegiados, e contribuindo para a ruína dos demais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra:** modernização agropecuária de Guarapuava. Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ALENTEJANO, Paulo**. Questão Agrária no Brasil atual:** uma abordagem a partir da Geografia. A Produção do espaço brasileiro: A abstração real. Revista Terra Livre, São Paulo, vol. 1, nº 36, p. 69 a 95, jan-jun/2011.

AMIM, Samir e VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos**.** 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMPOS, Francieli do Rocio de. **Organização e estratégias de desenvolvimento rural a partir das relações de gênero:** estudo de caso do Assentamento 8 de Junho, Laranjeiras do Sul, Paraná. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade do Oeste do Paraná, *Campus* de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CARTER, Miguel. Desigualdade Social, democracia e Reforma Agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel. (Org). **Combatendo a desigualdade social:** O MST e a Reforma Agrária no Brasil**.** São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CARVALHO Fº, José Juliano. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sérgio Pereira (Org). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CASTRO, Anna Maria de. (Org.). **Fome:** um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de terra e um caixão.** Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

____. **O livro Negro da Fome**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

____. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro:** pão ou aço**.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento 8 de Junho.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* de Pato Branco, 2013.

COPERJUNHO. **Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho**. Disponível em: www.coperjunho.com.br. Acesso em 20 ago. 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

CHONCHOL, Jaques. **A Soberania Alimentar.** Dossiê América Latina. Estudos avançados, vol. 19, nº 55, São Paulo, set-dez/2005.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Balanço da Reforma Agrária do ano de 2014 e do 1º mandato da Presidenta Dilma Rousseff.** Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em 03 abr. 2015.

DOMINGOS NETO, Manuel. O "Novo Mundo Rural"**.** In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra, ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

____. Movimentos Sociais no Campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Universidade do Estado de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

FABRINI, João Edmilson. **Os Movimentos camponeses e a Soberania Alimentar nacional.** 2015. No prelo.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Universidade do Estado de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GARCIA. Antonio. *Apud* OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

GOMES, Renata Mainenti**. Reforma Agrária e Segurança Alimentar no Brasil:** Reflexões no contexto das Políticas Públicas Sociais. Tese de Doutorado em Política Social. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília – DF, 2012.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

____. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, David**. O novo imperialismo**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo agropecuário feito no ano de 2006 Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 22 ago. 2015.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Unidade avançada de Laranjeiras do Sul – PR. Portaria INCRA/SR-09/Nº 033/2000 de 25 de novembro de 2000.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais**: Mesorregião geográfica Centro-Sul Paranaense/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

____. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu.** Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável – Paraná. 1ª Fase, Caracterização Global. Instituições Colaboradoras: SEAB e IAPAR. Curitiba, 2007.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária.** 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAPPÉ, Frances Moore. *Apud* ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LARANJEIRA, Raymundo. *Apud*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. Lisboa, Portugal: Editora Moraes, 1969.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Aliança da Classe Operária e do Campesinato**. Moscovo: Edições Progresso, 1983.

____. Obras escolhidas (Tomo I). **Imperialismo fase superior do capitalismo.** 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, R. A. *Apud* OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I, 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Coleção Clássicos do Pensamento Político. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARTIGNONI, Luciano. **Lazer no Assentamento Rural 8 de Junho:** análise a partir da multifuncionalidade da agricultura. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* de Pato Branco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A industrialização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

____. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. In: STÉDILE; João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento.** Pesquisa Qualitativa em Saúde**.** 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MORAIS, Clodomir Santos de. I – História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro (Org.)**. A Questão agrária no Brasil.** nº 04: História e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 19 ago. 2015.

O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Galli Tavares. Roteiro: Camilo Galli Tavares. Gênero: Documentário. Música: Dino Vicente. Cinematografia: André Macedo. Edição: Cesar Tuma. Idioma: português. Lançamento: Pequi Filmes, 2012. Duração: 77min.

OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu:** A guerrilha que os comunistas esqueceram. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 1991.

____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

____. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

____. Agrocombustíveis e Produção de Alimentos. In: **Jornal de Ciência.** São Paulo, 17 de abril de 2008. Disponível em: http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=55548 Acesso em 25 de outubro de 2015.

____. **Os limites do novo Censo Agropecuário.** Boletim Dataluta. Presidente Prudente, nº 26. p. 2-3, fevereiro de 2010.

____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma Agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. *et al*. **Os Anos Lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010a.

OLIVEIRA, Francisco de. Há vias abertas para a América Latina? In: BORON, Atílio A. (Org.) **Nova hegemonia mundial:** Alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Agricultura familiar e estratégias de sobrevivência. In: **Anais do VIII Encuentro de Geografos de America Latina.** Universidade do Chile, Santiago, 2001.

____. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

____. Questão agrária: Lutas, Conflitos territoriais e Contradições Sociais no mundo do século XXI. In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. GARCIA, Maria Franco. VIANA, Pedro Costa Guedes. (Orgs). **A Questão Agrária no século XXI:** Escalas dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PAULANI, Leda Maria**.** Capitalismo financeiro, Estado e emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy & RISEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRESTES, Luiz Carlos. Discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte pelo Senador Luiz Carlos Prestes. In: STÉDILE, João Pedro (org.)**. A Questão agrária no Brasil.** nº 03: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e ciclo econômico (alternativas para a crise brasileira). Aula magna proferida no dia 1º de setembro de 1988, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. In: **Revista de Economia Política**. vol. 9, nº 1, janeiro-março, 1989.

RESENDE, Marcelo e, MENDONÇA, Maria Luisa. As políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo. In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra, ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense:** territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: SAUER, Sérgio & PEREIRA, João Márcio Mendes. (Orgs.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e Reforma Agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Ricardo Menezes. **Se planta e colhe alimentos neste sertão:** resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto da Soberania Alimentar. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STÉDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** O debate tradicional: 1500 – 1960. São Paulo; Expressão Popular, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os desafios para a produção de alimentos. In: CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. (Org.). **A produção de agrocombustíveis e a questão da Soberania Alimentar dos povos.** 1ª ed. Laranjeiras do Sul, PR: CEAGRO, 2010.

VEIGA, José Eli da. **A reforma que virou suco:** uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

VIA CAMPESINA. Plataforma da Via Campesina para a agricultura brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 8**: debate sobre a situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

____. Via Campesina. Disponível em: www.viacampesina.org. Acesso em 20 ago. 2015.

WEID. Jean Marc Von Der. Padrão Mundial de produção e consumo. In: **Revista do Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional**: Construindo bases para uma intervenção. Publicação: Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. Itapuã, Salvador, BA, 2001.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa.** Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

APÊNDICE

1. ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM O ASSENTADO, RESIDENTE NO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO EM LARANJEIRAS DO SUL – REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ

Ano agrícola: 2014

1) Nome do assentado (a) _____

2) Número do lote _____

3) Área total do lote _____

4) Área total de lavoura _____

5) Qual a área de pastagem _____

6) Área de reserva, não explorada _____

7) A quanto tempo sua família está assentada?_____

8) Foi desde o início da ocupação ou veio posteriormente para o lote? Se veio depois, como adquiriu? _____

9) Tem filhos casados morando no seu lote? Quantos? _____

10) De quantos membros é formada sua família? _____

11) Quantos trabalham exclusivamente no lote? _____

12) E quantos trabalham fora? _____

13) Você cultiva o seu lote apenas com o trabalho de sua família? _____

14) Trabalha com arrendamento?_____

15) Você produz alimentos orgânicos em seu lote? Por quê?_____

16) Você considera importante o cultivo de alimentos orgânicos? _____

17) Você faz parte da Cooperativa? Justifique por que. _____

18) Você tira leite para comercialização? Quantos litros por semana? E qual a renda mensal obtida?

( ) sim ( ) não litros semanais _____ renda mensal_____

19) Você cria animais para a alimentação de sua família? Cite quais:

( ) porco ( ) galinha ( ) boi ( ) outros. Cite quais _____

20) Você comercializa os animais? Quais e qual a quantidade?

( ) sim ( ) não ( ) porco _____ ( ) galinha _____ ( ) boi _____

( ) outros. Cite quais _____

21) Quais as principais culturas que você cultivou em 2014? E quanto produziu em cada lavoura?

( ) feijão ____ ( ) arroz _____ ( ) milho _____ ( ) hortaliças ____

( ) mandioca _____ ( ) frutas _____ ( ) batata _____ ( ) soja _____

( ) cana _____ ( ) trigo _____

22) Dessas culturas quais você usa na alimentação de sua família?

_____

23) Qual cultura você comercializa? E qual a renda obtida com cada uma?

( ) feijão _____ ( ) arroz _____ ( ) milho _____ ( ) mandioca _____
( ) hortaliças _____ ( ) frutas _____ ( ) batata _____ ( ) soja _____
( ) cana _____ ( ) trigo _____

24) Qual a porcentagem da área do lote é destinada para a plantação comercial?____

25) Quais produtos você beneficia para consumo? _____

26) Quais produtos você beneficia para a venda? _____

27) Você obteve financiamento para as lavouras de alimento? Quanto? E onde?

_____

28) Dos itens que compõe a cesta básica, quais você produz no seu lote?

_____

29) Quais você adquire por meio de trocas com outros assentados?

_____

30) Quais produtos da cesta básica você compra no mercado?

_____

31) Quais são os principais mercados aquisidores da produção de seu lote? E qual a porcentagem de cada um:

( ) PAA _____ ( ) PNAE _____ ( ) Cooperativa _____ ( ) Supermercado ___

( ) atravessadores_____

32) Por que você não planta feijão para venda?

( ) muito trabalhoso ( ) pouco lucrativo ( ) área insuficiente ( ) outros

Cite quais _____

33) Por que você não planta arroz para venda?

( ) muito trabalhoso ( ) pouco lucrativo ( ) área insuficiente ( ) outros

Cite quais _____

34) De onde você comprou as sementes e os insumos que utilizou na safra 2014?

( ) Cooperativa, cite qual _____ ( ) Casa agropecuária _____

( ) outros estabelecimentos

35) Você considera que a renda obtida no lote com a produção e venda é suficiente para atender as necessidades da família? O que você acha que poderia melhorar?

_____